

O OURO DO SÉCULO XXI



iesp
faculdades

Paulo Galvão Júnior

ISBN: 978-85-5597-045-0

O Ouro do Século XXI

Paulo Galvão Júnior
(Autor)

Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP

Cabedelo
2016



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

Diretora Geral

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Diretora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Diretor Administrativo/Financeiro

Richard Euler Dantas de Souza

Editores

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Corpo editorial

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Copyright © 2016 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)

G182d Galvão Júnior, Paulo.
O Ouro do Século XXI [recurso eletrônico] / Paulo Galvão Júnior. - Cabedelo, PB:Editora IESP, 2016.
147 p.

Tipo de Suporte:E-book
Formato: PDF
Modo de Acesso: World Wide Web
ISBN: 978-85-5597-045-0

1. Economia Brasileira. 2. Economia Mundial. 3. Teorias Demográficas. I. Título

CDU 33

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053
Capa: Flávio Matos (flaviomatos@email.com)

Editora IESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Morada Nova. Cabedelo - PB.
CEP 58109-303

Aos meus estimados alunos e alunas dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, em Administração e em Direito no renomado IESP, como também aos meus queridos alunos e alunas do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira na conceituada FATECPB.

"A evolução do Homem passa, necessariamente, pela busca do conhecimento".

Sun Tzu (544 a.C. - 496 a.C.)

"Quando o governo é justo, o país tem segurança; mas, quando o governo cobra impostos demais, a nação acaba na desgraça".

Provérbios (29:4)

"O mais valioso de todos os capitais é aquele investido em seres humanos".

Alfred Marshall (1842-1924)

"O conhecimento científico é o conhecimento mais confiável e útil que os homens possuem".

Albert Einstein (1879-1955)

"Os analfabetos do século 21 não serão aqueles que não sabem ler e escrever, mas aqueles que não sabem aprender, desaprender e reaprender".

Alvin Toffler (1928-2016)

SUMÁRIO

Prefácio, 7

Os Novos Rumos do BRICS, 9

A Bússola da Confiança, 20

Os Principais Problemas Econômicos do Brasil, 24

Por que não baixam os impostos?, 29

Quanto custa uma Cesta Básica em sua cidade?, 37

Um país desenvolvido se faz com homens e mulheres, livros e computadores, 43

A Profecia da Depressão, 48

A situação da economia brasileira está ruça em 2016, 54

Os Reflexos da Crise Econômica Mundial na Fórmula 1, 59

A Violência Contra a Pessoa Idosa, 64

Revisitando as Principais Teorias Demográficas, 68

Olímpicas Correlações: O Ouro do Século XXI é o Conhecimento, 100

Uma Breve Análise do IDH no Mundo, 106

A Economia do Turismo Sustentável de João Pessoa, 123

PREFÁCIO

O presente livro digital de Economia reúne 14 artigos, sendo nove artigos do meu próprio punho e cinco artigos realizados a quatro mãos. Por isso, inicialmente, meus sinceros agradecimentos aos estimados economistas paulistas e professores universitários **Luiz Alberto Machado** (FAAP) e **Marcus Eduardo de Oliveira** (UNIFIEO), aos prezados estudantes do IESP Faculdades, **David Fidelis** e **José Freire de Andrade Segundo** no Curso de Graduação em Direito, e as estimadas estudantes no Curso de Graduação em Administração, **Gabryella Andrezza da Nóbrega** e **Rayssa Belmont GonçalvesVieira**.

Durante o ano da XXXI Olimpíada da Era Moderna foram oito artigos publicados na minha coluna digital de Economia, no jornal eletrônico BW News, no Rio de Janeiro: **Os Novos Rumos do BRICS** (15.10.2016), **A Bússola da Confiança** (27.08.2016), **Os Principais Problemas Econômicos do Brasil** (27.06.2016), **Por que não baixam os impostos?** (28.05.2016), **Quanto custa uma Cesta Básica em sua cidade?** (14.05.2016), **Um país desenvolvido se faz com homens e mulheres, livros e computadores** (05.05.2016), **A Profecia da Depressão** (16.04.2016) e **A situação da economia brasileira está ruça em 2016** (01.04.2016).

Foram artigos escritos durante a maior crise econômica do Brasil dos últimos 86 anos. Infelizmente, em 2016 ocorrerá uma contração no PIB da nona economia do mundo. A Revista Veja divulgou um gráfico intitulado **Recessão sem fim**, na qual a taxa de variação do PIB em relação ao trimestre anterior é negativa desde o primeiro trimestre de 2015 (-0,9%) até o terceiro trimestre de 2016 (-0,8%). A recessão econômica pode se transformar numa depressão econômica no próximo ano.

Em parceria, na busca por respostas, por reflexões críticas, surgiram cinco artigos: **Os Reflexos da Crise Econômica Mundial na Fórmula 1** (10.06.2016), **A Violência Contra a Pessoa Idosa** (15.06.2016), **Os Principais Problemas Econômicos do Brasil, Uma Breve Análise do IDH no Mundo** (14.06.2016), **Olimpíadas Correlações: O Ouro do Século XXI é o Conhecimento** (15.09.2016) e **Revisitando as Principais Teorias Demográficas** (27.11.2016).

Dia e noite, muitas vezes, de madrugada, pensando, refletindo, dialogando, ouvindo as belas músicas de Vangelis e John Williams, sobretudo, escrevendo sobre diversos temas relacionados às áreas de Economia. Os brasileiros querem morar, viver e trabalhar num país desenvolvido como a França, uma nação de alta renda *per capita*, que conquistou recentemente 42 medalhas olímpicas, 23 medalhas a mais do que o Brasil. País desenvolvido significa que tem alto nível de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, além de muito elevado desenvolvimento humano.

Os franceses lêem 10 livros por ano. Não existem pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade na República Francesa. Infelizmente, o Brasil é o oitavo país com maior número de analfabetos adultos, com 13,2 milhões de analfabetos no País, segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), com sede em Paris e fundada em 4 de novembro de 1946. O principal objetivo da UNESCO é reduzir o analfabetismo no mundo e estima-se em 781 milhões de adultos analfabetos no planeta. A Índia lidera com 287,3 milhões de analfabetos e a China encontra-se em segundo lugar com 52,3 milhões de analfabetos.

Surpreendentemente, a milenar Índia que lidera o ranking de analfabetos, também é o país que mais lê no mundo. Os indianos dedicam, em média, 10 horas e 42 minutos semanais para ler. Milhões

de chineses já lêem em inglês. Os universitários chineses estão lendo a obra prima de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*.

No recente estudo PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), realizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), revelou que alunos brasileiros de 15 anos de idade estão com sérias dificuldades na leitura (texto/linguagem). Em Leitura, o Brasil caiu de 55º lugar (410 pontos) em 2012 (com 65 países avaliados) para 59ª posição (407 pontos) em 2015 (com 72 países analisados). O estudante brasileiro não entende o que lê em sala de aula ou na biblioteca. Precisamos incentivar a leitura de livros e de livros digitais.

Outro grave problema que o Brasil enfrenta é o crescimento assustador do número de jovens com 15 a 29 anos de idade que não estudam e nem trabalham, a geração nem-nem. Um em cada cinco jovens não estudam e nem trabalham, ou seja, mais de 22% dos jovens brasileiros, segundo a *Síntese de Indicadores Sociais 2016* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Precisamos incentivar entre os jovens a leitura sobre Economia, Smith, Microeconomia, Keynes, Macroeconomia, Malthus, Economia Brasileira, ciclos econômicos, planos econômicos e outros temas como **A Economia do Turismo Sustentável de João Pessoa**(26.12.2016).

Mais do que transmitir o **conhecimento**, acima de tudo a forma de compartilhar o **conhecimento**, o meu oitavo eBook de Economia intitulado **O Ouro do Século XXI**, no formato PDF, apresenta artigos com novos parágrafos, novos dados, sobretudo, seu conteúdo foi completamente revisado, para o seu aprimoramento técnico, no objetivo de contribuir para uma reflexão crítica sobre os avanços e desafios do País antes, durante e após os Jogos Olímpicos 2016. Os erros e omissões são de inteira responsabilidade do autor. Boa leitura! E até o próximo livro digital de Economia.

Cabedelo, 26 de dezembro de 2016

Paulo Galvão Júnior

Economista e professor de Economia e de Economia Brasileira do IESP/FATECPB

Os Novos Rumos do BRICS

Paulo Galvão Júnior

1. Introdução

Este artigo trata dos novos rumos do BRICS. A VIII Cúpula do BRICS acontece em Goa, na Índia, nos dias 15 e 16 de outubro de 2016, cujo tema é *Building Responsive, Inclusive and Collective Solutions* (em português, Construindo Soluções Responsáveis, Inclusivas e Coletivas).

Os estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior, dentro e fora da sala de aula, precisam refletir mais sobre a importância dos países emergentes numa economia globalizada. O FMI (Fundo Monetário Internacional) já aponta o Brasil como a nona economia do mundo. De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil é um país de desenvolvimento humano alto.

São importantes as análises dos principais indicadores dos países de renda alta, média e baixa, sobretudo do grupo de cinco potências econômicas emergentes. Há 15 anos, a projeção do BRIC foi baseada na análise demográfica, na grande extensão territorial, na acumulação de capital, no crescimento da produtividade e no mercado interno com enorme potencial de crescimento de cada país emergente.

Os países emergentes são aquelas nações que outrora de Terceiro Mundo, que se industrializaram e continuam se desenvolvendo. Os países emergentes são também aquelas nações que pertenciam ao antigo Segundo Mundo, liderado pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com o fim da URSS em 25 de dezembro de 1991, surge a Federação Russa.

Em 16 de junho de 2009, na Rússia, foi realizada a Primeira Cúpula do BRIC, que uniu os quatro maiores países emergentes do planeta, no objetivo de fortalecer a economia dos mesmos e negociar de forma mais equilibrada com os seis países mais desenvolvidos do mundo, Estados Unidos da América (EUA), Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália, países membros do famoso G6 (Grupo dos Seis), do outrora Primeiro Mundo, liderados pelos EUA durante a Guerra Fria.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, contando com esta breve introdução. Na segunda seção, o Produto Interno Bruto (PIB) no BRICS é avaliado. Na terceira seção, o foco recai sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no RBCAI. Finalmente, na última seção, apresentamos algumas considerações sobre a importância do grupo BRICS na economia mundial.

2. O Produto Interno Bruto no BRICS

Os líderes do Brasil, Rússia, Índia e China na 1ª Cúpula do BRIC apontaram uma nova ordem mundial, com uma multipolaridade na economia internacional. O BRIC é um acrônimo (iniciais em inglês de *Brazil, Russia, India and China*) criado em novembro de 2001 pelo economista britânico Jim

O'Neill no relatório *Building Better Global Economic BRICs* do banco de investimento americano Goldman Sachs. O acrônimo BRIC faz uma alusão à palavra inglesa *brick* que significa tijolo em português e, sobretudo orienta as empresas e os investidores mundiais como ganhar dinheiro, muito dinheiro com os países emergentes.

O então economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O'Neill, apontou que a China será a maior economia do mundo em 2050, a frente dos EUA que ocupará o 2º lugar no ranking mundial. A Índia será a 3ª economia do planeta, a frente do Japão que estará em 4º lugar. O Brasil ficará em 5º lugar no ranking das dez maiores economias em 2050. Já a Rússia projeta-se na 6ª posição no ranking do PIB global, na frente do Reino Unido, da Alemanha, da França e da Itália. Para o economista inglês Jim O'Neill, esses quatro países emergentes deverão liderar a economia mundial, se cumprirem todas as reformas necessárias, algo que pode ser concretizado em 2050.

O BRIC foi o resultado do mergulho nos principais indicadores econômicos de quatro países emergentes, sobretudo, nas taxas de crescimento econômico. O cenário econômico para o BRIC traçado por Jim O'Neill continua recebendo críticas de vários economistas. Muitos questionam um grupo que reúne países tão distintos no âmbito social, político, ambiental e de modelo econômico - sem falar das enormes diferenças étnico-religiosas.

Outros questionam ainda o fato de o grupo excluir outros países emergentes como o México, Coreia do Sul, Indonésia e Turquia. Já outros economistas, na qual me incluo, estão enfatizando que o PIB desses quatro países emergentes irá crescer muito, todavia é importante estar atento para outros indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por isso escrevi o RBCAI (sigla em português das iniciais de Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia).

Quadro 1. A Projeção do PIB mundial em 2050

Ranking	País	PIB (US\$ trilhões)
1º	China	44,4
2º	EUA	35,1
3º	Índia	27,8
4º	Japão	6,6
5º	Brasil	6,0
6º	Rússia	5,8
7º	Reino Unido	3,7
8º	Alemanha	3,6
9º	França	3,1
10º	Itália	2,0

Fonte: Goldman Sachs

O governo sul-africano procurou os quatro países membros do BRIC, e o processo de admissão formal começou em agosto de 2010. A África do Sul foi admitida oficialmente como uma nação emergente do BRIC em 24 de dezembro de 2010 após ser convidada pela China e outros três países

para participar do grupo das principais potências emergentes. A letra "S" em BRICS representa *South Africa* (em português, África do Sul). Em 2011, na China, o líder da África do Sul participou da sua primeira cúpula, tornando-se o menor país e o menos populoso do BRICS.

As moedas do BRICS (iniciais em inglês de *Brazil, Russia, India, China and South Africa*) são real (Brasil), rublo (Rússia), rúpia indiana (Índia), yuan (China) e rand (África do Sul). Com dinheiro em mãos, o consumidor compra os seus bens econômicos. Os consumidores desejam comprar mais ao menor preço. As empresas almejam vender mais ao maior preço. É o consumidor quem determina o que as empresas produzirão e em que quantidade os bens serão produzidos. É o consumidor quem determina quando uma empresa deve abrir ou fechar suas portas.

Os consumidores demandam primeiramente os bens de consumo não duráveis como comida e bebida. Em seguida procuram os bens de consumo duráveis como roupa, calçado, casa e televisão. A prosperidade econômica não depende de governos interventores, com gastos estatais cada vez maiores, mais do que arrecadam, mas das ações individuais, das ações humanas diárias, comprando, vendendo e produzindo bens e serviços de consumo na economia de mercado.

No Capitalismo vigora a manutenção da propriedade privada dos fatores de produção (terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial). Em momentos de crise econômica, é importante analisar o PIB das dez maiores economias do planeta. O Brasil é atualmente a nona economia do mundo, com o PIB de US\$ 1,7 trilhão.

Quadro 2. O PIB das Dez Maiores Economias do Mundo – 2014-2015

Ranking	País	PIB 2014 (US\$trilhões)	País	PIB 2015 (US\$trilhões)
1º	EUA	17,4	EUA	17,9
2º	China	10,3	China	10,9
3º	Japão	4,6	Japão	4,1
4º	Alemanha	3,8	Alemanha	3,3
5º	Reino Unido	2,9	Reino Unido	2,8
6º	França	2,8	França	2,4
7º	Brasil	2,3	Índia	2,0
8º	Itália	2,1	Itália	1,8
9º	Índia	2,0	Brasil	1,7
10º	Rússia	1,8	Canadá	1,5

Fonte: FMI

O BRICS não é um bloco econômico como é a União Europeia (UE), com 28 países membros. O BRICS não é um bloco militar como é a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), com 28 países membros. O BRICS é um grupo econômico formado por cinco países emergentes para uma cooperação econômica política no cenário mundial. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

formam um grupo econômico que busca ganhar força e prestígio no cenário internacional, diante da defesa de interesses comuns. “BRICS são um elemento-chave do mundo multipolar que está se desenvolvendo”, segundo o presidente russo Vladimir Putin.

Em Fortaleza, capital do estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil, foi criado o New Development Bank (NDB), pelas principais economias emergentes, na 6ª Cúpula do BRICS. Com sede em Xangai, na China, e com capital inicial de US\$ 100 bilhões, o NDB tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável no BRICS e em outras nações emergentes como Argentina, México e Turquia. Foi criado também o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), um fundo de estabilização econômica para ajudar BRICS em crises financeiras. O fundo de reservas foi dotado de US\$ 100 bilhões, US\$ 41 bilhões vindos da China; Rússia, Brasil e Índia com US\$ 18 bilhões cada; e África do Sul com os US\$ 5 bilhões restantes.

O Banco do BRICS tem um presidente indiano, Kundapur Vaman Kamath, e quatro vice-presidentes, entre eles, o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Júnior. O mandato dos dirigentes do NDB será de cinco anos, não prorrogáveis e pretende atuar em âmbito mundial. O Banco do BRICS prestará ajuda financeira sem impor condições políticas a países pobres, emergentes ou desenvolvidos. É importante conhecer e analisar os principais indicadores do BRICS na atualidade.

Quadro 3. Os Principais Indicadores do BRICS na Atualidade

País	Área Territorial (milhões de km ²)	População (milhões de hab.)	PIB (US\$ trilhões)
Brasil	8,515	206,0	1,7
Rússia	17,125	145,8	1,3
Índia	3,287	1,252	2,0
China	9,597	1,357	10,9
África do Sul	1,219	52,9	0,3
BRICS	39,743	3,013	16,2

Fontes: FMI e Banco Mundial

A Área Territorial compreende o tamanho em quilômetros quadrados (km²) do espaço geográfico do país. A Rússia é o maior país do mundo e do BRICS, com 17,1 milhões de km². A China é o terceiro mais extenso do planeta e o segundo do BRICS, com 9,5 milhões de km².

O Brasil é o 5º mais extenso do mundo e terceiro do BRICS, com 8,5 milhões de km². A Índia é o 7º maior na extensão territorial e o 4º no BRICS, com 3,2 milhões de km². E a África do Sul tem 1,2 milhões de km², sendo o quinto colocado no BRICS e 24º lugar no planeta.

Com uma área territorial de 39,7 milhões de km² (26% da área do planeta), o BRICS tem peso significativo na economia global. Três do BRICS compõem o grupo dos seis países continentais (Rússia, Canadá, China, EUA, Brasil e Austrália).

A População é o número total de habitantes do país. A China e a Índia juntas têm 2,6 bilhões de habitantes. A China é o país mais populoso do mundo, com 1,357 bilhão de habitantes, e a Índia é a 2ª nação mais populosa do planeta, com 1,252 bilhão de pessoas.

A população brasileira é de 206 milhões de habitantes, e superior a população russa de 145,8 milhões de pessoas e a população sul-africana com 52,9 milhões de habitantes. A população total do BRICS é de três bilhões de pessoas, os cinco países do BRICS juntos correspondem a 42% da população mundial.

O PIB é a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado lugar, durante um período determinado. O FMI adota o PIB nominal, efetivamente contabilizado na venda dos bens e serviços finais, e normalmente em dólar americano. Segundo os dados de 2015 do FMI, o PIB da China (US\$ 10,9 trilhões) foi superior ao PIB da Índia (US\$ 2,0 trilhões) na comparação entre os dois países asiáticos, enquanto o PIB russo (US\$ 1,3 trilhão) foi inferior ao PIB brasileiro (US\$ 1,7 trilhão) e superior ao PIB sul-africano (US\$ 312 milhões). O PIB total do BRICS é de US\$ 16,2 trilhões, ou seja, 23% do PIB mundial. Entre o BRICS, destaca-se a China, a segunda economia do mundo, atrás apenas dos EUA, o país mais rico do mundo, com o PIB de US\$ 17,9 trilhões, conforme dados do FMI.

A última previsão do FMI, no seu *World Economic Outlook October 2016*, é de que a Índia e a China no biênio 2016-2017 vão crescer o PIB. Com o Brasil e a Rússia em recessão econômica, a África do Sul registrando atividade econômica fraca e a desaceleração chinesa, a economia indiana é destaque de expansão econômica no BRICS. A Índia é uma das nações que mais cresce, com uma taxa média de crescimento do PIB de 6,9% ao ano entre 2008 e 2015. Logo, é importante conhecer e analisar as projeções de crescimento na economia mundial.

Quadro 4. As Projeções da Taxa de Crescimento do PIB no Mundo – 2016-2017

País	Taxa de Crescimento do PIB	
	2016	2017
Índia	7,6%	7,6%
China	6,6%	6,2%
México	2,1%	2,3%
Reino Unido	1,8%	1,1%
Alemanha	1,7%	1,4%
EUA	1,6%	2,2%
França	1,3%	1,3%
Itália	0,8%	0,9%
Japão	0,5%	0,6%
África do Sul	0,1%	0,8%
Rússia	-0,8%	1,1%
Brasil	-3,3%	0,5%

Fonte: FMI

O grupo BRICS tem uma agenda interna e uma agenda externa desde 16 de junho de 2009, depois dos impactos da Grande Recessão, que se iniciou em 15 de setembro de 2008 nos EUA, com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers. Na agenda interna, os cinco países buscam estreitar a cooperação e os negócios entre si, criando elementos que preservem seu crescimento econômico e desenvolvimento social. Na agenda externa, as cinco nações emergentes buscam se posicionar a respeito de aquecimento global a pobreza mundial, de desemprego global a terrorismo mundial.

Os líderes do BRICS vêm ganhando força nas reuniões de cúpulas dos líderes do G20 (Grupo dos Vinte). A 11ª Cúpula do G20 aconteceu na China, nos dias 4 e 5 de setembro de 2016. O G20 é o grupo econômico que reúne os países do G7 (Grupo dos Sete), as nações mais industrializadas do mundo (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá), a União Europeia e as principais nações emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México e Turquia).

3. O Índice de Desenvolvimento Humano noRBCAI

O acrônimo **RBCAI** (iniciais em português de Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia) é de minha autoria e aborda que cinco países emergentes se tornarão antes de 2050 em países de desenvolvimento humano muito alto. Fazer projeções é sempre arriscado e o grau de acerto das previsões que se referem aos países do **RBCAI** é bastante incerto. Mas, três dos cinco países estão correspondendo às expectativas de alcançar o desenvolvimento humano muito elevado antes de 2050, a Rússia, o Brasil e a China. Já a situação da África do Sul e da Índia requer maior preocupação em aprimorar seus serviços públicos de saúde e de educação.

A sigla **RBCAI** (repite, iniciais em português de Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia) é pouco conhecida na mídia mundial. BRICS é extremamente conhecido internacionalmente, e se preocupa com o PIB. **RBCAI** se interessa no IDH e na possibilidade de três países de desenvolvimento alto (Rússia, Brasil e China) e dois países de desenvolvimento humano médio (África do Sul e Índia) ingressarem no seleto grupo dos países de desenvolvimento humano muito elevado, ou seja, IDH entre 0,800 e 1, de acordo com a nova classificação do PNUD.

No meu primeiro eBook intitulado **RBCAI**, lançado em 2009, no site em português do jornal russo PRAVDA (em português, verdade), entendemos a importância do IDH, ao invés do PIB. O IDH varia numa escala de 0 (sem desenvolvimento humano) a 1 (o mais alto desenvolvimento humano). A Organização das Nações Unidas (ONU), através do PNUD, observa anualmente as evoluções nas três dimensões do IDH: i) saúde (vida longa e saudável); ii) educação (acesso ao **conhecimento**); iii) renda (padrão de vida decente). Não existe nenhum país com IDH igual a zero, nem tão pouco um país com IDH igual a um. Quanto mais próximo de um, a população desta nação tem uma melhor qualidade de vida.

Segundo o **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015** do PNUD, são 49 países de desenvolvimento humano muito alto: de Noruega (0,944) a Montenegro (0,802); São 56 países de desenvolvimento humano alto: de Belarus (0,798) a Samoa (0,702); São 39 países de desenvolvimento humano médio: de Botsuana (0,698) a São Tomé e Príncipe (0,555); E são 44 países de desenvolvimento humano baixo: de Quênia (0,548) a Níger (0,348). Logo, Noruega tem o melhor IDH do planeta e da Europa e Níger apresenta o pior IDH do mundo e da África.

Existem dois mundos diametralmente opostos: países pobres e desenvolvidos ou países de baixo IDH e de muito elevado IDH. Continuamos revelando os extremos opostos no IDH mundial (Noruega e Níger). Continuamos descobrindo os contrastes entre os países desenvolvidos, emergentes e pobres. Continuamos denunciando as disparidades socioeconômicas tão explícitas na economia mundial. E continuamos afirmando que quanto maior for o nível de educação de uma população, maior será o desenvolvimento humano de seu país. Portanto, é preciso ler, reler e reler o **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015** do PNUD para conhecer e analisar melhor o IDH do RBCAI.

Quadro 5. O Índice de Desenvolvimento Humano no RBCAI – 2014

País	IDH	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	Média de Anos de Estudo (em anos)	Anos Esperados de Escolaridade (em anos)	Renda Nacional Bruta <i>per capita</i> (em US\$ PPC*)
Rússia	0,798	70,1	12,0	14,7	22.352
Brasil	0,755	74,5	7,7	15,2	15.175
China	0,727	75,8	7,5	13,1	12.547
África do Sul	0,666	57,4	9,9	13,6	12.122
Índia	0,609	68,0	5,4	11,7	5.497

Fonte: PNUD

Nota: (*) PPC significa Paridade do Poder de Compra

4. O GrupoBRICS

Há que se destacar, que o grupo BRICS já realizou oito cúpulas: A 1ª Cúpula do BRICS em 16 de Junho de 2009, em Ecaterimburgo, na Rússia. A 2ª Cúpula do BRICS em 15 de abril de 2010, em Brasília, no Brasil. A 3ª Cúpula do BRICS em 14 de abril de 2011, em Sanya, na China. A 4ª Cúpula do BRICS em 29 de março de 2012, em Nova Déli, na Índia. A 5ª Cúpula do BRICS em 26 de março de 2013, em Durban, na África do Sul. A 6ª Cúpula do BRICS em 15 de julho de 2014, em Fortaleza, no Brasil. E a 7ª Cúpula do BRICS em 09 de julho de 2015, em Ufá, na Rússia.

Na 8ª Cúpula do BRICS em Goa, na Índia, os líderes do BRICS debatem sobre os novos rumos do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os líderes da República Federativa do Brasil (presidente Michel Temer), da Federação Russa (presidente Vladimir Putin), da República da Índia (primeiro ministro Narendra Modi), da República Popular da China (presidente Xi Jinping) e da República da

África do Sul (presidente Jacob Zuma), em uma grande mesa redonda, debatem sobre os novos rumos do BRICS e os problemas globais.

Entre os principais problemas mundiais podemos citar a guerra na Síria (já deixou mais de 300 mil mortos desde o início em março de 2011, de acordo com um balanço atualizado divulgado pela ONG Observatório Sírio dos Direitos Humanos), a crise dos refugiados na Europa (pelo menos 23 mil pessoas morreram entre 2000 e 2015, tentando chegar ao continente europeu, segundo estimativas da Anistia Internacional) e os testes nucleares da Coreia do Norte (empobrecendo o povo norte-coreano, com seus elevados gastos militares, e, sobretudo ameaçando a humanidade com a iminência de uma Terceira Guerra Mundial).

Recentemente assistimos entristecidos pela TV que o furacão Matthew matou mais de 1.000 pessoas no Haiti e 22 pessoas nos EUA. O Haiti é o país mais pobre e com o pior IDH da América. Os EUA é o país mais rico e com o melhor IDH do continente americano. Em meio ao deserto de novas ideias, surge uma nova pergunta no Novo Mundo: Como conciliar a igualdade social com a liberdade individual? Sim, existem várias respostas. A melhor resposta é a sua. Você é o protagonista da criação de um novo sistema econômico. Vamos pensar mais, porque **o conhecimento é o ouro do século XXI**. O **conhecimento** é a chave para a construção de uma nova sociedade.

O atleta jamaicano e tricampeão olímpico Usain Bolt doou 10 milhões de dólares americanos ao povo haitiano depois dos enormes estragos deixados pela passagem do devastador furacão Matthew. Entre os dez milhões de haitianos, 80% vivem abaixo da linha da pobreza e 54% em extrema pobreza. Já a cantora colombiana Shakira doou 15 milhões de dólares norte-americanos aos sobreviventes do furacão Mathhew para reconstruir o Haiti. Os 1% mais ricos dos haitianos possuem quase metade da riqueza nacional. Todos os seres humanos estão preocupados com o aquecimento global e a pobreza mundial, por isso a sustentabilidade se tornou uma agenda internacional prioritária.

Outro grave problema mundial ocorre na República Bolivariana de Venezuela. A tentativa de implantar uma economia planificada na Venezuela desde dois de fevereiro de 1999 até os dias atuais é um tremendo fracasso. A forte intervenção governamental na economia venezuelana provocou a escassez de alimentos, de remédios, até papel higiênico e a enormes filas de consumidores para comprar produtos básicos. A taxa de inflação é de mais de 200% ao ano, sendo a maior inflação do planeta. A hiperinflação venezuelana provoca desemprego e violência nas ruas. A Venezuela tem alta dependência da exportação de petróleo, uma energia não renovável.

O NDB iniciou seus primeiros empréstimos em projetos de energias renováveis. É necessário utilizar cada vez mais as energias renováveis como energia solar, energia eólica, energia da biomassa e energia das ondas do mar. Por isso, é importante conhecer e analisar cada país membro do BRICS. Nossa breve investigação começa, portanto, com a análise do Brasil, depois Rússia, em seguida Índia, posteriormente China, até chegar na África do Sul, terra do líder pacifista Nelson Mandela.

A República Federativa do Brasil é o país mais rico, populoso e extenso da América do Sul, e encontra-se no 75º lugar no ranking mundial do IDH. É o único país na América onde se fala majoritariamente a língua portuguesa e o maior país lusófono do planeta.

O Brasil possui uma grande extensão territorial (5º país mais extenso do mundo), um elevado contingente populacional (5ª nação mais populosa do planeta) e grandes disponibilidades de recursos naturais renováveis e não renováveis. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. É um dos principais produtores globais de minério de ferro, de nióbio e de petróleo. É um

dos maiores produtores de biocombustíveis, destacando-se o etanol. O Brasil tem a maior reserva de água doce do planeta, além da maior biodiversidade da Terra.

A recessão econômica no Brasil provoca um aumento assustador do número de pessoas desempregadas. Já são 11,6 milhões de desempregados que procuram uma vaga no mercado de trabalho e 6,2 milhões de desempregados que não procuram uma vaga nas cinco regiões do País, segundo os dados recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Precisamos de mais empregos, para isso precisamos reduzir a taxa de juros. Infelizmente, o Brasil tem a maior taxa real de juros do planeta.

A carga tributária é muito elevada no País, 32,66% do PIB em 2015. Mais de 30% do preço do carro brasileiro representa tributos, enquanto nos EUA são apenas 7,5%. O Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, mas não dá retorno social. É urgente, reduzir os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) para melhorar a qualidade de vida da população brasileira e gerar novos empregos.

Infelizmente, o Brasil tem gravíssimos problemas sociais, são 13 milhões de pessoas analfabetas e 118 milhões de pessoas sem acesso aos serviços de saneamento básico. A situação da saúde no País é caótica, podemos constatar superlotação, falta de medicamentos e falta de médicos, além de pacientes internados de forma improvisada em cadeiras e macas nos corredores dos hospitais.

Desde 1998 a Federação Russa é um país membro do G8 (Grupo dos Oito). As duas principais riquezas naturais são o petróleo e o gás natural. A Rússia encontra-se no 50º lugar no ranking mundial do IDH. A língua oficial é o russo e existem 31 línguas cooficiais. A Rússia é o maior país do mundo (duas vezes a área territorial do Brasil) e está localizada em dois continentes, o europeu e o asiático. A Rússia é a segunda maior potência militar do planeta com mais de 8.000 ogivas nucleares, atrás apenas dos EUA.

Entre os cinco países do BRICS, três são potências nucleares, a Rússia, a China e a Índia. A economia russa é muito dependente da produção e da exportação de petróleo e de gás natural, além de alumínio e de armas. Segundo Elvira Nabiullina, a presidente do Banco Central russo, *“O velho modelo de crescimento econômico, baseado no aumento contínuo dos preços do petróleo e do consumo, está esgotado”*. Entretanto, a economia russa sofre também com as sanções econômicas do Ocidente desde julho de 2014, devido os problemas militares com a vizinha Ucrânia.

Recentemente o NBD aprovou o financiamento do projeto de construção de hidrelétricas de pequeno porte na Rússia, no valor de US\$ 100 milhões. A Rússia em parceria com a Índia estão construindo novos reatores da usina nuclear de Kudankulam, no sul da Índia.

A Índia é um país milenar, localizado na Ásia. A República da Índia é o segundo país mais populoso do mundo e encontra-se na 130ª posição no ranking mundial do IDH, segundo o PNUD. As línguas oficiais são o hindi e o inglês, mas existem 21 línguas nacionais. A Índia tem uma taxa de alfabetização de adultos de 61,0% das pessoas com 15 anos e mais de idade. Ainda, destaca-se na formação de mão de obra especializada na produção de softwares, aviões, satélites, pesquisas espaciais e supercondutores, além de produtos farmacêuticos.

A Índia é um país independente politicamente desde 1947, devido à luta do líder pacifista Mahatma Gandhi contra o Império Britânico, que já foi o maior império em extensão de terras descontínuas da Terra. A Índia é a maior democracia do mundo. Com a liberação econômica desde 1991,

o PIB indiano vem num ritmo crescente, mas não consegue diminuir significativamente a desigualdade, a pobreza e a miséria da sua população.

Em 2028, a Índia deverá se tornar o país mais populoso do planeta, segundo a ONU. Em 2043, o PIB indiano superará o PIB americano, segundo o Goldman Sachs. As monções, período de chuvas entre junho e setembro, ajudam a Índia ter recorde na produção de grãos.

A Índia é o país que mais lê no mundo. Os indianos dedicam, em média, 10 horas e 42 minutos semanais para ler. Os indianos querem viver e trabalhar num país desenvolvido como a Inglaterra, uma nação de alta renda. País desenvolvido significa que tem alto nível de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, além de muito elevado desenvolvimento humano.

Infelizmente, a Índia é o país com maior número de analfabetos do planeta, com 287,3 milhões de pessoas que não sabem nem ler nem escrever, conforme os dados de 2014 da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Infelizmente, a Índia reúne a maior população de crianças na rua do mundo, estima-se que são 18 milhões.

A República Popular da China é o país mais populoso do planeta, a segunda economia do mundo e o terceiro país mais extenso da Terra. A China está localizada na Ásia e faz fronteira com 14 países e suas principais cidades são Pequim (capital) e Xangai (sede do NBD).

Na China a língua oficial é o mandarim. A China encontra-se na 90ª posição do ranking mundial do IDH. A economia chinesa cresce com mão de obra barata, boa infraestrutura e produção e exportação de bens industrializados. A China tem uma das economias que mais crescem no mundo, a média de crescimento econômico da economia chinesa, nos últimos 10 anos é de quase 10% ao ano.

A China é líder mundial em exportações, de acordo com a OMC (Organização Mundial do Comércio) e é o maior parceiro comercial de 170 países, inclusive o Brasil. "Nihao", ou "olá" em mandarim, normalmente é a primeira palavra chinesa que os estrangeiros aprendem na terra de Mao Tsé-Tung, líder da Revolução Chinesa em 1949. Mas a China mudou o seu rumo com as reformas de Deng Xiaoping em 1979. Mais de trinta anos depois, em 2010, a China tornou-se a segunda economia do mundo, ultrapassando o Japão.

A China lidera no Investimento Estrangeiro Direto (IED), é aquele aplicado em atividades produtivas, como abertura de empresas e fábricas, fusões e aquisições de companhias, além de empréstimos entre matrizes e filiais. A China é o principal destino de IED do grupo, recebendo em 2015 US\$ 120 bilhões (45,8% do total do BRICS). O Brasil recebeu US\$ 65 bilhões (24,8% do total), a Rússia US\$ 44 bilhões (16,8%), a Índia US\$ 27 bilhões (10,3%) e a África do Sul recebeu seis bilhões de dólares americanos (2,3%), segundo dados de 2015 da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

A República da África do Sul é o país mais rico do continente africano e encontra-se no 116º lugar no ranking do IDH mundial. Na África do Sul tem onze línguas oficiais, duas bastante conhecidas na mídia internacional, o inglês e o africâner (exemplo, a famosa palavra apartheid, que significa separação).

A baixa produtividade, o crescimento populacional, o aumento da violência e das doenças (sobretudo da AIDS) aliado ao baixo investimento em educação e em saúde revelam o IDH médio da África do Sul nos últimos dez anos.

A África do Sul tem a menor esperança de vida ao nascer do BRICS, com 57,4 anos, segundo dados de 2014 do PNUD. A expectativa de vida ao nascer representa o número de anos que se espera

que um recém-nascido viva. A expectativa de vida ao nascer na China foi de 75,8 anos em 2014, no Brasil de 74,5 anos, na Rússia de 70,1 anos e na Índia de 68,0 anos. Um chinês vive 7,8 anos a mais do que um indiano. Um russo vive 4,4 anos a menos do que um brasileiro. Um chinês vive 18,4 anos a mais do que um sul-africano. Estima-se que um habitante dos cinco países do BRICS viva em média 69,2 anos.

Na busca de participar ativamente na governança global, o papel da África do Sul é fundamental para gerar crescimento econômico com preservação ambiental e inclusão social em meio tantas mudanças climáticas.

5. Considerações Finais

BRICS tem mão de obra barata, abundante e em formação, além de um grande mercado consumidor. BRICS necessita de mais projetos de infraestrutura para elevar o crescimento econômico. BRICS apresenta grandes desigualdades sociais e nenhum dos cinco países ingressaram no seleto grupo dos países de desenvolvimento muito elevado.

BRICS criou o NBD, com sede em Xangai, para investimentos em infraestrutura e em desenvolvimento sustentável. Com a criação do NBD e do ACR com o capital total de 200 bilhões de dólares americanos, o BRICS vai continuar sendo um grupo econômico muito importante para promover um desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente adequado e economicamente viável.

BRICS representa 26% da área territorial do mundo e 42% da população mundial, além de participar de 23% do PIB global. O IED crescente e a busca por uma nova governança global colocam Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em evidência na economia globalizada. Com mais cooperação nos campos político, econômico, social e ambiental fortalecerão o grupo BRICS no século XXI.

Diante do cenário internacional, mais uma vez a contribuição do BRICS é estabelecer uma nova ordem mundial multipolar, sobretudo, é construir um mundo melhor para todos com base no correto pensamento do PNUD, “*As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação*”.

A Bússola da Confiança

Paulo Galvão Júnior

Introdução

O presente artigo pretende contribuir para um Brasil mais próspero, mais justo no século XXI. Primeiro, o Brasil não é uma ilha, apenas começou com nome de “Ilha de Vera Cruz” no final do século XV. Segundo, a crise econômica está afetando o nível de confiança dos empresários e dos consumidores no País. Terceiro, indicadores e índices pioraram com o agravamento da recessão. E quarto, a intranquilidade dos agentes econômicos aumenta perante o futuro cenário de depressão.

Na depressão econômica, definição adotada pelo economista Paul Samuelson (1999, p.742), primeiro americano a ganhar o Prêmio Nobel de Economia, em 1970, ocorre num “*período longo caracterizado por desemprego elevado, baixos níveis de produção e investimento, reduzida confiança empresarial, descida de preços e numerosas falências de empresas*”. Na depressão ocorre uma retração econômica que dura de oito ou mais trimestres, elevando à queda acumulada do PIB de 10% ou mais.

O eminente Professor Paul Samuelson (1915-2009), do Departamento de Economia do MIT, em seu best-seller *Economia*, escreveu em parceria com William Nordhaus (1999, p.xxvii), “*Quando vem, a maré da recessão atinge todos os barcos*”. O barco da economia do País é orientado pela bússola da confiança. As economias se diferenciam pelo nível de confiança de empresários e de consumidores.

Um bom mapeamento dos dados é fundamental para apontar os rumos da economia. O PIB brasileiro – soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil – saltou de RS 705,6 bilhões em 1995 para RS 5,9 trilhões em 2015, segundo dados do IBGE. O contingente de 11,4 milhões de desempregados é a pior consequência da recessão econômica na antiga sétima economia do planeta, com o PIB de US\$ 2,3 trilhões. O desemprego no Brasil é um dos maiores da América do Sul (11,2% no trimestre fev/mar/abr de 2016) e chega a 12,8% na Região Nordeste. Dois a cada quatro desempregados brasileiros estão procurando emprego há mais de um ano.

Como resgatar a confiança dos consumidores brasileiros? Com uma bússola da confiança para melhorar o desempenho da economia brasileira. Uma grande questão é restabelecer a confiança dos consumidores no Brasil. O empobrecimento e o endividamento dos consumidores são visíveis nas cinco regiões do País. Como melhorar a confiança das empresas brasileiras? Com uma bússola da confiança para perceber as tendências da economia brasileira.

A dívida bruta brasileira alcançou 66,5% do PIB no ano de 2015, era de 51,8% do PIB em 2010. Por que a dívida pública é muito elevada? Na República Federativa do Brasil, os 40% mais pobres detêm apenas 10% da Renda Nacional. Por que a desigualdade é muito elevada? No Brasil, a taxa SELIC é de 14,25% ao ano. Por que temos uma taxa SELIC tão alta?

O Governo tende aumentar a arrecadação para pagar os seus elevados gastos públicos, por isso as expectativas de aumentos dos tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) federais. Em Brasília, recentemente o presidente em exercício Michel Temer afirmou que não descarta recorrer a um aumento de impostos, se for necessário. Uma elevação temporária de tributos diminuirá o consumo das famílias e aumentará a elevada carga tributária, que no ano passado encerrou em 32,71% do PIB. Por que a classe média, a Classe C, é a mais tributada no Brasil?

PIB trimestral no Brasil e no mundo

É preciso dar ênfase aos resultados dos PIBs trimestrais no Brasil no ano de 2016. A recessão econômica é grave no País e começou no segundo trimestre de 2014, com uma queda de 1,1%,

conforme dados do IBGE. A taxa de crescimento do PIB brasileiro nos três primeiros meses de 2015 foi uma contração de 1,2%.

A recessão da economia brasileira se aprofundou no segundo trimestre de 2015, com retração de 2,0%. No primeiro trimestre de 2016, o PIB teve queda de 0,3% em comparação com os três meses anteriores, segundo dados divulgados pelo IBGE. Foi a quinta queda trimestral seguida do PIB brasileiro.

Tabela 1. PIB trimestral no Brasil – 2004-2016

Ano	Taxa de Crescimento do PIB brasileiro
1º Trimestre 2014	0,7%
2º Trimestre 2014	-1,1%
3º Trimestre 2014	0,1%
4º Trimestre 2014	0,0%
1º Trimestre 2015	-1,2%
2º Trimestre 2015	-2,0%
3º Trimestre 2015	-1,6%
4º Trimestre 2015	-1,3%
1º Trimestre 2016	-0,3%

Fonte: IBGE

É preciso dar ênfase aos resultados dos PIBs trimestrais no mundo no ano de 2016. A prosperidade econômica é visível nas Filipinas, conforme dados do Austin Rating. A taxa de crescimento do PIB brasileiro nos três primeiros meses de 2016 foi uma contração de 5,4%. Estamos sofrendo com a fase de recessão no ciclo econômico do Brasil. A retração econômica reina no País e é grande a queda acumulada da produção econômica.

No ano de 2015 ocorreu uma retração econômica de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Estamos vivendo uma profunda crise econômica e que influencia o cotidiano dos consumidores e dos empresários. Não temos certeza da saída da recessão econômica no ano de 2017. Nada aponta que a recuperação econômica será fácil no próximo ano. Precisamos estar atentos de uma provável chegada da depressão econômica no Brasil.

Tabela 2. PIB trimestral no Mundo – 2016

Ranking	País	Taxa de Crescimento do PIB trimestral
1º	Filipinas	6,9%
2º	China	6,7%
6º	Espanha	3,4%
12º	Grã-Bretanha	2,1%
13º	Estados Unidos	2,0%
29º	Grécia	-1,2%
30º	Rússia	-1,2%
31º	Brasil	-5,4%

Fonte: Austin Rating

Com a nova retração da economia brasileira no primeiro trimestre de 2016, o Brasil é o lanterna na lista de 31 países analisados pela Austin Rating, uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, sem incluir o PIB trimestral da Venezuela, que ainda não foi divulgado pelo Governo Nicolás Maduro. A economia venezuelana tem a maior inflação do mundo, com 600% ao ano. O desabastecimento de alimentos e de remédios provocam longas filas. A crise energética provoca o racionamento de energia elétrica.

O Índice de Confiança do Consumidor

Podemos afirmar que é importante o acompanhamento feito pelo IBRE-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) em relação à confiança dos consumidores no País. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) foi iniciado em setembro de 2005. Ele é calculado pela média das entrevistas dos consumidores entre o ISA (Índice de Situação Atual) e IE (Índice de Expectativas). O ICC é mensurado numa escala de 0 a 200 pontos e tem como referência o valor 100. Assim, quanto mais acima deste valor estiver o ICC, mais positiva é a percepção do consumidor. O melhor ICC foi de 124,4 pontos em julho de 2011 e o pior ICC foi de 64,4 pontos em abril de 2016.

O ICC da FGV é avaliado em sete capitais brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e Brasília. O ICC não irá crescer muito no Brasil, devido o tamanho e a interferência do Governo na economia brasileira. Quando o consumidor brasileiro está satisfeito e otimista em relação ao futuro, tende a gastar mais; quando está insatisfeito e pessimista, gasta menos. A confiança do consumidor, portanto, atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico no País.

O ICC da FGV avançou 3,5 pontos entre abril e maio de 2016, ao passar de 64,4 para 67,9 pontos. O ICC indica a sensação do consumidor em relação à sua situação econômica pessoal e do país no curto e médio prazo, o que impacta diretamente no seu comportamento atual de consumo. O ICC também levanta dados de intenção de compra de bens de consumo duráveis (carro e casa), a evolução dos preços e a capacidade de economizar versus gastos.

O Índice de Confiança Empresarial

O Índice de Confiança Empresarial é elaborado com base na consulta de várias empresas. Em janeiro de 2016, foram 1.216 empresas pesquisadas pela FGV. É um índice utilizado para identificar o otimismo ou pessimismo na atividade empresarial no País. A FGV tem a Sondagem da Indústria, a Sondagem de Serviços, a Sondagem do Comércio e a Sondagem da Construção. É um índice que acima de 100 pontos, o resultado será considerado como favorável (satisfação ou otimismo); abaixo de 100 pontos, como desfavorável (insatisfação ou pessimismo). Ele varia também de 0 a 200.

Por exemplo, o Índice de Confiança da Construção (ICST), da FGV, subiu 2,1 pontos em maio de 2016, atingindo 69,1 pontos, interrompendo a sequência de 29 quedas consecutivas desde dezembro de 2013. Empresários confiantes tendem a aumentar o investimento e a produção para atender o esperado crescimento na demanda, enquanto empresários não confiantes tendem a diminuir o investimento privado e a produção. O índice mensura a confiança do empresário referente ao otimismo e ao pessimismo das condições atuais e futuras da empresa na economia de mercado.

Trocamos a hiperinflação pela inflação baixa a partir do Plano Real. Trocamos a taxa de câmbio fixo pela taxa de câmbio flexível desde 1999. Temos o regime de metas de inflação desde 1º de junho de 1999. Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal desde 04 de abril de 2000. A partir do primeiro

trimestre de 2014 a bússola da confiança está desorientada, não existe a reciprocidade financeira entre os agentes econômicos. É fundamental mais confiança para o barco não afundar com a tempestade econômica e o barco deve rumar com a seta vermelha da bússola sempre apontando para o Norte (N) e sendo crucial para sobreviver às crises cíclicas.

Não podemos trocar a bússola da confiança pela bóia de salvamento a curto prazo. Quanto mais confiança tiver o consumidor mais ele consome. Quanto mais confiança tiver o empresário mais ele investe. A bússola da confiança não está funcionando direito no barco brasileiro. A participação do Brasil na economia mundial caiu de 4,10% em 2011 para 2,20% no ano de 2015, segundo dados da *The Economist*.

A insegurança econômica dificulta os empresários brasileiros de expandir os negócios, retomar os projetos e ampliar as exportações no País. A grave crise econômica aumenta a inadimplência nas empresas, além de pedidos de falência. Os elevados impostos, a falta de crédito, altas taxas de juros e a elevada queda das vendas, tendem a aumentar o número de empresas falidas nos 26 estados e no Distrito Federal.

Considerações Finais

É correto baixar os impostos e as taxas de juros, porque aumentará o consumo das famílias e os investimentos das empresas. Mas não é correto no Brasil atual aumentar os gastos públicos. Estes elevados gastos governamentais são desviados, recursos públicos são roubados pelos políticos corruptos, eles se apoderam para enriquecimento ilícito, para uma vida de ostentação, ainda ocorrem obras superfaturadas, fraudes no Programa Bolsa Família, propinas na Petrobras, um terrível assalto aos cofres públicos.

O Brasil é uma economia emergente muito fechada, muito protecionista. Em 2015, a economia brasileira retraiu 3,8% – o pior resultado durante os últimos 25 anos. Segundo dados do IBGE, pela ótica da despesa a queda do PIB brasileiro foi ocasionada pela retração de 4,0% na despesa de consumo das famílias, de 1,0% na despesa de consumo do Governo e de 14,1% na Formação Bruta de Capital Fixo.

Já estamos no segundo ano de recessão, causados pela queda do consumo das famílias e pela redução da taxa de investimento das empresas. A recessão econômica no biênio 2015-2016 passará a ser uma depressão econômica no ano de 2017. As famílias e as empresas brasileiras sofrem com os tributos federais, estaduais e municipais; a elevada taxa de juros; a alta da inflação; os gastos públicos desnecessários; e a forte intervenção do Estado na economia brasileira, com péssimos gestores públicos, que brigam pelo poder e não para resolver os nossos gigantescos problemas econômicos e sociais.

O PIB potencial do Brasil é alto, devido aos recursos naturais e humanos, além de capital, tecnologia e capacidade empresarial. Mas a depressão está por vir, a partir de janeiro de 2017. Não há muita confiança do consumidor em comprar bens e serviços a curto prazo! Não existe muita confiança do empresário investir em máquinas e equipamentos!

No ranking mundial do PIB *per capita*, o Brasil encontra-se em 61º lugar, com US\$ 11.067. Existe uma bússola da confiança verde-amarela no país mais rico, extenso e populoso da América Latina. Vamos lutar para resgatar e melhorar a confiança dos empresários e dos consumidores brasileiros! Vamos tomar esta decisão!

Os Principais Problemas Econômicos do Brasil

Paulo Galvão Júnior & Gabryella Andrezza da Nóbrega

Introdução

O presente artigo pretende estimular a reflexão crítica sobre os principais problemas econômicos do Brasil. O desafio é grande, mas com confiança e muito trabalho superaremos os problemas econômicos vigentes como alto desemprego; alta inflação; alta taxa de juros; quedas seguidas do PIB trimestral; e elevada dívida pública.

Os principais problemas econômicos estão presentes na economia brasileira desde 2014 e eles angustiam nosso povo. Ocorre a assimetria de informação (certos agentes econômicos detêm mais informação do que os outros) no Brasil. Os agentes econômicos buscam por informação e por **conhecimento** diariamente. A informação de qualidade é fundamental para o sucesso dos negócios nos três setores da economia brasileira diante de uma recessão econômica.

O presidente da FIEP, Paulo Skaf, recentemente defendeu em Brasília, cinco pontos cruciais para o aumento da confiança dos empresários no País: 1) o não aumento de impostos; 2) a redução dos juros; 3) o destravamento do crédito; 4) o desengessamento dos investimentos em infraestrutura; e 5) o estímulo à exportação.

Como agente em política industrial pela ABDI, economista brasileiro formado pela UFPB e professor de Economia Brasileira, em parceria com a estimada aluna do Curso de Graduação em Administração no IESP Faculdades, Gabryella Andrezza da Nóbrega, concordamos com o presidente da FIEP. Neste artigo, tentaremos refletir sobre os principais problemas da maior economia da América Latina.

Carga Tributária Elevada

O primeiro problema diz respeito à carga tributária, que é elevada, com arrecadação de R\$ 2 trilhões por ano. As cobranças de impostos, taxas e contribuições de melhoria pagas à esfera municipal, estadual e federal são, na prática, uma coleta de dinheiro feita pelo Governo para pagar suas despesas. O Governo Federal arrecada 57% do total. Uma forma de medir o impacto dessa coleta é compará-la com o PIB, ou seja, a soma das riquezas produzidas pelo país em um ano. Essa relação entre tributos e PIB é chamada de cargatributária.

No Brasil, um país de renda média, a carga tributária é de 32% do PIB. Em outras palavras, de cada 100 reais produzidos por um trabalhador brasileiro, 32 reais vão direito para os cofres públicos. Esses recursos deveriam voltar para a sociedade em forma de serviços públicos de qualidade. Entretanto, muitas vezes os cidadãos, além de pagar impostos, pagam do próprio bolso por serviços de educação, saúde e segurança.

Em 2015, o Brasil estava entre os 30 países com maior carga tributária do mundo, encontrando-se em 1º lugar no que diz respeito à maior quantidade de impostos diferentes cobrados. Além disso, esses números pioram quando se refere aos investimentos públicos. Analisando o IDH dos 30 países com maior carga tributária, o IBPT classificou o Brasil como último país a dar retorno aos seus cidadãos referente ao montante oriundo de tributos, em 1º lugar encontrava-se a Dinamarca.

Taxa SELIC Alta

A taxa SELIC é conhecida como a taxa básica de juros da economia brasileira. É a segunda menor taxa de juros (a menor é a TJLP) e serve de referência para a economia do País. Ela é usada nos empréstimos feitos entre os bancos e também nas aplicações feitas por estas instituições bancárias em títulos públicos federais.

A taxa SELIC é definida a cada 45 dias pelo COPOM, no BACEN, em Brasília. Na última reunião do COPOM, presidida pela última vez por Alexandre Tombini, manteve-se a taxa SELIC de 14,25% ao ano. Aguardamos a nova reunião do COPOM com o novo presidente do BACEN, o economista Illan Goldfajn, o fim da política monetária contracionista e o início da política monetária expansionista.

A recessão econômica já tomou grandes proporções, refletindo diretamente na política monetária contracionista, ou seja, o aumento da taxa SELIC começou no mês de fevereiro de 2014 no valor de 10,75% ao ano até chegar a 14,25% ao ano em junho de 2016, ou seja, um aumento de 3,50% ao ano.

O Brasil tem a maior taxa de juros reais do mundo (a taxa de juros nominal dos últimos doze meses descontada a taxa de inflação dos últimos dozes meses), de 4,32% ao ano, em junho de 2016, a frente da Rússia (3,45%) e da Indonésia (3,31%). Segundo a InfoMoney, entre as 40 maiores taxas de juros nominais do planeta, o Brasil encontra-se em terceiro lugar, com 14,25% ao ano, atrás da Argentina (35,43%) e da Venezuela (19,54%).

Falta de Acesso ao Crédito

Existem muitas barreiras para obter linhas de crédito com o momento atual da economia brasileira. Com o êxito da estabilização monetária a partir de 1º de julho de 1994, com o Plano Real, o combate à pobreza tornou-se a questão central para diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Na base da pirâmide social no Brasil encontramos as pessoas das Classes D e E. Infelizmente, a política de crédito no País não tem surtido o efeito esperado, tendo em vista que os trabalhadores de baixa renda e microempreendedores estão enfrentando grandes dificuldades para obtê-lo.

No Brasil é muito importante aumentar a expansão do crédito concedido pelos bancos públicos, por bancos privados nacionais e por bancos estrangeiros para mitigar a crise da economia brasileira, além de contribuir para mais investimentos em infraestrutura no País. O crédito concebido mediante análise prévia, para pessoas que desejam investir em um negócio próprio, ou que desejam desenvolver novos projetos, é um dos motores de crescimento da economia, estimulando as vendas de bens duráveis e não duráveis, além de abrir oportunidades para novos empreendedores em todo o Brasil.

Baixos Investimentos em Infraestrutura

A solução dos problemas de infraestrutura é condição necessária para a melhoria da qualidade de vida da população, permitindo que todos tenham acesso a serviços básicos como energia elétrica, comunicações, transportes urbanos e saneamento. Ao mesmo tempo, a ampliação da infraestrutura logística promove a redução de custos, aumento da produtividade e da competitividade, consolidação da integração internacional e aumento da confiança de consumidores e deempresários.

Temos muitos gargalos na infraestrutura logística no quinto maior e mais populoso país do mundo. De acordo com os professores americanos da Universidade Estadual de Michigan, Donald J. Bowersox & David J. Closs (2001, p.282), *“Os cinco tipos de modais de transporte básico são o ferroviário, o rodoviário, o aquaviário, o dutoviário e o aéreo. A importância relativa de cada tipo*

pode ser medida pela distância coberta pelo sistema, pelo volume de tráfego, pela receita e pela natureza da composição do tráfego”. No Brasil, um país de economia de mercado, cerca de 60% da produção é transportada pela malha rodoviária, as ferrovias são responsáveis por 21% e o modal aquaviário por apenas 14%. Os modais dutoviário e aéreo juntos alcançam 5% do total.

Citamos apenas cinco principais problemas do Transporte Aquaviário: 1. Reduzida frota brasileira; 2. Custos dolarizados de afretamento de embarcações; 3. Mercado mundial de frete em queda de preços por causa dos baixos preços das commodities; 4. Poucos investimentos para construção de novas embarcações, além de estaleiros ociosos; e 5. O tempo de espera de quem faz descarga, presenciando até a perda de carga por conta do tempo dispensado para fazer o descarregamento. Destacamos apenas cinco principais problemas do Transporte Rodoviário: 1. Falta de boas conexões rodoviárias com os nove países de fronteira; 2. Demora de despacho de liberação de veículos na fronteira; 3. Baixa qualidade das rodovias nacionais e internacionais na América do Sul; 4. Poucas empresas credenciadas para operações logísticas; e 5. Fretes caros, cerca de 20% a 30% do preço total de um produto é custo de transporte. Ressaltamos cinco problemas do Transporte Ferroviário: 1. Traçados diferentes das ferrovias; 2. Falta de integração entre as linhas ferroviárias; 3. Utilização de bitolas diferentes na malha ferroviária; 4. Insuficiente malha ferroviária; e 5. Falta de equipamentos ferroviários novos. Verificamos também cinco problemas no Transporte Aéreo: 1. Elevado custo operacional; 2. Falta de qualidade no atendimento; 3. Deficiência na infraestrutura aeroportuária; 4. Sem definição clara de estratégias no setor de cargas; e 5. Demora para embarcar, desembarcar e retirar cargas. E observamos apenas cinco de vários problemas no Transporte Dutoviário: 1. O Gasoduto Brasil-Bolívia, que liga a Santa Cruz de la Sierra até o Porto de Santos, com extensão de 2.593 km somente no lado brasileiro, requer muitos cuidados de segurança; 2. Concentrado em poucas empresas e tem pequena participação na matriz logística brasileira; 3. É o modal que apresenta menor velocidade; 4. É o modal com menor capacidade, uma vez que é muito especializado, transporta pequena variedade de produtos como petróleo, gás natural, etanol, água, minério; e 5. Poucos investimentos para expandir os dutos de abastecimento de gás natural residencial e comercial.

No Brasil, um país emergente, cerca de 95% do comércio exterior passa pelos portos públicos e privados. Os fluxos de cargas corresponderam a 900 milhões de toneladas em 2014. No Brasil, um país continental, a carga transportada pelos navios mercantes foram distribuídas em Granel Sólido Mineral (50,1%), Granel Líquido Combustível (16,6%), Granel Sólido Agrícola (15,8%), Cargas Containerizadas (12,6%), Carga Geral Solta (4,6%) e Granel Líquido Agrícola (0,3%).

Com o péssimo momento que atravessa a economia brasileira, é fundamental reduzir custos logísticos no Brasil. Custos logísticos é todo custo gerado por operações logísticas em uma empresa, visando atender as necessidades dos clientes, a qualidade, o custo, e o prazo de entrega. Para isso acontecer é preciso realizar operações logísticas (abastecimento, armazenagem, distribuição e transporte) eficientes e eficazes.

Poucos Estímulos às Exportações

Devemos dar ênfase às exportações, na verdade, aos poucos estímulos para exportar bens *Made in Brazil* para o resto do mundo. As exportações brasileiras aumentaram no ano de 2015. Um dos motivos foi à apreciação do real em relação ao dólar norte-americano, que tornam nossos produtos mais competitivos. Na taxa média de câmbio, a cotação do dólar americano comercial subiu de R\$ 2,68 em janeiro de 2015 para R\$ 3,94 em dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R\$ 1,26, ou um acréscimo de 47,01%.

A balança comercial registrou em 2015 um superávit de US\$ 19,6 bilhões, melhor resultado desde 2011. No ano de 2015, as exportações alcançaram o valor total de US\$ 191,1 bilhões. As importações totalizaram US\$ 171,5 bilhões. Desde 2009, a República Popular da China assumiu a posição de principal parceiro comercial da República Federativa do Brasil.

Nos primeiros quatro meses do ano de 2016, o saldo comercial acumulou superávit de US\$ 13,249 bilhões, revertendo o déficit alcançado em igual período de 2015, de US\$ 5,059 bilhões. Para o ex-ministro do MDCI, o empresário pernambucano Armando Monteiro, *“superávit comercial expressivo, o maior da série histórica, desde 1989”*.

“As exportações começam a dar uma resposta. O volume exportado em todos os grupos, (...) básicos, semimanufaturados e manufaturados estão crescendo. Em básicos, o volume, no quadrimestre, foi 23% superior, no de semimanufaturados, 15,7%, e em manufaturados, 12,7%”, disse Armando Monteiro. O ex-presidente da CNI também destacou o aumento da base exportadora: *“O Brasil ainda tem uma base exportadora muito concentrada. São apenas 20 mil empresas que exportam. E um dos objetivos do Plano Nacional de Exportações é aumentar esta base. E nós já temos no quadrimestre um acréscimo de 1.550 novas empresas que ingressaram no comércio exterior. Portanto, há claramente indicações de que a base exportadora vai também se ampliando em relação a este movimento exportador”*. Com a crise econômica as empresas brasileiras têm sérios problemas de caixa e, portanto, há uma atenção especial as despesas, inclusive as vendas externas.

Vale salientar que, mesmo com o crescimento nas exportações e o aumento do saldo na balança comercial, o setor externo ainda necessita de grandes cuidados, além de muitos estímulos como incentivos fiscais e creditícios. A logística internacional sofre com grandes desafios para aumentar as operações de exportação de bens de consumo duráveis como aviões da EMBRAER e navios mineraleiros da VALE ou bens de consumo não duráveis como biocombustíveis da PETROBRAS e suco de laranja concentrado e congelado da CITROSUCO para o resto do mundo.

O Brasil é um país membro do grupo BRICS, e era uma de suas estrelas. O processo de industrialização é atrasado, levando-se em consideração que os investimentos de maior magnitude se deram a partir dos anos 1930. Em consequência a condição de emergente, o país é um grande produtor/exportador de produtos primários como minério de ferro, soja e petróleo, tendo em vista a dificuldade de ascensão no que tange desenvolvimento e independência tecnológica. Com isso, o setor primário exerce importante papel na economia brasileira. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do planeta.

Em 2015, a participação do Brasil no comércio exterior ficou abaixo de 2% e, apesar de ser a antiga sétima maior economia do mundo, atualmente, a nona economia do planeta, o gigante Brasil transformou-se em um anão do comércio internacional. No ano de 2015, o fluxo comercial brasileiro (exportações mais importações) atingiu a cifra de US\$ 362,5 bilhões.

Os números relativos à participação do Brasil no comércio internacional são mesmo inquietantes. De acordo com levantamento feito pelo Banco Mundial, em 2014, as exportações brasileiras (US\$ 225,1 bilhões) representaram 11,5% do PIB do País. Foi o sexto menor percentual num universo de 150 países pesquisados pelo Banco Mundial. O Brasil só ficou à frente do Afeganistão, Burundi, Sudão, República Centro-Africana e Kiribati, e muito abaixo da média global, de 29,8% de exportações em relação ao PIB.

Considerações Finais

No auge da Grande Depressão, no biênio 1932-33, o número de desempregados nos EUA alcançou 15 milhões de trabalhadores. Hoje, no Brasil, são mais de 11,4 milhões de desempregados, portanto, estamos a caminho de um período de depressão. Tendo em vista a atual retração econômica do País, torna-se eminente a necessidade de uma reformatributária.

A dificuldade na concessão de crédito inviabiliza a produção de bens e serviços, já que a maioria da população é assalariada e, no momento, não encontra facilidade em crédito. Além disso, juros elevados dificultam na honra do cumprimento das obrigações financeiras dos consumidores, refletindo diretamente na inclusão do CPF nos órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC e outros) de brasileiros inadimplentes, que nos seis primeiros meses de 2016 alcançou a incrível marca de 60 milhões, totalizando dívidas em atraso no valor de R\$ 256 bilhões.

Visto isso, cabe ao estimado leitor perguntar ao Governo: Para onde vai tanto dinheiro arrecadado? É de suma importância a participação popular junto ao planejamento de metas e finanças públicas. Além disso, a cobrança popular deve ser efetiva, exigindo a prestação de contas, investimentos públicos no crescimento econômico do País, criando uma boa infraestrutura para o avanço de todos os setores da economia e do desenvolvimento humano na nação mais rica, populosa e extensa da América Latina.

Além disso, como cidadãos brasileiros devemos sempre nos manter informados dos nossos direitos, deveres e de como a economia está se construindo diariamente, para que possamos requerer melhorias com um bom embasamento teórico e questionamentos coerentes. Desde 2005, a meta intocável de inflação é de 4,5% ao ano, com variação de dois pontos percentuais para baixo ou para cima. Mas a taxa de inflação, medida pelo IPCA do IBGE, ultrapassou a meta de inflação, chegando a 10,67% ao ano em 2015.

A segunda pergunta que você deve fazer a si mesmo, caro leitor, é: Como posso contribuir para a melhoria da economia do meu país? A crise econômica é grave e precisamos frear essa recessão econômica, o mais breve possível, senão, depressão econômica. Ressaltamos que o ciclo econômico de Wesley Mitchell é composto por quatro fases distintas: prosperidade, recessão, depressão e recuperação. Devemos baixar os impostos para aumentar o consumo das famílias e devemos manter a taxa de juros baixa para aumentar os investimentos privados das empresas e desta forma chegar à recuperação econômica, em seguida, a prosperidade das atividades econômicas.

Lembramos aos estimados leitores, que em 2009, o então presidente do Federal Reserve, banco central dos EUA, o economista Ben Bernanke, zerou a taxa de juros da economia americana na sua pior crise econômica desde a Crise de 1929 e evitou que o desastre da Grande Depressão dos anos 30 se repetisse na maior economia do mundo. Precisamos, urgente, recolocar a economia brasileira nos trilhos da expansão econômica, assim milhões de trabalhadores brasileiros terão oportunidade de obter empregos dignos para sustentar sua família. Sim, estamos na busca de soluções, sugestões e saídas para o País construir um futuro melhor. Sim, são as ideais que mudam o mundo e o Brasil!

Por que não baixam os impostos?

Paulo Galvão Júnior

Em Brasília, entre as principais medidas econômicas anunciadas pelo novo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacamos a limitação da expansão dos gastos públicos por parte do Governo Federal. Ressaltamos uma de suas declarações: “(...) *No primeiro momento, nós não estamos contemplando aumento de impostos. (...) E, em último caso, em algum momento, pode-se temporariamente estabelecer ou se propor algum imposto, se for necessário à frente. Mas levando-se em conta de que temos dito, e há um consenso hoje, que a carga tributária brasileira hoje já está em nível elevado. E, que, portanto, para voltarmos a crescer é importante não se sinalizar e não sobrecarregar ainda mais a sociedade com impostos*”. Portanto, não está descartada a possibilidade de o Governo do presidente em exercício Michel Temer propor aumento de tributos no futuro.

Segundo o economista americano Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia de 2008, em seu best-seller *Introdução à Economia* (2007, p.623), “*A política fiscal não é a única maneira que tem o governo de estimular a demanda agregada quando a economia entra em recessão (...). Mas há uma alternativa importante: política monetária*”. O presente artigo trata das principais visões econômicas de Adam Smith e de John Maynard Keynes, além da visão atual dos baixos impostos que poderão estimular a demanda agregada e contribuir para a recuperação econômica do País.

Os elevados impostos desestimulam as famílias, porque reduzem o consumo. Os altos impostos desestimulam as empresas, pois acarretam a diminuição da produção. A elevação de impostos encarecem os produtos exportados e importados. Queda no consumo gera queda na produção, e estas provocam a retração econômica.

Estamos enfrentando uma grave recessão na economia brasileira. A falência de milhares de empresas provoca milhões de desempregados. Atualmente, são mais de 11 milhões de desempregados nas cinco regiões do País. Enfrentamos um sistema tributário regressivo, onde as Classes A e B pagam proporcionalmente menos impostos do que as Classes C, D e E no Brasil.

A economia brasileira de fato produzirá mais, consumirá mais, empregará mais, com menos impostos. Portanto, para transformar o Brasil necessitamos de menos impostos, menos taxas e menos contribuições de melhoria. Desta forma, devemos reduzir as alíquotas de tributos em 2016, por exemplo, da CIDE, e lutar contra o retorno da CPMF. Devemos apoiar a isenção de impostos federais (leia-se IPI) e estaduais (leia-se ICMS) nos produtos da Cesta Básica. Devemos incentivar às isenções fiscais de PIS/COFINS no mercado de eletrônicos, de eletrodomésticos e de remédios. Devemos extinguir o IOF, criado em março de 1990, durante o pior plano econômico, o Plano Collor.

A Visão Econômica de Smith

O Pai da Economia moderna nasceu em 05 de junho de 1723, em Kirkcaldy, uma pequena cidade portuária no Mar do Norte, no Condado de Fife, na Escócia. A gaita de fole, o kilt e o whisky são símbolos escoceses conhecidos mundialmente. A Escócia é um dos quatro países integrantes do Reino Unido e está localizada ao Norte da Inglaterra.

Um dos livros mais importantes da humanidade foi publicado pela primeira vez em Londres, capital do Reino Unido. E o autor desta grande obra foi um filósofo escocês. Esta obra prima do pensamento econômico foi escrita no início da Revolução Industrial, que começou na Grã-Bretanha, em meados do século XVIII. Neste livro de Economia, o Professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, a cidade mais populosa da Escócia e localizada na costa ocidental do milenar país europeu, defende a liberdade econômica (em inglês, *economicfreedom*).

Em Londres, aos 53 anos de idade, o filósofo iluminista torna-se o primeiro economista do mundo. O nome dele é Smith, Adam Smith, autor da obra prima intitulada *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (em português, *Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*), publicada em 09 de março de 1776, no ano da Independência dos EUA.

Adam Smith como bom representante da burguesia britânica em ascensão, considerava os elevados impostos um grande obstáculo ao crescimento da economia. Smith (1983, p.35) na Introdução de *A Riqueza das Nações* escreveu: “*O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente*”.

Smith usou o famoso exemplo dos trabalhadores em uma pequena fábrica de alfinetes, em Kirkcaldy, para descrever os benefícios criados pela divisão do trabalho (em inglês, *division of labor*). No Livro I, Capítulo I, Adam Smith (1983, p.41) enfatizou que, “*O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho*”. Portanto, a divisão do trabalho incrementa a quantidade produzida, por três razões: 1. A destreza dos trabalhadores; 2. A poupança do tempo; 3. As invenções para a produção.

O cidadão comum ao procurar o seu próprio interesse (em inglês, *self-interest*), automaticamente promove o interesse da sociedade em geral. Em uma passagem célebre da primeira obra prima da Escola Clássica, Smith (1983, p.50), no Livro Primeiro, Capítulo II, enfatizou que, “*Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles*”.

Smith idealizou uma mão invisível (em inglês, *an invisible hand*) que mantém o interesse privado e o interesse social em harmonia numa economia de mercado, no qual defendeu o livre comércio, a propriedade privada, a divisão do trabalho, o *laissez-faire* e a não intervenção do Estado na economia.

O Pai do Liberalismo Econômico disse, “*Não existe arte que os governos aprendam mais rapidamente do que sugar dinheiro do bolso do povo*”. Depois de 240 anos, a grande maioria dos brasileiros não conhecem a obra prima de um dos maiores escoceses de todos os tempos. Para Smith o Estado se limitava às funções básicas de Defesa, de Justiça e de manutenção das obras e das instituições públicas. No Livro V, Capítulo I, Adam Smith (1983, p.3) destacou a segurança externa, “*O primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes, só pode ser cumprido recorrendo à força militar*”.

Em seguida, Smith (1983, p.15-16) enfatizou administração da Justiça, “*O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa, comporta igualmente gastos cujo montante varia muito, conforme os diferentes períodos da sociedade*”.

Posteriormente, Smith (1983, p.25) concluiu sobre a provisão de bens públicos, “*O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, (...)*”.

Smith era contra elevados tributos no século XVIII. No Capítulo III, do Livro Quarto, Smith (1983, p.324) relatou que, “*A população ressent-se imediatamente, com intensidade maior ou menor, de cada novo imposto. Este sempre desperta comentários e encontra alguma oposição. Quanto mais se tiver multiplicado os impostos, quando mais altos tiverem sido sobre cada item de taxação, tanto mais alto a população gritará contra cada novo imposto, tanto mais difícil se tornará encontrar novos itens a serem tributados, ou então aumentar muito os tributos antigos*”.

Adam Smith com um pensamento liberal criticava severamente os elevados impostos no Reino Unido.

A Visão Econômica de Keynes

John Maynard Keynes é considerado o Pai da Macroeconomia moderna, e foi o economista mais influente do século XX. A obra prima de Keynes, *The General Theory of Employment, Interest, and Money* (em português, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda) foi publicada em 13 de fevereiro de 1936, 160 anos depois de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith. Keynes nasceu em 5 de junho de 1883 em Cambridge, na Inglaterra, exatos 160 anos após o nascimento de Smith.

Há 80 anos, o Professor de Economia da Universidade de Cambridge, o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) pregava a forte intervenção do Estado na economia capitalista e contra os pensamentos clássicos e neoclássicos (Lei de Say, *laissez-faire*, desemprego voluntário, mão invisível, etc.). *The General Theory* é considerado umas das 10 mais importantes obras de Economia de

todos os tempos e mudou o rumo do mundo. A obra revolucionária de Keynes tem 6 livros e 24 capítulos, e lançou as bases conceituais da Macroeconomia.

Keynes (1988, p.21) expôs: “*Denominei este livro A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos*”.

Keynes discutiu a depressão e suas terríveis consequências sociais e econômicas, como o aumento assustador do desemprego. A depressão econômica começou com a Crise de 1929, quando ocorreu a súbita quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 24 de outubro, na famosa Quinta-Feira Negra. Nos EUA, mais de 85 mil empresas faliram, mais de quatro mil bancos fecharam e provocaram mais de 15 milhões de desempregados, no auge da depressão, em março de 1933.

Malthus e Marx criticaram a Lei de Say, na qual estabelece que na economia não pode haver problemas de superprodução geral nem pode ocorrer problemas de desemprego geral. Porém, Keynes rejeitou e derrubou a Lei de Say para sempre. Conforme afirma Keynes (1988, p.30), “*Desde o tempo de Say e de Ricardo os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura; isto significa de modo expressivo, mas não claramente definido, que o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto*”. Para Keynes, a demanda cria sua própria oferta.

Segundo o economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), “*a oferta cria a sua própria demanda*”, ou seja, tudo que é produzido é consumido a curto prazo. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* provocou uma revolução na economia mundial ao criticar fortemente a Lei de Say, a lei do equilíbrio dos mercados, tão criticada por Thomas Robert Malthus em sua obra *Princípios de Economia Política* (1820).

Keynes (1988, p.38) argumentava “*Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos vem sendo ensinado há mais de um século, a ideia de que podemos pôr de lado, sem outras cogitações, a função da demanda agregada é fundamental. Malthus, na verdade, se opôs com veemência à doutrina de Ricardo de que era impossível uma insuficiência da demanda efetiva, porém em vão. Não tendo conseguido explicar com clareza (a não ser por fatos da observação prática) como e por que a demanda efetiva poderia ser deficiente ou excessiva, deixou de fornecer uma estrutura capaz de substituir a tese que atacava; assim, Ricardo conquistou a Inglaterra de maneira tão completa como a Santa Inquisição conquistou a Espanha*”. Keynes retomou a ideia da demanda efetiva na determinação do nível de emprego e de renda defendida por Malthus, sobretudo, refutou o pensamento clássico do economista inglês David Ricardo.

Na visão de Keynes o desemprego involuntário deve-se fundamentalmente a insuficiência da demanda agregada por bens e serviços. O emprego aumentará se aumentar a demanda agregada, e para isso Keynes sugeriu estimular o consumo das famílias baixando os impostos, baixar a taxa de juros

para aumentar os gastos das empresas privadas com investimentos, incrementar os gastos públicos e estimular as exportações via taxa de câmbio.

Keynes atuou também sobre a política monetária, defendendo a redução da taxa de juros, e estabelecendo a quantidade de moeda em circulação, bem como influir pela liquidez, no estímulo a propensão a consumir. Com esta intervenção estatal, estaria assegurado o volume de pleno emprego no curto prazo e da Renda Nacional.

Keynes interpretava a depressão econômica como resultado da recusa dos capitalistas em investir. O desemprego involuntário gerou a pobreza, porque sem crescimento econômico não há redução da pobreza. As políticas fiscal e monetária expansionistas a curto prazo reforçam a importância destas políticas anticíclicas, elas resultam no aumento do PIB numa economia aberta.

A Visão dos Efeitos de Menos Impostos sobre a Demanda Agregada

Aprendemos com o nekeynesiano Paul Krugman que *“maiores compras governamentais, cortes de impostos e aumento nas transferências governamentais são as três principais formas de política fiscal expansionista”*. Portanto, a visão dos efeitos de menos impostos sobre a demanda agregada é importante para a economia se recuperar.

A fórmula básica da demanda agregada é $DA=C+I+G+(X-M)$. Ela nos orienta sobre como acelerar a geração de riquezas no país a curto prazo. A demanda agregada (DA) é formada pela demanda de bens de consumo (C) das famílias, pela demanda de bens de investimento (I) das empresas, pela demanda do governo, através dos gastos públicos (G) e pela demanda dos mercados internacionais, através das exportações (X) menos importações (M).

Para o Professor de Economia da Columbia University, o economista americano Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001, *“Quando você corta gastos públicos em uma situação como uma recessão ou depressão, a demanda diminui, o desemprego sobe. É um círculo vicioso. A confiança não é restaurada quando o desemprego aumenta. Quando o negócio vai para baixo a confiança é corroída”*.

Keynes identifica que o desemprego se traduz por insuficiência na demanda agregada e para aumentar a demanda agregada e combater o desemprego é necessário estimular o consumo baixando os impostos, estimular o investimento baixando a taxa de juros, estimular os gastos públicos e estimular as exportações por desvalorização cambial, o que corresponde a um aumento na taxa de câmbio.

Paul Krugman, Professor de Economia na Universidade de Princeton, em seu artigo intitulado Keynes estava certo enfatizou: *“Um governo que adota política de cortes numa economia em depressão faz a queda ser pior; a austeridade deve esperar até que a recuperação esteja bem encaminhada. (...) países europeus como a Grécia e a Irlanda, que tiveram que impor severa austeridade fiscal como condição para receber empréstimos de emergência - têm sofrido perdas*

econômicas do mesmo nível da Grande Depressão. (...) Agindo de forma anti-keynesiana, acabaram provando que Keynes estava certo mais uma vez”.

Uma ex-colônia inglesa, a Austrália, desde 1991 não enfrenta uma recessão econômica. São mais de 26 anos consecutivos com crescimento econômico em plena Oceania. O IDH da Austrália encontra-se em segundo lugar no mundo, com 0,935, segundo dados de 2014 do PNUD. Quais são os segredos econômicos e sociais da Austrália? Como a forte produtividade da economia australiana conseguiu manter as taxas de inflação e de desemprego baixas? Quais são os tributos deste País continental?

Na Austrália existe o imposto sobre a renda, é alto, mas justo. Quanto mais a pessoa ganha, mais imposto paga. Os contribuintes cobram se o Governo não usar os impostos de forma adequada. Sonegação de impostos é um crime muito sério e dará cadeia ao sonegador. A maioria dos australianos não reclama dos elevados impostos em função da qualidade dos serviços públicos prestados com a arrecadação do Governo.

Entre os 30 países pesquisados pelo IBPT, o Brasil é que oferece o pior retorno em benefícios à população dos valores arrecadados por meio dos impostos. A carga tributária do Brasil foi de 35,13% do PIB, com o IRBES de 135,83 pontos. Já o melhor resultado é o da Austrália, que tem uma carga tributária de 25,90% do PIB, com um Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade de 164,18 pontos. Na Austrália é visível a existência de um certo “Imposto Bumerangue”, o contribuinte ao pagar o imposto, espera pegar de voltar os benefícios sociais. No Brasil é perceptível um tal “Imposto Vai E Vem”, o contribuinte paga o imposto, mas o Governo arrebenta a corda ao ser muito esticada, e o benefício social não vem e quando vem, com péssima qualidade.

A carga tributária no Brasil é uma das dez mais pesadas do planeta. O País tem a oitava maior carga tributária do mundo e a maior entre os países emergentes. As classes econômicas A, B, C, D e E não concordam com os gastos públicos ineficientes e, sobretudo, com mais de 60 tributos federais, estaduais e municipais vigentes.

O economista não sabe como vai ser o futuro do Brasil nos próximos dez anos, mas a elevada carga tributária estimula a informalidade e penaliza o setor formal da economia brasileira. A economia informal alcança estrondosos lucros mensais sem pagar impostos nem direitos trabalhistas.

Considerações Finais

Com as medidas econômicas já autorizadas pelo Congresso Nacional, o Governo Federal tem um déficit recorde nas contas públicas de R\$ 170,5 bilhões no ano de 2016. Eureka! Eureka! Smith e Keynes recomendariam menos impostos no Brasil atual. Quem é contra os pensamentos econômicos do Pai da Economia e do Pai da Macroeconomia? O Governo da República Federativa do Brasil. O Governo com altos tributos sustenta os seus elevados gastos públicos. Quando o Governo gasta mais do que arrecada tem um déficit primário. É o Governo que cobra impostos abusivos sobre os combustíveis.

Certamente aprendemos mais debatendo sobre as principais visões econômicas dos economistas britânicos Adam Smith e de John Maynard Keynes. É importante ler as obras primas de Smith e de Keynes. *A Riqueza das Nações* celebrou 240 anos e *A Teoria Geral* completou 80 anos em 2016.

Os ciclos econômicos (prosperidade, recessão, depressão e recuperação) são fundamentais para analisar a economia de uma nação capitalista. “*Baseando-nos sobre os postulados de Keynes, julgamos oportuno apontar que o economista britânico ressaltava a importância do Estado na economia capitalista de forma incontestável, principalmente em razão de seu insubstituível papel de provedor institucional capaz de conduzir à eficiência econômica do mercado. Keynes defendeu – enfaticamente – a intervenção e o papel regulatório do Estado na economia capitalista, através de medidas de política monetária e fiscal, para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos* (GALVÃO JÚNIOR; OLIVEIRA, p.5)”.

O Brasil não está na fase da prosperidade econômica nem tão pouco da depressão econômica, estamos em recessão econômica. Precisamos promover a recuperação econômica da economia brasileira. Segundo Paul Krugman (2015, pp.510-511), “*O efeito mais importante da recessão é seu efeito sobre a capacidade dos trabalhadores de encontrarem e manterem empregos. (...) As recessões levam muitas pessoas a perderem seus empregos e também tornam difícil encontrar novos empregos, e dessa forma prejudicam o padrão de vida de muitas famílias*”. Com certeza, temos um Estado muito gastador e muito burocrático no Brasil. As previsões pessimistas apontam que a taxa de crescimento do PIB brasileiro deve retrair 3,8% no ano de 2016.

Estamos caminhando para uma depressão econômica, ou seja, um profundo e prolongado declínio econômico. Segundo o professor de Economia na Universidade de Utah, o economista Hunt, no livro *História do Pensamento Econômico* (2005, p.79), “*Nas depressões, os empresários sempre encontram problemas para achar compradores para suas mercadorias, a capacidade de produção fica ociosa, o desemprego é muito pior do que o habitual e o aumento da pobreza e do sofrimento social é resultado inevitável*”.

Sendo assim, a importância do Governo para enfrentar a recessão econômica é grande. Concordamos com Keynes e Smith, sim, devemos cortar impostos. Tributos mais baixos significam mais gastos de consumo por parte das famílias num País continental. Com baixos impostos, presenciaremos um aumento no poder aquisitivo das famílias e um crescimento no consumo de bens e serviços nos três setores da economia brasileira.

O Brasil precisa crescer e distribuir renda. Os trabalhadores brasileiros estão sofrendo com as altíssimas taxas de juros, temos a maior taxa de juros reais do planeta. Os trabalhadores do campo e da cidade estão com sérias dificuldades financeiras, temos 60 milhões de inadimplentes, logo, a inadimplência crescerá com a taxa média dos juros do cheque especial de 308,7% e do cartão de crédito de 448,6% em abril de 2016. Os trabalhadores pagam elevados tributos, trabalhamos 150 dias só para pagar impostos, segundo dados do IBPT.

Os brasileiros estão sofrendo muito com a maior corrupção dos últimos 516 anos. Em Curitiba, o juiz federal Sérgio Moro encontra-se na 30ª fase da Operação Lava Jato desde 17 de março de 2014, com o desvio total estimado em R\$ 42,8 bilhões. Enquanto, a sonegação de impostos já chegou a R\$ 420 bilhões no ano de 2015.

Assim, conclui-se que o Brasil não se preocupou em promover o crescimento econômico sustentado nem tão pouco a distribuição mais igualitária de renda. De acordo com a ONU, os 10% mais ricos concentram 52% da Renda Nacional. Como criar, gerir e distribuir riquezas no quinto maior e mais populoso país do mundo a curto prazo? A melhor solução é uma reforma tributária já! Chega de tantos tributos! Por que não baixam os impostos?

Quanto custa uma Cesta Básica em sua cidade?

Paulo Galvão Júnior

1. Introdução

Bom dia leitores do Brasil! Quanto custa uma Cesta Básica em sua cidade? É uma dúvida comum entre os moradores das capitais brasileiras. Por isso, no presente artigo, iremos comparar o valor total da Cesta Básica em 27 capitais: São Paulo, Florianópolis, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Vitória, Belém, Campo Grande, Cuiabá, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Boa Vista, Manaus, Goiânia, Macapá, Teresina, João Pessoa, Palmas, Recife, São Luís, Porto Velho, Maceió, Aracaju, Salvador, Rio Branco e Natal.

Preocupados não só com a inflação alta, mas, principalmente, com a qualidade de vida do trabalhador e de sua família, precisamos entender a importância da Cesta Básica. Suponhamos que quando um juiz do Tribunal do Júri de João Pessoa define que a punição do condenado deverá ser o pagamento de três Cestas Básicas para a ONG Casa Pequeno Davi, então, automaticamente, surgem duas questões para uma dona de casa da Classe E, uma trabalhadora da Classe D, uma aposentada da Classe C ou uma estudante de Direito, sobretudo, do primeiro período do curso: Quanto custa uma Cesta Básica em João Pessoa? Quais são os produtos da Cesta Básica?

A Cesta Básica é um conjunto de produtos disponibilizados para uma família durante o mês. Nessa cesta possuem, em geral, alimentos. Apesar de não existir um consenso sobre os produtos que formam a Cesta Básica, a lista pode sofrer variação de acordo com a finalidade na qual ela é definida. Em alguns estados brasileiros, existem leis que proporcionam isenção de impostos estaduais sobre os produtos da Cesta Básica.

2. Os Produtos da Cesta Básica no Brasil

O DIEESE propõe que a Cesta Básica Nacional, ou Ração Essencial Mínima desde 30 de abril de 1938, possua treze gêneros alimentícios no Brasil. A Cesta Básica pesquisada pelo DIEESE é para uma família composta por quatro pessoas, ou seja, um casal com dois filhos menores de 21 anos de idade. Ela mede se o poder de compra do salário mínimo consegue suprir as necessidades alimentares básicas de uma família durante um mês.

No entanto, a quantidade dos gêneros na Cesta Básica pode variar de acordo com cada região no Brasil. Os produtos presentes na Cesta Básica são: 1. Feijão; 2. Arroz; 3. Leite; 4. Farinha de Trigo; 5. Batata Inglesa; 6. Tomate; 7. Pão Francês; 8. Café em Pó; 9. Açúcar; 10. Óleo de Soja; 11. Manteiga; 12. Banana; 13. Carne Bovina.

O DIEESE realiza pesquisa mensal dos preços dos itens da Cesta Básica. De acordo com este levantamento, podemos identificar o aumento ou a queda no custo do conjunto de alimentos básicos para uma família brasileira em comparação com a pesquisa do mês passado.

3. Os Valores da Cesta Básica nas 27 Capitais do Brasil

Em janeiro de 2016, a Cesta Básica recebeu aumento em seu valor em 26 capitais brasileiras e em Brasília, onde o DIEESE realizou a pesquisa. Já em fevereiro de 2016, a Cesta Básica aumentou em 13 capitais do Brasil e diminuiu em outras 14. Enquanto em março houve aumento no custo da Cesta

Básica em 16 capitais do País e redução em outras 11. Em abril, em 15 das 27 capitais do País houve redução da Cesta Básica e em outras 12 subiram os preços, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Cesta Básica nas 27 Capitais de Janeiro a Abril de 2016

Posição	Cesta		Cesta		Cesta		Cesta	
	Básica		Básica		Básica		Básica	
	Capital	Jan. (em R\$)	Capital	Fev. (em R\$)	Capital	Mar. (em R\$)	Capital	Abr. (em R\$)
1º	Brasília	451,76	São Paulo	443,40	Brasília	444,74	São Paulo	442,42
2º	São Paulo	448,31	Brasília	438,69	São Paulo	444,11	Florianópolis	438,56
3º	Rio de Janeiro	448,06	Manaus	437,86	Florianópolis	441,06	Rio de Janeiro	433,96
4º	Vitória	438,42	Florianópolis	430,69	Rio de Janeiro	440,79	Brasília	427,68
5º	Florianópolis	437,24	Rio de Janeiro	430,56	Porto Alegre	420,90	Porto Alegre	426,93
6º	Porto Alegre	432,64	Porto Alegre	416,82	Vitória	418,18	Vitória	414,26
7º	Cuiabá	418,32	Belém	406,86	Belém	413,87	Belém	412,51
8º	Belo Horizonte	417,72	Boa Vista	403,83	Belo Horizonte	408,84	Campo Grande	402,89
9º	Campo Grande	412,61	Cuiabá	402,57	Cuiabá	407,72	Cuiabá	402,29
10º	Manaus	405,72	Vitória	401,38	Curitiba	400,78	Belo Horizonte	399,24
11º	Curitiba	398,46	Belo Horizonte	400,29	Campo Grande	394,04	Curitiba	396,34
12º	Palmas	395,31	Curitiba	392,75	Fortaleza	386,30	Fortaleza	385,14
13º	Boa Vista	389,93	Campo Grande	387,87	Teresina	385,80	Boa Vista	384,82
14º	Goiânia	388,45	Fortaleza	387,63	Manaus	381,52	Manaus	383,72
15º	Teresina	375,05	Macapá	385,85	Goiânia	378,45	Goiânia	382,16
16º	Belém	374,50	Teresina	377,93	Palmas	376,93	Macapá	380,78
17º	Fortaleza	368,64	Goiânia	371,80	Boa Vista	375,37	Teresina	378,21
18º	Porto Velho	365,79	Palmas	364,49	Macapá	372,52	João Pessoa	365,83
19º	Macapá	354,21	Aracaju	362,09	São Luís	356,56	Palmas	365,75

20º	São Luís	351,17	João Pessoa	360,66	Porto Velho	354,29	Recife	358,55
21º	Aracaju	350,73	Porto Velho	359,68	João Pessoa	351,88	São Luís	357,11
22º	João Pessoa	349,75	São Luís	355,29	Aracaju	349,32	Porto Velho	354,21
23º	Salvador	349,26	Recife	349,96	Salvador	348,71	Maceió	349,78
24º	Recife	344,47	Rio Branco	349,22	Recife	347,21	Aracaju	348,24
25º	Rio Branco	341,53	Maceió	347,38	Rio Branco	342,66	Salvador	344,29
26º	Maceió	337,32	Salvador	337,84	Maceió	342,55	Rio Branco	343,86
27º	Natal	329,20	Natal	331,79	Natal	325,98	Natal	334,49

Fonte: DIEESE

Os alimentos estão mais caros no Brasil no ano de 2016. Com as lavouras de feijão prejudicadas pelo clima, primeiro, as enchentes no estado do Rio Grande do Sul, reduzindo a oferta quanto à qualidade do feijão, provocando um aumento de 1,96% em João Pessoa, em março de 2016. Segundo, a produção de feijão sofre com a seca no Nordeste e continua em entressafra, logo a oferta foi reduzida. Mas, os produtos que mais subiram na capital do estado da Paraíba foram a banana (17,19%), a manteiga (7,58%), o açúcar (3,68%) e a farinha (3,28%) em março de 2016.

Quando um(a) trabalhador(a) que recebe mensalmente apenas um salário mínimo, hoje, míseros R\$ 880,00, for pegar um carrinho de feira no supermercado, perceberá a elevação dos preços dos alimentos. Na Capital paraibana, a Cesta Básica custava R\$ 349,75, ou seja, 39,74% do salário mínimo vigente. O preço da Cesta Básica em João Pessoa era o 22º mais caro entre as 27 capitais brasileiras pesquisadas pelo DIEESE. Em janeiro de 2016, Brasília tinha a Cesta Básica mais cara do Brasil, com R\$ 451,76 e Natal possuía a Cesta Básica mais barata do País, com R\$ 329,20.

Na terra onde o Sol nasce primeiro nas Américas, a Cesta Básica custava R\$ 360,66, ou seja, 40,98% do salário mínimo atual. A Cesta Básica em João Pessoa era a 20ª mais cara entre as capitais. Em fevereiro de 2016, São Paulo tinha a Cesta Básica mais cara do País, com R\$ 443,40 e Natal possuía a Cesta Básica mais barata, com R\$ 331,79.

Em João Pessoa a Cesta Básica custava R\$ 351,88, ou seja, 39,99% do salário mínimo oficial. A Cesta Básica em João Pessoa era a 21ª mais cara do Brasil. Em março de 2016, Brasília possuía a Cesta Básica mais cara do País, com R\$ 444,74 e Natal a Cesta Básica mais barata, com R\$ 325,98.

Em João Pessoa a Cesta Básica custa R\$ 365,83, ou seja, 41,57% do salário mínimo. Sobram 58,43% do salário mínimo atual para despesas fixas e variáveis. A Cesta Básica em João Pessoa é a 18ª mais cara do País. Em abril de 2016, São Paulo tem a Cesta Básica mais cara do Brasil, com R\$ 442,42 e Natal a Cesta Básica mais barata, com R\$ 334,49.

É preciso enfatizar que, no mês de abril, a maior subida no valor total da Cesta Básica, na antiga sétima economia do mundo para a nona economia do planeta, foi em João Pessoa, terra de Ariano Suassuna. Ocorreu um aumento de R\$ 351,88 para R\$ 365,83, ou seja, uma elevação de R\$ 13,95. Este aumento de 3,96% é resultado dos aumentos dos preços do tomate (14,67%), da farinha (10,69%), da manteiga (7,76%), da banana (5,53%), do feijão (5,14%), do óleo de soja (2,44%), do leite (2,31%), do pão francês (1,01%), do café (0,83%), do açúcar (0,35%) e da carne bovina (0,12%). Ocorreu apenas a queda de 1,07% no preço do arroz.

É preciso pesquisar muito antes de comprar bens de consumo não duráveis. A primeira e mais forte impreensão do(a) trabalhador(a) que está ficando muito caro, sobretudo, nas capitais das Regiões Norte e Nordeste, os 12 produtos da Cesta Básica: Carne Bovina (6,0 kg), Leite Integral (7,5 l), Feijão Carioca (4,5 kg), Arroz (3,0 kg), Farinha de Trigo (1,5 kg), Tomate (9 kg), Pão Francês (6,0 kg), Café em pó (600 g), Banana (7,5 dz), Açúcar (3,0 kg), Óleo de Soja (900 ml) e Manteiga (750 g). Sem incluir a Batata Inglesa (6,0kg).

Portanto, vamos pesquisar os preços nas prateleiras dos supermercados e nas feiras livres da terceira cidade mais antiga do Brasil. Aprendemos em Microeconomia que a demanda de um bem econômico depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor. São elas: i) O preço do bem; ii) O preço de outros bens; iii) A renda do consumidor; e iv) O gosto ou preferência do consumidor.

Estudamos em Teoria Microeconômica que o preço é a variável mais importante e representa a proporção de dinheiro que se dá em troca de determinado bem. Portanto, é a expressão monetária do valor de um bem ou serviço. Preço é o denominador comum entre oferta e demanda. Se do lado da oferta o empresário defronta com a escassez de insumos, portanto, suas expectativas são finitas e limitadas; do lado da demanda o consumidor possui necessidades infinitas e ilimitadas.

As forças de livre mercado agem no sistema de preços, onde o que é produzido depende da interação entre compradores (que estabelecem uma procura de bens) e vendedores (que desejam maximizar seus lucros). A lei da oferta e da procura irá estabelecer o preço de equilíbrio, em outras palavras, o preço justo.

Iremos presenciar nos carrinhos de supermercado menos produtos, sobretudo açúcar, feijão carioca, manteiga e óleo de soja. Iremos escolher os produtos sempre em primeiro lugar pelo seu preço, pelo menor preço. Teremos que comprar menos, por causa da queda do nosso poder aquisitivo. A taxa oficial de inflação, o IPCA, mensurado mensalmente pelo IBGE, em 2015, alcançou 10,67% ao ano, a maior desde 2002. Em abril de 2016, o IPCA subiu para 0,61%, devido o aumento dos alimentos e dos remédios.

Em João Pessoa, toda vez que os consumidores vão aos supermercados ou as feiras livres comprar os doze produtos da Cesta Básica tomam um grande susto, devido à recessão econômica. A Cesta Básica custava R\$ 306,53 em julho de 2014, aumentando para R\$ 349,75 em janeiro de 2016, um aumento de R\$ 43,22, ou seja, um acréscimo de 14,10%.

Em fevereiro de 2016, a Cesta Básica em João Pessoa custou R\$ 360,66. Logo, o aumento de R\$ 10,91 em relação ao mês anterior, ou seja, um acréscimo de 3,12%. Os consumidores pessoenses que frequentam mensalmente os supermercados ou as feiras livres percebem que os preços estão subindo, estão mais caros, já outros produtos estão caindo. Em março houve uma pequena queda de R\$ 8,78, devido à redução do preço do tomate (-9,64%) e do café(-0,21%).

A variação do preço da Cesta Básica em João Pessoa é natural de um supermercado para outro, porque os preços não estão congelados, mas oscilando devido à concorrência. Por exemplo, podemos encontrar o preço do saco de açúcar de um quilo entre R\$ 2,35 a R\$ 2,99. Enfatizando que o Brasil e a Índia permanecem como os dois maiores produtores de açúcar do mundo, oriundo da cana-de-açúcar. Uma saca de açúcar de 50 kg custava R\$ 50,22 em fevereiro de 2015, aumentando para R\$ 76,57 em 17 de março de 2016. Logo, o aumento de R\$ 26,35, ou seja, um acréscimo de 52,47%.

Precisamos pesquisar para encontrar os produtos mais baratos da Cesta Básica em nossa cidade. Segundo o DIEESE, os doze produtos da Cesta Básica subiram de preço em João Pessoa, no mês de fevereiro: Açúcar (+10,12%), Manteiga (+8,20%), Tomate (+6,81%), Feijão (+4,29%), Óleo de Soja (+3,87%), Café (+2,55%), Banana (+2,04%), Carne Bovina (+2,04%), Arroz (+1,08%), Farinha de Trigo (+0,83%), Pão (+0,46%) e Leite (+0,29%). Portanto nenhum produto da cesta básica caiu de preço em João Pessoa em fevereiro de 2016. O açúcar foi o produto que mais subiu de preço e o leite o que menos subiu.

Os consumidores estão se assustando a cada mês com o preço dos produtos da Cesta Básica. Em abril de 2016, menos produtos nos carrinhos dos supermercados. Há muito descontentamento, tanto da parte dos consumidores, quanto dos supermercados, e a insatisfação se estende por todo o País, sobretudo entre os 11 milhões de desempregados.

O Brasil é o segundo maior produtor de grãos do planeta e irá produzir cada vez mais. Serão safras recordes a cada ano e ultrapassará os 200 milhões de toneladas de grãos em única safra. Os elevados preços da Cesta Básica no Brasil é decorrente também dos altos impostos. O filósofo escocês Adam Smith (1723-1790) considerava os elevados impostos um grande obstáculo ao crescimento da economia.

O cidadão comum ao procurar o seu próprio interesse, automaticamente promove o interesse da sociedade em geral. Em uma passagem célebre da primeira obra prima da Escola Clássica, Smith (1983, p.50), no Livro Primeiro, Capítulo II, enfatizou que, *“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles”*.

A Riqueza das Nações é a obra prima do economista britânico Adam Smith, publicada em 09 de março de 1776. Para Smith a riqueza da nação é oriunda do trabalho produtivo. Com o impacto da Revolução Industrial, Adam Smith, o Pai da Economia e do Liberalismo Econômico, defendeu que toda intervenção do Estado na economia capitalista é completamente condenável. No século XVIII, Smith procurou a resposta para uma pergunta bastante atual: Por que alguns países são ricos, e outros não?

Para Smith (1983, p.93-94), *“O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção”*. Portanto, 240 anos após sua publicação, a obra clássica de Adam Smith não perdeu a capacidade de se manter atual. O salário mínimo no Brasil é insuficiente para comprar os produtos da Cesta Básica, de higiene pessoal e de limpeza, além do pagamento das contas mensais de água, energia elétrica, telefone, outras contas.

A palavra forte em momentos difíceis é economizar. A Economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos produtivos finitos e com necessidades e desejos infinitos. Nossas tomadas de decisões dependem muito do nosso **conhecimento** de Economia.

4. Considerações Finais

Há 78 anos a classe trabalhadora necessita adquirir mensalmente os treze itens da Cesta Básica para sobreviver no Brasil. Não entra nesta lista o macarrão, o sal, os ovos de galinha, entre outros produtos necessários. Entre as 27 capitais brasileiras, em abril de 2016, São Paulo teve a Cesta Básica mais cara do País, e João Pessoa, a que mais subiu no Brasil, com aumento em onze produtos, apenas o preço do arroz caiu.

O salário mínimo atual dificultará a compra dos produtos da Cesta Básica, dos produtos de higiene pessoal e de limpeza, ao mesmo tempo, pagar as contas mensais de energia elétrica e água, além de abastecer o automóvel e comprar remédios. Segundo dados recentes do DIEESE, *"Em abril de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.716,77, ou seja, 4,2236 vezes maior do que o mínimo de R\$ 880,00, que entrou em vigor em 1º de janeiro, conforme definição do Governo Federal"*.

É preciso destacar que o DIEESE leva em consideração a determinação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que o salário mínimo deva ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, por isso, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Nos quatro primeiros meses deste ano, além das enchentes e das secas, influenciaram muito o aumento da Cesta Básica, os aumentos dos combustíveis e da energia elétrica. Com menos oferta de alimentos, os preços sobem. Estamos sofrendo com uma inflação de custos. Estamos sofrendo com a queda da taxa de crescimento do PIB trimestral. Vivemos a maior crise econômica das últimas oito décadas no Brasil. Desde abril de 2014 a economia brasileira encontra-se por oito trimestres consecutivos sem crescer!

Estamos muito preocupados com os rumos da economia brasileira e a recessão pode se aprofundar e se tornar numa depressão. Segundo o Professor Paulo Sandroni, da FGV, no Dicionário de Economia do Século XXI (2008, p.237), a depressão econômica significa a *"fase do ciclo econômico em que a produção entra em declínio acentuado, gerando queda nos lucros, perda do poder aquisitivo da população e desemprego"*.

Existem várias alternativas para iniciar a fase de recuperação econômica a curto prazo e posteriormente, melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, uma delas é a isenção de impostos federais e estaduais em produtos da Cesta Básica nas cinco regiões do País. Outra alternativa é reduzir a taxa SELIC na próxima reunião do COPOM, atualmente, em 14,25% ao ano. Portanto, quanto mais barato os preços nos supermercados ou nas feiras livres, mais consumidores, mais clientes.

Um país desenvolvido se faz com homens e mulheres, livros e computadores

Paulo Galvão Júnior

Entre 1599 e 1600, o dramaturgo inglês William Shakespeare escreveu uma tragédia intitulada “HAMLET, PRINCE OF DENMARK”, no qual a frase mais conhecida mundialmente foi dita no Ato III, da Cena I, no quarto do Castelo, pelo Hamlet, Príncipe da Dinamarca: “*To be, or not be, that is the question*”, cuja tradução é “*Ser, ou não ser, eis a questão*”.

As tragédias e as comédias de William Shakespeare são como as músicas de Beethoven ou as pinturas de Van Gogh, transcenderam a pequenez do tempo e do lugar e tornaram-se obras eternas, que falam a todos os seres humanos, a todos os momentos, a todos os sentimentos.

Um livro de Shakespeare é sublime e ultrapassa fronteira. Uma obra como “Romeu e Julieta” muda o ser humano. Shakespeare escreveu livros impressionantes, entre eles destacam-se “Sonho de uma Noite de Verão”, “A Tempestade”, “O Rei Lear”, “O Mercador de Veneza”, “Os Dois Cavalheiros de Verona”, “Otelo” e “Macbeth”. Quem ler Shakespeare, a imaginação e a criatividade florescem nos jardins do cérebro. Quem ler os 154 sonetos do poeta britânico é capaz de alcançar o futuro com as mãos no presente. Filho de John Shakespeare e Mary Arden, de famílias prósperas na Inglaterra, e irmão da poesia e do teatro, morreu aos 52 anos na mesma cidade que nasceu, em Stratford-upon-Avon, em 23 de abril de 1616.

As peças de Shakespeare foram traduzidas para 80 idiomas e apresentadas em palcos de cinco continentes. Segundo Shakespeare: “*Todo o mundo é um palco e todos os homens e mulheres mero atores: Eles têm as suas saídas e as suas entradas; e um homem no seu tempo desempenha muitos papéis*”.

Em 23 de abril de 2016, comemorou-se os 400 anos da morte de William Shakespeare, o maior gênio da literatura mundial. Dentro das páginas das suas 37 peças (13 comédias, 13 peças históricas, 6 tragédias e 5 tragicomédias) estão contidas algumas das mais belas palavras já escritas na Língua Inglesa; dentro das páginas dos seus livros estão contidas algumas das maiores peças já escritas em qualquer idioma.

Vivemos numa sociedade capitalista, cujos pensamentos predominantes são “Consumo, logo existo!”, “O que ganho com isso?” e “Quanto custa?”. Mas, reina a incerteza na economia globalizada. A crise econômica está cada vez pior em vários países como o Brasil e a Rússia, muitos trabalhadores e desempregados perguntam-se: “*Ter, ou não ter, cadê o meucartão?*”.

Enquanto estivermos vivendo nesse processo civilizatório orientado para o “ter” pelo “ter”, da violência urbana ou rural seremos testemunhas ou vítimas. Além disso, seremos testemunhas ou vítimas da crise econômica. Em primeiro lugar, hoje em dia, o principal é ter; em segundo, ter; em terceiro, ter; quarto, ter novamente; e em quinto e último lugar, ser.

Na economia brasileira reina o alto desemprego, que já passa dos 11 milhões de desempregados, e a elevada dívida pública, que já passa de R\$ 3,8 trilhões, e faz com que grande parte da população viva em péssimas condições de vida, gerando angústia, incerteza e depressão. A carga tributária já consome mais de 32% das riquezas produzidas no Brasil. Todavia, não aproveitamos todas as riquezas da Amazônia (com mais de 4 milhões de km²) nem tão pouca da Amazônia Azul (com quase 4,5 milhões de km²).

No Reino da Espanha, terra de Miguel de Cervantes, a crise econômica reina desde 2008. Cervantes escreveu a sua obra prima “Dom Quixote de La Mancha” em 1605, um dos livros mais lidos e traduzidos do mundo. Cervantes morreu em 22 de abril de 1616, aos 68 anos de idade, na capital espanhola, Madrid, há 400 anos. Hoje, de cada dez trabalhadores espanhóis três estão desempregados, e a taxa de suicídio subiu mais de 9% de 2008 a 2013, em 90% dos casos, se configura um quadro de transtorno mental como depressão.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística da Espanha, de 2013, apontam 3.870 pessoas mortas por suicídio naquele ano, sendo 2.911 homens (75,2%) e 959 mulheres (24,8%). Por que estes espanhóis perderam a alegria de viver no Velho Mundo? Por que faltaram motivos para sorrir num dia ensolarado? A crise econômica está agravando a pobreza extrema e aumentando o número de pessoas sem-teto.

O desespero de trabalhadores espanhóis está muito elevado, por problemas econômicos, resultando em suicídio. Por isso, surgem os jovens indignados a clamarem nas ruas por outro mundo, em que haja maior justiça social, maior qualidade de vida e maior proteção ao meio ambiente. Um mundo na qual a humanidade possa conciliar a liberdade com a igualdade.

Já o Reino da Dinamarca tem o 4º melhor IDH do mundo, com 0,923, de desenvolvimento humano muito elevado, segundo os dados de 2014 do PNUD. A Dinamarca, um país nórdico, tem uma das maiores produções energética por turbinas eólicas da Terra, além de mais de 10.000 km de ciclovias e como o Brasil é dividido por cinco regiões geográficas.

A Dinamarca foi considerada em 2012, o país com menor índice de desigualdade social do planeta, com Índice de Gini de 28,1. A Dinamarca, segundo a revista Forbes, é “o melhor país para fazer negócios” da Terra. É um dos países mais avançados em medidas ambientais contra as mudanças climáticas, rumo a uma economia verde. Em 2016, pesquisas da ONU em 157 países classificaram a Dinamarca como “o país mais feliz do mundo”, com 7.526 pontos. O Índice Global da Paz de 2015 classificou a Dinamarca como o segundo país mais pacífico do mundo, com 1.150 pontos, atrás apenas da Islândia, com 1.148 pontos. A Dinamarca, país escandinavo, também foi classificada como o país menos corrupto do mundo em 2015, pelo Índice de Percepção de Corrupção, com 91 pontos, enquanto o Brasil encontra-se em 76º lugar, com 38 pontos, no ranking de 168 países, sendo os dois últimos países, a Coreia do Norte e a Somália, com apenas oito pontos, respectivamente.

A Dinamarca como a Finlândia, Suécia, Noruega, França, Inglaterra, Alemanha, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão e Coreia do Sul elegeram a educação de qualidade como a base do crescimento econômico, do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento humano. A Dinamarca, país de economia desenvolvida, tem a maior carga tributária do mundo, com 48,6% do PIB, segundo dados de 2014 da OCDE. Com a forte ajuda do governo dinamarquês, os dinamarqueses encontrarão emprego, seguro-desemprego, segurança, saúde, educação, transporte, são características do Estado de Bem-Estar Social, logo, quanto mais se ganha, mais se paga impostos.

Consegues enxergar ou encontrar alguma semelhança com o Brasil? Qual é o segredo da Dinamarca? A Rainha Margarida II é uma das monarcas mais cultas do mundo desde 12 de janeiro de 1972 e o povo dinamarquês é um dos mais alfabetizados do planeta.

Infelizmente, sofreremos com a recessão econômica. Sofreremos mais com a depressão econômica no País. Os problemas econômicos mancharão as famílias brasileiras de desempregados, inadimplentes, divórcios, doentes e suicídios. O que nos une? O céu noturno cheio de estrelas e a nossa bandeira de cores verde, amarela, branca e azul com 27 estrelas. O que nos une? A luta para conquistar a ordem e o progresso no país mais rico, mais populoso, mais extenso, mais bonito e mais querido da América do Sul. O que nos une? Não é a ditadura militar nem a ditadura do proletariado, é a democracia, a melhor forma de governo para a convivência dos pensamentos contrários de 35 partidos políticos na antiga sétima economia do mundo e atual nona economia do planeta.

O escritor baiano Jorge Amado, em 1930, em seu primeiro livro, intitulado “O País do Carnaval”, escreveu duas frases promissoras sobre o Brasil em seu romance. A primeira frase, “*É o país de mais futuro do mundo!*”. A segunda frase, “*Dentro de cem anos o Brasil será o primeiro país do mundo*”. Já se passaram mais de 80 anos, exatamente 86 anos, restam apenas 14 anos para a confirmação da profecia de Jorge Amado torna-se uma realidade. Todavia, devemos lembrar que ele escreveu também duas frases preocupantes sobre o Brasil em seu célebre romance. A primeira frase, “*O Brasil é o País do Carnaval*”. A segunda frase, “*O Brasil estava à beira do abismo*”. O Brasil rumo para sua primeira depressão econômica entre os séculos XX e XXI, com gigantescos problemas sociais como a violência, que está crescendo a cada dia nas cinco regiões do País e afetando diretamente a qualidade de vida de mais de 205 milhões de habitantes.

Segundo o professor de Economia na Universidade de Utah, nos EUA, o economista Hunt, no livro “História do Pensamento Econômico” (2005, p.79), “*Nas depressões, os empresários sempre encontram problemas para achar compradores para suas mercadorias, a capacidade de produção fica ociosa, o desemprego é muito pior do que o habitual e o aumento da pobreza e do sofrimento social são o resultado inevitável*”.

Em 22 de abril festejou-se o Dia do Descobrimento do Brasil, pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, o comandante da esquadra portuguesa de 10 naus e 3 caravelas, em 1500, no século XV. O maior problema do Brasil é a desigualdade social, que completou 516 anos. Por que o Brasil é muito desigual? Neste país secular, constatamos que muitos cidadãos têm acesso à moradia digna. Outros se

vêm forçados a morar em lugares de grandes riscos de enchentes e deslizamentos de terra. Outros são os sem-teto nas cidades.

A Economia busca gerar riqueza e bem-estar social com recursos produtivos finitos. No ano de 2016 ocorrerão muitas demissões, muitos passaram fome, muitos viveram de favores alheios, devido às políticas fiscal e monetária contracionistas, além de muitos enfrentaram sérias dificuldades para pagar as contas mensais, outros serão despejados. O valor atual do salário mínimo é muito baixo e a cesta básica está aumentando em sua cidade. Estamos mais pobres, portanto, economize já!

Uma das melhores oportunidades para a recuperação econômica de um país tropical como o Brasil é o turismo, que sustenta diretamente um em cada 11 empregos no planeta. Outra grande oportunidade é exportar mais minério de ferro, ilmenita, rochas ornamentais, soja, milho, carne de frango, carne bovina, café, açúcar, suco de laranja, álcool etílico, frutas, aviões, automóveis, navios mineraleiros, calçados, software, serviços de TI, outros produtos.

Antes de decidir onde comprar os produtos da cesta básica no supermercado, o(a) trabalhador(a) precisa seguir a velha dica dos economistas durante os planos econômicos na Nova República, pesquisar os preços antes de comprá-los. Sobrevivemos a sete planos econômicos: Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano Collor II e Plano Real. Em março de 1990, a inflação mensal atingiu 82,39%. Em 1993, a inflação anual atingiu 2.477,15%. Iremos sobreviver às medidas do ajuste fiscal, com cortes nos gastos públicos e aumento de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria). Iremos sobreviver às maiores taxas de juros do planeta (a taxa Selic é de 14,25% ao ano, os juros do cheque especial atingiram 300,8% ao ano e do cartão de crédito atingiu 449,1% ao ano em março de 2016). Iremos sobreviver ao aumento generalizado, contínuo e persistente do nível de preços, que provoca a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores.

É cara, a cesta básica nas 26 capitais e em Brasília. É assustador, o número de trabalhadores perdendo o emprego, e que não conseguem encontrar um novo emprego. É doloroso, os nossos baixos salários sendo corroídos pela inflação alta. São inconcebíveis os aumentos significativos de impostos, das tarifas públicas de energia elétrica e de água, além do combustível, do botijão de gás e de remédios em plena recessão econômica. Durante cinco meses trabalhamos só para pagar tributos. Temos a oitava maior carga tributária do mundo e a primeira entre os países emergentes. Recentemente, o Governo Dilma Rousseff aumentou o IOF da moeda estrangeira de 0,38% para 1,10% e com previsão de arrecadação anual de R\$ 2,3 bilhões. Na verdade, precisamos é da extinção do IOF, criado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, no Plano Collor, em 16 de março de 1990.

O aumento de impostos e o corte de gastos em áreas como saúde e educação geram o empobrecimento e crescem ainda mais a desigualdade social no Brasil. É visível, temos serviços públicos de má qualidade. É muito triste, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos sofrendo e morrendo por diversas doenças (AVC, dengue, H1N1, pneumonia, hipertensão arterial, outras). É preocupante, a infraestrutura logística. É vergonhosa, a falta de educação de qualidade, em todos os

níveis, sendo a maior forma de mobilidade social no País. Um estudo recente da OCDE, revelou quem estuda mais tende a ser mais feliz e ter uma esperança de vida ao nascer maior.

Que país este? Brasil, de forte intervenção do Estado na economia; Brasil, cujo Governo Federal se envolve em diversos escândalos de corrupção, sobretudo na Petrobras, a maior empresa do País, de acordo as investigações da Operação Lava Jato; Brasil, cujo número de empresas que fecharam as portas nos quatro primeiros meses de 2016 é o maior dos últimos dois anos; Brasil, de 60 milhões de consumidores inadimplentes e de 13 milhões de analfabetos.

Um futuro melhor através dos livros é possível! Podemos construir um país desenvolvido pela prazerosa leitura de livros dos melhores autores. Portanto, vamos incentivar as crianças, os adolescentes, sobretudo, a juventude brasileira a ler livros! Faça chuva ou faça sol vamos ler William Shakespeare, que nasceu no dia 23 de abril de 1564, exatos 452 anos atrás. Shakespeare escreveu “Ricardo III”, em 1593, no qual aborda a ambição desmedida e a luta pelo poder na Inglaterra.

Ao luar vamos reler Carlos Drummond de Andrade! Ler Oswald de Andrade! Mário de Andrade! Vinícius de Moraes! Pablo Neruda! Victor Hugo! Adam Smith! John Maynard Keynes! Karl Marx! Max Weber! Friedrich Engels! Leon Tolstói! Fiódor Dostoiévski! Jean-Paul Sartre! Simone de Beauvoir! Marina Colasanti! Adélia Prado! Cora Coralina! Lygia Fagundes Telles! Cecília Meireles! Clarice Lispector! Christian Andersen! Monteiro Lobato! Guimarães Rosa! Graciliano Ramos! João Cabral de Melo Neto! Ferreira Gullar! Manuel Bandeira! Jorge Amado! Celso Furtado! José Lins do Rego! José Américo de Almeida! Augusto dos Anjos! Ariano Suassuna! Vale à pena ler Miguel de Cervantes, antes, durante e após o Dia Internacional do Livro (o dia 23 de abril foi instituído pela UNESCO).

O conhecimento é o ouro do século XXI! O **conhecimento** é a principal ferramenta que devemos saber utilizar para desmontar a “armadilha da depressão” num dos 20 países mais ricos e dos 20 mais desiguais do planeta. Com um vasto **conhecimento**, com uma visão estratégica, podemos produzir mais inovações tecnológicas, assim promoveremos o desenvolvimento humano muito elevado na República Federativa do Brasil, uma potência econômica no contexto da economia mundial. Por isso, movidos pela busca contínua por **conhecimento**, procurem os livros em sala de aula, nas bibliotecas, nas escolas, nas faculdades, nas universidades, além dos livros digitais na internet, nos tablets, nos CDs, nos smartphones, nos notebooks. Parafraseando Monteiro Lobato, “Um país desenvolvido se faz com homens e mulheres, livros e computadores”.

A Profecia da Depressão

Paulo Galvão Júnior

A crise da economia brasileira na atualidade é um dos principais assuntos na mídia nacional. O tema que abordamos hoje é muito sério, porque a crise econômica assola o País e afeta as condições de vida de mais de 205,7 milhões de habitantes.

A recessão econômica, o elevado desemprego e o aumento da dívida pública reacenderam o debate entre os economistas brasileiros no início do ano de 2016. De um lado, lado direito, economistas que defendem menor intervenção do Estado na economia brasileira. Do outro lado, lado esquerdo, economistas que defendem a forte intervenção do Estado como essencial para o crescimento econômico do País.

Em 2015, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de retração de 3,8%, segundo os dados do IBGE. A nova previsão é uma nova retração do PIB em 2016, de 3,8%, de acordo com o FMI. Já para o ano de 2017, a projeção do FMI é de 0%, ou seja, estagnação econômica.

O FMI está errado, porque a economia brasileira entrará em depressão no ano de 2017. Quando ocorrem três ou quatro anos consecutivos de queda no PIB, a economia encontra-se na depressão econômica, como também, quando a economia de um determinado país atinge uma retração de 10% ou mais no determinado ano.

A economia brasileira tende a uma severa e prolongada recessão econômica, com a forte queda dos investimentos públicos e privados. É preciso entender que no Brasil vigora a economia capitalista. Portanto, a economia brasileira está passiva de fases cíclicas. Com certeza, estamos muito longe da prosperidade econômica, a melhor fase do ciclo econômico.

Segundo o economista americano Wesley Clair Mitchell (1874-1948), as quatro fases do ciclo econômico do sistema capitalista são: 1. Prosperidade; 2. Recessão; 3. Depressão; 4. Recuperação. Não há dois ciclos econômicos iguais, variam tanto na intensidade quanto na duração. A duração não é previsível, embora seja possível prever suas fases.

De acordo com o saudoso professor da UFPB, PhD em Economia pela Universidade de Oregon, nos EUA, José Alfredo Leite (1994, p. 638), no livro *Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica*, “(...) Wesley C. Mitchell explicou que o ciclo econômico se manifestava na forma de ondas de períodos regulares, que apresentavam quatro fases importantes denominadas prosperidade, recessão, depressão e recuperação”.

O ciclo econômico envolve uma alternância de períodos de crescimento econômico (prosperidade e recuperação) e de períodos de declínio econômico (recessão e depressão). A depressão econômica usualmente pode ser definida por uma retração drástica de 10% do PIB ou uma prolongada recessão econômica em torno de três ou quatro anos. Estamos vivendo a maior crise econômica do Brasil dos últimos 86 anos.



Os ciclos econômicos podem ser analisados e comparados por quatro dimensões: duração, amplitude, severidade e difusão. A Macroeconomia moderna utiliza os termos expansão econômica (prosperidade e recuperação) e retração econômica (recessão e depressão) para apontar a fase cíclica vigente. Existe um ciclo de alternância de expansão (em inglês, *boom*) e retração (em inglês, *bust*) na economia capitalista. Logo, existem ondas de duração, amplitude, severidade e difusão irregulares e difíceis de prever pelos economistas, com raras exceções como o Nouriel Roubini, que ficou conhecido como "Dr. Apocalipse" após prever a crise financeira internacional de 2008.

A palavra crise vem do latim *crisis*, que significa momento decisivo. A crise econômica no Brasil se agravou, devido ao fim do ciclo de alta nos preços das commodities, a desaceleração econômica da China e os enormes gastos públicos. Mas, toda crise econômica é cíclica, pois tem início, meio e fim.

Durante uma recessão econômica pode exacerbar uma armadilha de liquidez, reduzindo a demanda agregada e o emprego no País. Segundo o relatório do Goldman Sachs intitulado *Brasil: evoluindo de uma profunda recessão para uma depressão econômica*, destacou que o resultado para o PIB no terceiro trimestre de 2015 "surpreendeu negativamente" e contribuiu para a piora das expectativas. O banco de investimentos americano previu queda de 3,6% para o PIB no ano de 2015 (errou por apenas 0,2%), acompanhada de contração de 6% na demanda interna. Para 2016, a estimativa é que o PIB sofra nova queda, de 2,3%.

Nos dias atuais, economistas brasileiros e estrangeiros estão preocupados com os rumos da antiga sétima economia do mundo e atual nona economia do planeta e tentando prever a taxa de crescimento econômico em 2016 e nos próximos anos. Em sala de aula, no IESP Faculdades, previ a queda de 3,7% do PIB brasileiro em 2015, me equivoquei por apenas 0,1%, mas acertei a continuação da taxa SELIC em 14,25% ao ano na última reunião do COPOM do BACEN, em Brasília, em 02 de março de 2016, atualmente, a terceira maior taxa de juros nominais e maior taxa de juros reais do planeta.

Desde o início do século XX até 2015, o Brasil passou por quinze recessões econômicas não consecutivas, nenhuma depressão econômica. Segundo o Professor Paulo Sandroni, no Dicionário de Economia do Século XXI (2008, p.237), a depressão econômica significa a "*fase do ciclo econômico em que a produção entra em declínio acentuado, gerando queda nos lucros, perda do poder aquisitivo da população e desemprego*".

Observamos atentamente o Quadro 1 abaixo que trata das recessões econômicas no País entre 1902 e 2015, além da previsão para o ano de 2016.

Quadro 1. Recessões Econômicas no Brasil

Ano	PIB	Ano	PIB	Ano	PIB	Ano	PIB
1902	-0,5%	1930	-2,1%	1981	-4,3%	1992	-0,5%
1908	-3,2%	1931	-3,3%	1983	-2,9%	2009	-0,2%
1914	-1,3%	1940	-1,0%	1988	-0,1%	2015	-3,8%
1918	-2,0%	1942	-2,7%	1990	-4,3%	2016*	-3,8%

Fonte: IBGE

Nota: (*) Previsão

No século XX, a primeira recessão no País aconteceu em 1902, com uma queda de 0,5% no PIB brasileiro. A segunda recessão aconteceu em 1908, com uma retração econômica de 3,2%, devido à superprodução do café que derrubou os preços internacionais e afetou duramente as exportações, e negativamente o PIB.

A terceira recessão no País aconteceu em 1914, com uma queda de 1,3%. A quarta recessão econômica ocorreu em 1918, com um recuo no PIB de 2,0%, devido à forte queda das exportações brasileiras de café para a Europa, sofrendo com os impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A quinta recessão ocorreu em 1930, com uma contração de 2,1%, devido a Crise de 1929, que ocorreu em 29 de outubro, com a grande queda (em inglês, *the great crash*) da Bolsa de Valores de Nova York, onde as ações foram extremamente desvalorizadas. A depressão iniciou-se no país mais rico do mundo, atravessou o Oceano Atlântico e contagiou os países europeus industrializados e durou até 09 de setembro de 1939, quando começou a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão (em inglês, *the Great Depression*) chegou ao Brasil, o maior produtor mundial de café, principal produto de exportação do Brasil para os EUA e a Europa Ocidental, e a superprodução de café gerou uma crise no País.

A sexta recessão aconteceu em 1931, com uma forte retração de 3,3% na economia brasileira, ano no qual o governo Getúlio Vargas mandou queimar mais de 12 milhões de sacas de café e erradicar cafezais na tentativa de aumentar o preço do grão no mercado internacional. O Brasil então passou a investir mais na industrialização, através do processo de substituição de importações.

A sétima recessão ocorreu em 1940, com uma retração de 1,7%. A oitava recessão ocorreu em 1942, com uma queda no PIB nacional de 2,7%, devido os impactos econômicos, sociais e ambientais

da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na produção e exportação de produtos agrícolas e industrializados do Brasil.

A nona recessão aconteceu em 1981, com uma forte retração da economia brasileira na ordem de 4,3%, devido os impactos econômicos, sociais e ambientais da Segunda Crise do Petróleo. Em 1979, o preço do barril de petróleo voltou a subir, desta vez de US\$ 12 para US\$ 30. Chamou-se a este aumento de 150% o Segundo Choque do Petróleo. O corte na venda e distribuição do petróleo por parte do segundo maior produtor mundial, o Irã, em meio à Revolução Islâmica, pela qual passou o país em 1979, comandada pelo Aiatolá Khomeini, no qual a OPEP atuou para controlar o volume da produção e os preços internacionais do barril de petróleo.

A décima recessão econômica ocorreu em 1983, com um forte recuo do PIB brasileiro no valor de 2,9%, devido os elevados juros da dívida externa. No ano de 1981 a dívida externa brasileira era de US\$ 61,4 bilhões saltou para US\$ 81,3 bilhões, em 1983, em seguida, aumentou para R\$ 91,0 bilhões em 1984.

A décima primeira recessão aconteceu em 1988, mesmo ano da promulgação da Constituição Federal, com uma queda de 0,1%. A décima segunda recessão ocorreu em 1990, com uma forte retração da economia brasileira na ordem de 4,3%, devido o fracasso econômico do Plano Collor. Implantado em 16 de março de 1990, o Plano Collor foi o pior plano econômico no País. Enfrentamos o confisco de ativos financeiros, o congelamento de preços e salários, além da mudança de moeda de cruzado novo para cruzeiro.

As décimas terceira e quarta recessões ocorreram em 1992 e 2009, com queda do PIB nacional de 0,5% e 0,2%, respectivamente. A décima quinta recessão ocorreu em 2015, com uma contração de 3,8% no PIB brasileiro, devido os inúmeros escândalos de corrupção, as pedaladas fiscais, além da péssima gestão dos gastos públicos que optou pela nova matriz macroeconômica, que adota uma política fiscal contracionista e uma política monetária restritiva.

Constataremos mais pessoas desempregadas, mais consumidores inadimplentes, mais empresas falidas nestes momentos econômicos nebulosos. Conforme dados das Juntas Comerciais mais de 354 mil empresas de todos os setores da economia brasileira foram desativadas em 2015. Este ano será ainda pior, o Brasil está sendo empurrado para um abismo econômico, com graves consequências sociais e ambientais na quinta maior e mais populosa nação do planeta. Segundo os dados de março de 2016 da SERASA, são 60 milhões de pessoas inadimplentes, maiores de 18 anos e que totalizam R\$ 256 milhões em dívidas atrasadas.

Visualizamos desde 17 de março de 2014 na TV, doleiros, empreiteiros, dirigentes da Petrobras, empresários e políticos acusados de corrupção serem presos com as investigações da Operação Lava Jato. Estamos indignados com as graves consequências da corrupção. Estamos horrorizados com a realidade brasileira, a inflação alta corroendo o poder aquisitivo da população mais pobre. Os preços da gasolina, energia elétrica, gás de cozinha, remédios subiram muito.

A última vez que ocorreu uma retração em dois anos seguidos no Brasil foi em 1930 (-2,1%) e 1931 (-3,3%), no século XX. Infelizmente, esta gravíssima situação econômica ocorrerá no biênio 2015-2016, no século XXI. A próxima recessão econômica será no ano de 2016. A depressão econômica acontecerá em 2017, portanto, pela primeira vez na História Econômica do Brasil, enfrentaremos a fase cíclica mais cruel do capitalismo.



O Brasil ruma para quatro anos seguidos de recessão após uma taxa de crescimento econômico de apenas 0,1% em 2014. O número de desempregados é muito elevado, agora temos 9,6 milhões, infelizmente, a tendência será alcançar 13 milhões em 2016 e, posteriormente, 20 milhões em 2017. O desemprego gera desigualdade e retira oportunidades.

Vale a pena enfatizar, que o Brasil está pouco integrado na economia global. Precisamos diminuir as tarifas de importação, melhorar a infraestrutura, e, sobretudo, aumentar a produtividade do trabalhador, segundo os Relatórios Econômicos da OCDE: Brasil 2015. Um país continental como o Brasil tem uma infraestrutura logística precária, faltam ferrovias, portos, estradas, aeroportos e dutos para transportar as riquezas produzidas.

Evidentemente, podemos mudar os rumos da economia brasileira com boas escolhas. Desde logo, não podemos aceitar tão calados uma carga tributária na ordem de 36,4% do PIB brasileiro. O aumento dos tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) vem acarretando uma queda da arrecadação tributária, porque este aumento provoca um impacto negativo nas decisões das pessoas físicas e jurídicas, e intensifica a sonegação fiscal nas cinco regiões do País.

A saúde pública está na UTI com a forte queda dos recursos e com a demanda muito grande de pessoas doentes de dengue, chikungunya, zika, síndrome de Guillain-Barré, H1N1 e microcefalia para o atendimento médico-hospitalar e de reabilitação em todo o País.

O físico alemão Albert Einstein (1879-1955), Prêmio Nobel de Física em 1921, por suas contribuições a física teórica, dizia que: “*No meio da dificuldade encontra-se a oportunidade*”. Muitos brasileiros deixam essas oportunidades passarem em suas vidas e estão esperando a forte intervenção do Estado na economia brasileira para melhorar a qualidade de vida. O IDH do Brasil é de 0,755 e encontra-se em 75º lugar no ranking mundial, segundo dados de 2014 do PNUD.

A recessão econômica vigente começou no segundo trimestre de 2014, provocando mais violência nos 5.570 municípios brasileiros, sobretudo nas 26 capitais e em Brasília. O Brasil registrou

59.627 homicídios em 2014, sendo a maioria das vítimas eram jovens negros. Aumentou o número de roubos de bancos comerciais, carros, motos, celulares, além de sequestros relâmpagos.

Em tempos de crise econômica, o turismo pode ajudar muito na recuperação da economia brasileira. Ela acontecerá com a reestruturação da gestão pública, as reformas tributária, previdenciária, trabalhista, política, urbana, agrária, além do maior crescimento do setor agropecuário e das energias renováveis. Para alcançarmos a prosperidade econômica recomendamos grandes investimentos em educação de qualidade, em ciência e tecnologia, mudar o padrão de consumo e combater o desperdício.

O consumismo se tornou uma grave doença na economia brasileira. A deterioração da economia do País agrava a qualidade de vida do povo brasileiro. A longo prazo, como identificar os sintomas da depressão econômica no País e ao mesmo tempo propor tratamento para superar a pior fase cíclica do capitalismo? Não podemos temer o futuro do Brasil! A conclusão geral que surge é que a profecia da depressão é muito provável que ocorra em 2017.

Portanto, a recessão econômica agrava-se a cada mês e podendo tornar-se numa depressão econômica no próximo ano. Salve-se quem puder! Salve o Brasil! Queremos um Brasil melhor para os atuais 205,7 milhões e os futuros brasileiros, nossos filhos, nossos netos! Segundo Eric Hobsbawm (1995, p.105), na sua obra prima *Era dos Extremos: o breve século XXI: 1914-1991*, “*Mesmo a pior depressão cíclica mais cedo ou mais tarde tem de se acabar*”. Vamos estudar mais! Vamos trabalhar mais! Viva o BRASIL!

A situação da economia brasileira está ruça em 2016

Paulo Galvão Júnior

1. Introdução

Hoje, iniciamos a nossa coluna citando o economista americano Kenneth Rogoff, professor de Economia na Universidade de Harvard: *“Algumas pessoas querem menos governo, sem se importar em melhorá-lo. Outras querem mais governo, também sem se preocupar em melhorá-lo. Estranhamente, há pouca discussão sobre a reforma do Estado. Como aumentar a eficiência das escolas? Como atrair mais investimentos privados para a área de infraestrutura de forma transparente? Claro que valorizo uma boa infraestrutura, mas isso não quer dizer que devemos deixar o Estado e sua dívida crescer de formadescontrolada”*.

Os olhos do mundo estão voltados para os rumos do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O Brasil e a Rússia, o quinto maior país do mundo e a maior nação do planeta, são considerados países emergentes, e anteriormente possuidores de um crescimento econômico consideravelmente acelerado, que chamaram a atenção de vários economistas, principalmente do Goldman Sachs, que afirmaram que, em 2050, quatro destas cinco nações emergentes (exceto, África do Sul) ultrapassariam os PIBs doG6.

Contudo, acontecimentos econômicos passados e recentes estão desacelerando o crescimento russo como também o brasileiro, sobretudo, agravando numa recessão econômica. A situação brasileira ou russa se encontra extremamente preocupante, com o crescimento descontrolado da inflação, além das taxas de juros reais muito elevadas, sendo a do Brasil a mais alta do mundo e a da Rússia, a terceira doplaneta.

Percebemos que o caminho do Brasil para se tornar um país desenvolvido e de IDH muito elevado, está ficando cada vez mais longo, e infelizmente é uma realidade dura que temos que encarar, mas que através de políticas macroeconômicas corretas podemos caminhar para uma recuperação econômica, ao invés de uma depressão econômica. Percebemos que o Brasil está muito distante do seletor grupo de países com renda *per capita* acima de trinta mil dólares americanos.

2. Principais Indicadores do Brasil e da Rússia naAtualidade

Entre as 10 maiores economias do mundo, apenas a Rússia (8ª economia do mundo) possui indicadores econômicos tão problemáticos quanto o Brasil (7ª economia do planeta), ambos combinam uma recessão econômica, inflação alta e taxa básica de juros muito alta.

A situação atual da economia brasileira está ruça. Precisamos de reformas estruturais como a Reforma Tributária (temos 27 legislações de ICMS e cerca de 95 tributos municipais, estaduais e federais), além da melhoria da infraestrutura logística e de investimentos em energias renováveis.

Quadro 1. Principais Indicadores do Brasil e da Rússia na Atualidade

Principais Indicadores	Brasil	Rússia
Área Territorial (em milhões de km ²)	8,5	17,1
População Total (em milhões de hab.)	204,4	142,9
PIB Total (em US\$ trilhões)	2,244	2,057
Taxa de Crescimento do PIB (em %)	-3,8	-3,7

Taxa de Juros Nominais (em %)	14,25	11,00
Taxa de Juros Reais (em %)	6,79	2,30
Carga Tributária Bruta (em % do PIB)	36,4	23,2
Taxa de Desemprego (em %)	9,5	5,8
Taxa de Inflação (em %)	10,67	15,00
Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	74,5	70,1
Taxa de Mortalidade Infantil (a cada 1.000)	14	10
Índice de Gini	49,8	42,3
IDH	0,755	0,798
Dívida Pública (em % do PIB)	66,2	17,9
Reservas Internacionais (em US\$ bilhões)	373,1	356,0
IED (em US\$ bilhões)	75,0	52,0

Fontes: IBGE, Banco Mundial, FMI, PNUD e Moneyou

Observamos claramente no Quadro 1, que o Brasil e Rússia vivenciam um período de recessão econômica, o que prejudica as metas dos cinco países emergentes do BRICS onde estabeleceram como objetivo, fortalecer a economia dos mesmos e negociar de forma mais equilibrada com os EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália.

A situação da economia brasileira está mesmo ruína. Segundo os dados do IPCA do IBGE, a taxa de inflação no Brasil foi de 10,67% ao ano em 2015. Com o aumento do nível geral de preços, os trabalhadores brasileiros perderam o seu poder aquisitivo de compra. Com políticas fiscal e monetária contracionistas, a demanda agregada cai muito, logo o desemprego sobe e a liquidez diminui.

A economia brasileira, de Pedro Álvares Cabral até o Ajuste Fiscal, nunca passou momentos tão difíceis. Temos recessão econômica, desemprego crescendo nas cinco regiões do País, juros exorbitantes. Segundo os dados do IBGE, no ano de 2015, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de retração de 3,8%. Para piorar a situação brasileira, ou seja, a situação mais ruína, o FMI fez projeções que o crescimento do Brasil será de contração de 3,5% em 2016 e da Rússia será retração de 1%. Ressaltando que a taxa de crescimento do PIB russo foi de contração de 3,7% em 2015.

Nos últimos treze anos, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2016, a dívida pública aumentou consideravelmente no Brasil, demonstrando claramente no Orçamento Federal desequilibrado. O déficit público primário, em fevereiro de 2016, gerou um rombo de R\$ 23,04 bilhões, o maior desde dezembro de 2001. Temos um cenário nebuloso na economia brasileira e as incertezas do futuro são grandes na quarta mais populosa democracia do mundo, devido os escândalos de corrupção e as sucessivas pedaladas fiscais.

3. Uma breve análise sobre a economia brasileira

A situação está difícil na economia brasileira. O Brasil tem a maior taxa de juros reais do mundo, a oitava maior carga tributária do planeta e a maior entre os países emergentes. Não podemos perder a capacidade de realizar políticas anticíclicas, de utilizar as políticas fiscal e monetária expansionistas para aumentar a demanda agregada e estimular as atividades econômicas do País.

O Brasil foi a sétima economia do planeta, com um PIB de US\$ 2,244 trilhões, conforme dados de 2014 do FMI, e por sua grande extensão territorial, o Brasil possui uma variedade de atividades econômicas. Além de ser extremamente rico em recursos naturais. Hoje, o Brasil é um grande

exportador de commodities agrícolas como soja e commodities minerais como minério de ferro, além de produtos industrializados como aviões e carros.

O agronegócio brasileiro já gerou mais de 500 bilhões de dólares norte-americanos de superávit comercial para o Brasil desde 2000, o que atraiu os olhos do mundo para um país sul-americano, tropical, populoso e de grande potencial econômico. Contudo, não demorou muito para a economia mostrar sinais de desaceleração e agora de recessão, devido o aumento enorme dos gastos públicos desde 2003.

O Brasil foi sede da Copa do Mundo de 2014 e é a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, mas não podemos pegar um trem na estação de Cabedelo em direção ao Rio de Janeiro. A BR-230, famosa Transamazônica, começa em Cabedelo, na Paraíba, mas ainda não foi concluída até Lábrea, no Amazonas, desde 27 de agosto de 1972. A Olimpíada do Rio começará em 05 de agosto, data dos 431 anos da terceira cidade mais antiga do Brasil, e custará mais de R\$ 39 bilhões. Ocorreram empréstimos de mais de 680 bilhões de dólares do BNDES para o Porto de Mariel, em Cuba, obra concluída pela empreiteira Odebrecht em janeiro de 2014, enquanto o Porto de Cabedelo não foi contemplado no PAC e PAC 2 nem tão pouco com grandes investimentos públicos após a sua inauguração em 23 de janeiro de 1935.

Segundo os dados de 2015 do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa agora a 75ª posição no ranking mundial da competitividade entre 140 países. A CNI luta por um grande salto da competitividade no Brasil, criticando os principais problemas para fazer negócios no País como impostos, corrupção, infraestrutura inadequada, juros elevados, mão de obra sem qualificação, entre outros.

No Brasil, já são 59 milhões de inadimplentes, percebendo que nas 26 capitais brasileiras e em Brasília, os preços dos 12 ou 13 produtos da cesta básica (arroz, feijão, óleo de soja, carne bovina, leite, farinha, batata, tomate, pão francês, café, açúcar, manteiga e banana) aumentaram nos supermercados e nas feiras desde janeiro de 2016.

Constatamos que o Brasil está em um xeque mate econômico. Cedo ou tarde, a economia brasileira chegará ao fundo do poço, pois o cenário econômico e social vai ficar cada vez pior. Tem muita coisa a ser descoberta, não só petróleo no fundo do mar, mas as propinas nas empresas estatais brasileiras.

A Operação Lava Jato, da Polícia Federal, deflagrada em março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos envolvendo a Petrobras, a maior empresa do País, grandes empreiteiras do país e políticos de vários partidos da base do Governo e da oposição. Os gastos públicos estão extremamente descontrolados e provocando o declínio econômico.

O Brasil está de mal a pior na economia. Juros altos, inflação alta, crédito escasso e mais de 9,6 milhões de desempregados. Estamos numa recessão econômica, com uma forte queda do consumo das famílias. O pior é que poderemos entrar na depressão. A depressão econômica ocorre quando a taxa anual de crescimento do PIB registra retração de 10% ao ano, ou três ou quatro anos consecutivos de queda na taxa de crescimento econômico, por exemplos, 2015 (-3,8%), 2016 (-3,5%) e 2017 (-2,3%).

Em 2014, a economia brasileira começou a enfrentar diversos problemas. No ano seguinte, estes problemas econômicos se agravaram, logo se tornou extremamente vulnerável. Com uma dívida pública ultrapassando os 66% do PIB, não demorou muito para que os investimentos parassem, causando uma queda na atividade industrial e alto crescimento do desemprego, juntamente de uma inflação descontrolada, o que resultou em famílias cada vez mais endividadas e queda do poder aquisitivo, reduzindo assim o consumo interno. Em 2016, necessitamos atrair novamente a confiança perdida dos investidores nacionais e internacionais, sobretudo, investidores chineses, indianos e russos.

4. Uma breve análise sobre a economia russa

A Rússia (ex-União Soviética), a oitava economia do mundo, com PIB de US\$ 2,057 trilhões, conforme dados de 2014 do FMI, está sofrendo com as fortes sanções econômicas impostas pelos EUA e pela União Europeia, após a Crimeia (ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) ser anexada à Federação Russa. A economia russa sofre também sanções econômicas por causa da guerra com a Ucrânia (ex-URSS) e, sobretudo, com a queda no preço do barril de petróleo em dólares americanos, além do gás natural.

Os gastos militares são elevados e provocando mais descontentamento, mais sofrimento ao povo russo. Nos últimos anos, certamente tem sido uma decepção o crescimento econômico da Rússia, a inflação cresceu de maneira descontrolada e consecutivamente a taxa de juros também teve que ser aumentada, provocando um ambiente desafiador e pouco seguro para investimentos das grandes empresas, provocando assim, perda de competitividade.

A economia russa é marcada por suas heranças da antiga URSS, que chegou a ser a segunda maior nação industrial do mundo, mas também pelas reformas neoliberais a partir de 25 de dezembro de 1991. Apenas tem 25 anos a economia de mercado na Rússia. Não foi fácil a transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. Tudo começou realmente, com a *Perestroika* (em português, reestruturação) e a *Glasnost* (em português, transparência) do último líder soviético Mikhail Gorbachev, que já completou 85 anos de idade. Gorbachev é o presidente fundador da *Green Cross International* em 1993 (com sede na Suíça) e ele foi eleito presidente do conselho em 2015, que atua em mais de 25 países, inclusive na Rússia e no Brasil.

A década de 1990 foi profundamente marcada para os russos, que assistiram uma queda de 40% de sua economia, devido à privatização de empresas, fechamentos de inúmeras estatais julgadas como improdutivas durante o governo de Boris Yeltsin. Tal descontrole gerou uma onda de desemprego e poder aquisitivo cada vez menor, o que acarretou na fuga de capitais nacionais e internacionais no ano de 1998.

A Rússia é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, membro do G8, G20, APEC, além de ser um destacado membro do BRICS e da CEI. Em 1998, eclode a crise econômica da Rússia, que levou o país a declarar sua moratória da dívida externa. Depois da crise russa, foi a vez de o Brasil sofrer uma grande fuga de capitais que resultou numa crise cambial em 1999, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Rússia só voltou a ver seu PIB crescer novamente durante o governo de Vladimir Putin, alcançando uma média de 6% ao ano. Contudo, até hoje, uma das principais características da economia russa é a sua extrema interdependência com os países integrantes da CEI, devido ao fato da distribuição e setorização da produção industrial de forma democrática entre os membros da antiga União Soviética, a fim de ampliar a infraestrutura de todo o território russo.

A Rússia por ser incrivelmente rica em recursos naturais, ocupa a posição de maior exportador mundial de gás natural (cerca de 23% das exportações mundiais), além de ser detentor de 10% das terras agrícolas do mundo, e o segundo maior produtor de petróleo do mundo, juntos o petróleo e o gás natural, são responsáveis por 80% das exportações do país. Hoje, a Rússia tem como seus principais setores econômicos a indústria, mineração (principalmente petróleo, gás natural, diamante, níquel e platina), finanças e agricultura, além do turismo. A Rússia será a sede da Copa do Mundo de 2018.

Em 2014, a Rússia vivia as tensões no território da Crimeia, e devido às medidas tomadas pelos países do G7, que decidiram penalizar a economia russa, tornando a Rússia alvo de diversas sanções.

Após o fim das tensões, a economia russa ficou ressentida, causando uma queda no rublo de 60%, e consequentemente a fuga dos investidores.

A situação russa não está nada boa, devido a forte desvalorização cambial do rublo, a fuga de capitais, o aumento do déficit público e a queda do preço das commodities. Na economia, a situação russa fica incerta, podendo encontrar cenários piores em 2016 do que os vivenciados durante o ano de 2015. *“Em geral, a situação parece muito melhor do que no início do ano, mas, para garantir a tendência positiva, o governo precisa estimular os mecanismos de mercado, em vez de esperar o aumento dos preços do petróleo”*, ressalta o ex-vice-presidente do Banco Central da Rússia, Konstantin Korischenko.

Para piorar ainda mais a situação russa, o país sofreu com a queda do preço do barril de petróleo. Com isso a inflação cresceu de forma descontrolada, atingindo gravemente a população já fragilizada pelas desigualdades sociais, especialmente entre as grandes cidades e as áreas rurais, e apesar do aparecimento de uma classe média urbana, a taxa de pobreza ainda é de 16%.

A Rússia, entretanto, não sofre o apagão logístico nem elétrico que ameaça a economia brasileira. A Rússia tem a segunda maior malha ferroviária do mundo, com 128 mil km. A Transiberiana é a mais longa ferrovia do planeta, com 9.288 km, ligando Moscou a Vladivostok. A Rússia tem um futuro certo com as maiores reservas de petróleo do mundo. Tem a sétima reserva mundial de petróleo, com 79,5 bilhões de barris, segundo a Agência Internacional de Petróleo. A Rússia é o segundo maior produtor mundial de petróleo, atrás apenas da Arábia Saudita.

5. Considerações finais

Enfim, concluímos que, numa economia globalizada, o Brasil e a Rússia necessitam proporcionar competitividade, produtividade e qualidade no cenário internacional. Com trabalhadores bem treinados e motivados podemos garantir o crescimento econômico a cada geração. Contudo, o aumento da produtividade levará um certo tempo para se materializar, e os russos e os brasileiros presenciarão tempos difíceis, o gosto amargo das políticas fiscal e monetária contracionistas ainda não foi degustado por muitos que ainda serão afetados para reduzir a inflação. Os sérios problemas nas economias brasileira e russa podem complicar ainda mais a economia mundial no ano de 2016.

Haverá muitas discussões econômicas sobre o rumo do Brasil no ano de 2016. Em fevereiro de 2016, a dívida pública bruta alcançou o recorde histórico de R\$ 4 trilhões, ou seja, 67,7% do PIB brasileiro. Com investimentos em educação de qualidade, o Brasil abandonará um terrível grupo dos 20 países mais desiguais do mundo. Pagamos impostos como ricos dos países desenvolvidos da Europa, mas recebemos serviços públicos como miseráveis dos países pobres da África.

A educação de qualidade deve ser a prioridade no Brasil para chegarmos o momento que ultrapassaremos a situação muito grave da economia, além de grandes desafios sociais, assim finalmente poderemos ingressar no seleto grupo dos países desenvolvidos e de IDH muito elevado em 2045.

Os Reflexos da Crise Econômica Mundial na Fórmula 1

Paulo Galvão Júnior & José Freire de Andrade Segundo

Bem, amigos da Economia, o presente artigo trata dos reflexos da crise econômica mundial na Fórmula 1. Este artigo foi escrito a quatro mãos. Iniciado por José Freire de Andrade Segundo, fã de Fórmula 1 desde 1983 e, atualmente, Bacharel em Administração de Empresas e Graduando em Direito no IESP Faculdades, em parceria com o economista e professor de Economia do Curso de Graduação em Direito no IESP Faculdades, Paulo Galvão Júnior, além de fã de Fórmula 1 desde 1981, com o primeiro título de Nelson Piquet com a Brabham, patrocinada pela empresa italiana de produtos alimentícios Parmalat.

A crise econômica está braba e é algo que infelizmente nos atinge. O preço de um quilo de feijão carioca subiu muito e um litro de leite integral está mais caro. Algo que, para nós brasileiros, nos afeta direta e diariamente, que nos cerca em praticamente todos os setores da economia. A crise é cíclica, porém estamos em uma dessas fases negativas em nossa economia – a recessão econômica. A crise gera graves problemas econômicos, temos que conviver com a alta dos preços, o alto desemprego e a vertiginosa queda da atividade econômica em diversas áreas. A crise econômica provoca graves consequências sociais como o aumento da insegurança, crescimento da violência urbana, forte queda do nível de qualidade dos serviços públicos, sobretudo nasaúde.

Mas, essa forte recessão que nos aflige, em certos países não passa de um capítulo sobre os Ciclos Econômicos em livros de Economia. Como por exemplo, a Austrália, cuja última retração doseu PIB se deu há mais de 25 anos. Algo incomum, mesmo quando se leva em conta apenas economias de países desenvolvidos. Mas que teve como “receita”, a austeridade e responsabilidade dos gastos públicos. De acordo o site da Revista Exame (04.12.2015): “(...) mesmo quando pôde contar com um cenário benigno, a Austrália não abriu mão de uma gestão fiscal austera e de uma agenda de reformas. Hoje, os australianos experimentam uma das maiores expectativas de vida e um dos melhores índices de desenvolvimento humano (IDH) do mundo - e isso importa mais do que qualquer crescimento”.

Mas, o exemplo australiano é uma exceção, mesmo entre os países de desenvolvimento humano muito elevado. Não faz muito tempo que outros países desenvolvidos como EUA, estiveram metidos em graves crises econômicas, notadamente a que começou com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008.

Nos 19 países da Zona do Euro o contingente de desempregados já alcançou 16,2 milhões de pessoas. Os EUA e certos países europeus estão em recuperação econômica. As medidas que esses países seguiram não diferem muito da australiana, ou seja, “austeridade e responsabilidade dos gastos públicos”. Muitos países adotaram uma política fiscal expansionista como diminuição de impostos. Outros países optaram por uma política monetária expansionista como redução dos juros. A maiorias das nações apóia e incentiva a iniciativaprivada.

Bem, amigos da Fórmula 1, o quê tudo isso tem haver com a principal categoria do mundo da velocidade? A Fórmula 1 começou em 13 de maio de 1950, no famoso circuito de Silverstone, na Inglaterra, e é uma organização privada europeia, comandada há cerca de 30 anos, pelo empresário inglês Bernard Charles "Bernie" Ecclestone, CEO da Formula One Management (FOM) e da Formula One Administration (FOA), e que forma a principal categoria do esporte a motor, sob, digamos, a guarda da Federação Internacional de Automobilismo (FIA), com sede em Paris, França.

A FIA é uma organização privada (a exemplos do COI e da FIFA), hoje sob o comando do francês Jean Todt, que regulamenta não só a F1, mas diversas outras competições a motor no mundo,

como por exemplo, o campeonato mundial de protótipos chamado WEC ou ainda o campeonato mundial de carros 100% elétricos chamado simplesmente de Formula E (ou FE), etc.

Como maior categoria internacional, promove anualmente o maior campeonato de corridas do planeta, com corridas literalmente “nos 4 cantos do mundo”, atualmente, o único continente que não possui ao menos uma corrida em nenhum de seus países é o continente africano (no passado já abrigou corridas de F1 na África do Sul), temos corridas em cidades como Shakir (Bahrein), Sochi (Rússia), Baku (Azerbaijão), além das corridas noturnas em Marina Bay (Indonésia), dentre 21 corridas ao longo de um ano.

A última corrida de F1 foi o GP da Áustria, terra da valsa, do tricampeão Niki Lauda e do Gerhard Berger (grande companheiro de Ayrton Senna na equipe McLaren), no circuito de Spielberg, com a pole position e a vitória do piloto britânico Lewis Hamilton, na última volta. A próxima corrida de F1 é hoje, o GP da Inglaterra, terra de John Maynard Keynes, do bicampeão mundial Graham Hill (1962 e 1968), dos campeões mundiais John Surtees (1964), James Hunt (1976), Nigel Mansell (1992), Damon Hill (1996) e Jenson Button (2009), bem como, do já citado tri-campeão Lewis Hamilton (2008, 2014 e 2015).

A TV Globo transmite a partir das 09h o famoso GP inglês, com a pole position do piloto inglês Lewis Hamilton, o atual campeão da F1. Após histórica decisão do referendo (52%), a saída do Reino Unido (RU) da União Europeia (UE), o famoso BREXIT, que mudará os rumos do RU, da UE e do mundo. A Inglaterra é ultrapassada pela França, com a desvalorização da libra esterlina em relação ao euro, agora a Inglaterra é a sexta maior economia do mundo, com o PIB de 2,172 trilhões de euros contra o PIB de 2,182 trilhões de euro da França, a quinta maior economia do planeta. A economia mundial dará muitas voltas para promover a prosperidade e proporcionar uma melhor qualidade de vida para a humanidade (atualmente mais de 7,4 bilhões de habitantes, dos quais mais de 300 milhões de pessoas assistem pela TV a F1).

Tudo na Fórmula Um é superlativo! Sendo de longe o campeonato que mais países são visitados em um único evento esportivo, de frequência anual, a F1 é disparado o evento de maior audiência mundial (só perdendo para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, eventos esportivos de 4 em 4 anos), refletindo diretamente nas questões econômicas que envolvem a renomada categoria esportiva.

Os lucros (divulgados) anuais gerados pela categoria automobilística chegam a mais de 2 bilhões de dólares por ano. São bilhões em direitos autorais de TV, patrocínios, salários milionários, etc. Os orçamentos anuais das equipes são elevados, equipes de ponta, como Ferrari, McLaren, Mercedes, Williams e Red Bull, possuem orçamentos anuais que batem em 400 ou 500 milhões de dólares por ano. E nesses números não contabilizam os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) antes do início da temporada. Com mais tecnologia, os carros, os motores e os pneus são melhorados e estão mais seguros a cada ano.

A F1 impulsiona o setor de turismo no mundo, como fator gerador de empregos, renda e investimento. O Grand Prix (GP) de Fórmula Um do Brasil, realizado em São Paulo, no Circuito Internacional José Carlos Pace (circuito de Interlagos), movimenta a economia e atrai milhares de turistas nacionais e internacionais ao destino. São Paulo tem taxa de ocupação hoteleira de mais de 70% no período e são mais de 10 mil restaurantes funcionando o dia todo, com a corrida de F1 o fluxo de hóspedes e clientes aumenta significativamente.

Os salários das principais estrelas do circo da F1, os pilotos, como o inglês Lewis Hamilton (3 vezes campeão mundial), o espanhol Fernando Alonso (2) e o alemão Sebastian Vettel (4), todos campeões, megavencedores, superam 52 a 65 milhões de dólares por ano. Mesmo com relação a aquelas equipes menores, que normalmente ocupam regularmente as últimas posições do grid, cujas

chances de vitória são praticamente nulas, os valores envolvidos são gigantescos. Recentemente, foi divulgado em matéria em site especializado sobre esportes a motor, que a menor equipe do Grid, Manor Racing, possui um orçamento anual, para 2016, de US\$ 80 milhões. Para comparação do que esse valor representa, todo o grid, cerca de 25 carros com 25 pilotos profissionais, da tradicionalíssima categoria norte-americana Fórmula Indy, gastam menos por ano do que apenas a Manor Racing na F1.

Diante de números e valores tão superlativos, nos parece, a nós “pobres mortais”, que algo assim não conhece crise! Porém, é errônea essa impressão, de que a Fórmula Um seja inatingível por qualquer crise econômica no planeta. A F1 sofre com a crise econômica mundial. A F1 é realizada por homens, mulheres e máquinas, além de ser um esporte muito perigoso, devido à alta velocidade, com velocidades máximas que superam não raro aos 300 km por hora.

Diante de um quadro de crise econômica mundial, mesmo que enquanto instituição, a Fórmula 1 seja realmente muito sólida, mas, o mesmo não se pode falar de todo o seu entorno. Ao longo de sua já sexagenária história, a Fórmula 1 conviveu com a falência de equipes e a perda de corridas em praças históricas.

Não precisa ser grande conhecedor de F1 para lembrar de nomes, de como Lotus, Tyrrell, Brabham, Benneton, Alfa Romeo, Jaguar, dentre outras equipes. Se você for mais ligado à F1 e ao esporte certamente lembrará de nomes tradicionais como o da única equipe brasileira na F1 Copersucar-Fittipaldi (a primeira corrida do carro verde e amarelo foi em 12 de janeiro de 1975, no GP da Argentina, em Buenos Aires, terra do pentacampeão Juan Manuel Fangio e do inesquecível vice-campeão Carlos Reutemann), além da Arrows, Ligier, Jordan, Minardi, Super-Aguri, Toleman (1ª equipe do grande ídolo Ayrton Senna na F1), etc. O que todas essas equipes, algumas delas, vitoriosas, vencedoras e em determinado momento históricos até mesmo dominantes na categoria, tem em comum? Todas fecharam as portas por não suportarem o peso dos custos na Fórmula Um. Algo que como já vimos, custa muito, muitocaro!

O fechamento de equipes, por vezes tradicionais e grandes vencedoras, talvez seja a face mais visível de crise econômica na categoria máxima do automobilismo. Nesse exato momento que escrevemos esse artigo, pelos menos três equipes do grid atual da F1 lutam para continuarem “de pé” na F1 ou melhor dizendo com os quatro pneus “slicks” na pista seca ou quatro pneus “de chuva” na pista molhada. A já tradicional equipe Sauber, equipe suíça, onde hoje corre o piloto brasileiro Felipe Nasr e cujo atual principal patrocinador é o Banco do Brasil (que sabemos, não passa por um bom momento, com grandes rombos causados pelas ditas “pedaladas fiscais”) é a mais ameaçada no momento, está com as contas no vermelho há bastante tempo e sequer tem conseguido cumprir suas obrigações trabalhistas nos últimos dois meses¹. Também estão ameaçadas, mas em menor evidência, pelo menos mais duas equipes, a já citada Manor Racing e a mediana e relativamente competitiva Force India², cujo sócio majoritário, o ex-bilionário indiano Vijay Mallya, está foragido da justiça indiana por dívidas não pagas.

Outra fase de crise econômica mundial sentida na F1 ao longo dos últimos anos tem sido a substituição de corridas tradicionais em países europeus como Alemanha e França (a primeira nação, a mais rica da Europa e quarta do mundo, enquanto a segunda nação, a quinta mais rica do planeta e a segunda da Europa) não possuem corridas em seus territórios, mesmo a Alemanha³ sendo a pátria de

1 A Sauber foi recentemente adquirida por um grupo financeiro suíço, o Longbow Finance. A transação deve encerrar, ao menos por hora, os problemas de caixa da equipesuíça.

2 Boatos indicam que o bilionário mexicano, Carlos Slim, proprietário da Claro e Embratel, dentre outras inúmeras empresas, adquiriu a equipe.

3 A Alemanha voltou a ter seu GP esse ano, porém, já se fala novamente o perderá em 2018.

pilotos como Michael Schumacher, maior vencedor da história com sete títulos mundiais e 91 vitórias, Sebastian Vettel, quatro vezes campeão mundial com mais 40 vitórias e Nico Rosberg, atual líder isolado⁴ da temporada 2016 e que nos últimos dois anos acumulou dois vice-campeonatos e mais de duas dezenas de vitórias.

É também surpreendente a França⁵ não ter corridas, país com enorme tradição na F1, e que tem em Alain Prost, pentacampeão mundial de F1 e grande rival de Ayrton Senna, seu mais importante expoente. A França sofre com o declínio vertiginoso de suas exportações (principalmente de vinhos), o aumento assustador do desemprego, além de terríveis ataques terroristas em sua encantadora e histórica capital. Prost venceu seis vezes no Brasil, cinco vezes no Autódromo de Jacarepaguá, no Rio, e uma vez em São Paulo, tornando-se o maior vencedor do GP brasileiro.

O último piloto campeão mundial foi o inglês Lewis Hamilton e a última equipe campeã mundial foi a alemã Mercedes. Precisamos estar atentos as corridas de F1 na Rede Globo, porque no próximo ano, novas mudanças ocorrerão, dentro e fora da pista. Estamos há 25 anos sem um piloto brasileiro campeão mundial de F1.

A F1 não é mais a mesma da época do veloz e mítico Ayrton Senna. Agora a F1 está distante e fria para nós brasileiros. Não mais acordamos cedo nem dormimos tarde para assistir na TV aberta, na Rede Globo, as grandes vitórias de AYRTON SENNA DO BRASIL. Senna morreu no Dia do Trabalhador em 1994, na Itália. O Banco Nacional faliu no ano de 1995. Agora só assistimos os sucessivos recordes negativos da nona economia do planeta, os piores indicadores da maior economia da América Latina.

Atualmente, 11,4 milhões de desempregados nas cinco regiões do País, além da maior taxa de juros reais do mundo. A economia brasileira encolheu 3,8% no ano de 2015. Até mesmo o GP do Brasil, já com enorme tradição na F1, com mais de 30 corridas consecutivas e pátria de pilotos lendários como Emerson Fittipaldi (bicampeão mundial – 1972 e 1974), Nelson Piquet (tricampeão – 1981, 1982 e 1987) e Ayrton Senna (tricampeão – 1988, 1990 e 1991), oito títulos mundiais, mais de 90 vitórias, é ameaçado de exclusão ano a ano, e afirmamos que em algum momento, promover o caríssimo GP na mais rica e populosa cidade brasileira, São Paulo, no famoso circuito de Interlagos, deixará de ser economicamente viável, pois, se aproxima o dia em que não teremos nenhum representante brasileiro correndo em direção ao boxe para trocar de pneus, e nesse dia, cremos, tristemente como fãs de F1 e que nunca assistimos a uma corrida na arquibancada do quinto maior e mais populoso país do planeta, que já não será viável a sua caramanutenção.

Neste artigo tentamos fazer um paralelo entre a F1 e a crise econômica mundial. O motor da economia é o consumo das famílias. No mundo e no Brasil muitas famílias sofrem para adquirir bens de consumo duráveis ou não. As famílias brasileiras consomem menos com uma carga tributária das mais altas do mundo. Os motores dos carros de F1 não são mais os tubos da BMW. O motor mais potente da F1 foi o BMW M12/13, um motor alemão de quatro cilindros em linha de 1.5 litros turbo equipado com turbocompressor KKK e um sistema de gerenciamento eletrônico digital Bosch.

Até mesmo organizações gigantescas e bilionárias como a F1 não estão imunes diante de crises que afetam as economias de países desenvolvidos como a Grécia e a Espanha, além de países emergentes como o Brasil e a Rússia. O rumo do Brasil é como um carro verde e amarelo que larga na 57ª posição do grid da competitividade, à frente apenas da Croácia, Ucrânia, Mongólia e Venezuela, e

4 O Nico Rosberg sagrou-se campeão do mundo em 2016 e surpreendentemente decidiu-se pela aposentadoria da Fórmula Um aos 31 anos.

5 A França deverá voltar ao calendário da F1 em 2018, justamente em substituição ao GP da Alemanha.

não consegue chegar ao fim da corrida, porque os pneus furaram, a caixa de marcha quebra ou acaba o combustível, logo, não sobe ao pódio do seletivo grupo dos países desenvolvidos.

Na economia as coisas vão piorando a cada dia. Resta-nos torcer para que a atual grave crise econômica que atravessamos passe logo e que possamos retornar ao caminho das curvas de crescimento positivo. O principal objetivo do Brasil é torna-se mais rico, mais competitivo, mais justo e voltar a crescer com o fim da recessão econômica no País. Precisamos sair desta crise econômica mais forte do que entramos em 2014. Precisamos melhorar a situação financeira das empresas e reduzir a taxa de desemprego.

A pole position na primeira fila (leia-se economia desenvolvida) vem de grandes treinos (leiam-se investimentos de educação de qualidade) para ultrapassar o retardatário (leia-se economia subdesenvolvida). O Brasil está em 39º lugar, à frente apenas da Indonésia, ou seja, em penúltimo lugar no ranking global de habilidades cognitivas e realizações educacionais. No ranking mundial do IDH, o Brasil encontra-se em 75ª colocação, com o IDH de 0,755, segundo dados de 2014 do PNUD.

Do kart (leia-se educação fundamental) para a Fórmula 3 (leia-se ensino médio) em seguida para a F1 (leia-se ensino superior) a bandeira quadriculada da vitória acontecerá com muito trabalho, muito treino, muita tecnologia, muita coragem, muita inteligência, com equipe motivada e sempre em busca do limite físico e mental de cada um, sempre arriscando, sem medo de vencer.

Em Jampa, o Sol nasce primeiro nas Américas. Saudades do “Tema da Vitória” na TV Globo nos domingos ensolarados ou chuvosos. AceleraBRASIL!!!!

A Violência Contra a Pessoa Idosa

Paulo Galvão Júnior & David Fidelis

Este artigo foi escrito a quatro mãos. Iniciado pelo Conselheiro de Direitos do CMDI-JP (Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de João Pessoa), representante titular da SETUR e professor de Economia no Curso de Direito no IESP Faculdades, Paulo Galvão Júnior, em colaboração com o aluno de Direito do IESP Faculdades, David Fidelis, estudioso do Estatuto do Idoso dentro e fora do ambiente acadêmico.

No Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, em 15 de junho de 2016, realizamos uma breve e importante apresentação dos dados do CMDI-JP, no auditório da Casa dos Conselhos, situada na Avenida Dom Pedro I, 692, no Centro, na cidade de João Pessoa.

De janeiro até dezembro de 2015 foram 61 denúncias de violência contra a pessoa idosa, sendo 43 idosas (70,5%) e 18 idosos (29,5%). Estas denúncias foram recebidas pelo telefone do CMDI-JP. As pessoas idosas necessitam ser tratadas com dignidade e muito respeito. Portanto, denuncie à violência contra a pessoa idosa nas classes econômicas A, B, C, D e E, sobretudo, a exploração financeira. Disque 3218-9816.

Analisando os dados disponibilizados pela equipe técnica do CMDI-JP, constatamos quanto à idade que 24 (39,3%) das vítimas idosas eram da faixa etária de 60 a 70 anos, em seguida 18 (29,5%) de 71 a 80 anos. Já 16 (26,2%) pessoas eram entre 81 a 90 anos. Apenas três (5,0%) idosos tinham de 91 a 100 anos.

No que diz respeito aos dados do CMDI-JP acerca da tipificação da violação aos direitos dos idosos foi possível constatar 93 casos. A Negligência lidera com 36 (38,7%) casos denunciados, seguida pela Exploração Financeira com 18 (19,35%) e na sequência, aparecendo com o terceiro maior número de casos, a Agressão Psicológica com 10 (10,75%). Em quarto lugar, encontram-se os Maus Tratos com oito (8,60%) casos de denúncia. Enquanto que a soma das demais violências, Autonegligência (5), Agressão Verbal (4), Agressão Moral (4), Agressão Física (4), Abandono (2), Cárcere Privado (1) e Ameaças (1), representam 21 (31,2%).

Segundo as estatísticas do CMDI-JP no ano passado, evidenciamos que há presença de violência contra a pessoa idosa nos bairros da Capital paraibana. A violência contra os mesmos não está concentrada tão somente nos bairros periféricos, a citar, Mandacarú (4), Timbó (1) e Bairro dos Novais (1), como também, se apresenta nos chamados bairros nobres, a exemplo, de Tambaú (1) e dos Bancários (1). O bairro que lidera as denúncias é Mangabeira com oito casos, em seguida, constatamos Bairro das Indústrias e Torre com seis casos, respectivamente.

Não identificamos nenhum caso de violência contra a pessoa idosa em Manaíra, Bessa, Altiplano, Bairro dos Estados e Expedicionários, na amostra de 61 casos do CMDI-JP. A classe rica (classes A e B) também explora financeiramente as pessoas idosas, mas o silêncio reina. Denuncie! Vamos romper o pacto ao silêncio!

De acordo com os dados dispostos pelo CMDI-JP, verificamos que do número total de denúncias (61), 90% são realizadas mediante anonimato (55). Sendo apenas 4,9% (3), os próprios parentes denunciaram as violências. Destacamos que os amigos (1), o próprio idoso (1) e o Agente Comunitário de Saúde (1) representaram apenas três (5,1% do total).

Analisando os dados detalhadamente do CMDI-JP, verificamos com facilidade, que houve registros de denúncia em todos os meses do ano de 2015, cabendo maior frequência para os meses de janeiro e junho, com 10 e 8 casos, respectivamente. Em dezembro, os idosos aposentados recebem o

13º salário, e deveriam pagar suas despesas mensais fixas como água e energia elétrica e despesas variáveis como o IPTU, mas a Exploração Financeira no mês de janeiro aumenta a sua inadimplência.

Baseado nos dados do CMDI-JP, verificamos, infelizmente, que 48 (78,68% dos denunciados) são parentes das vítimas, in caso, pessoas idosas. Os parentes são distribuídos provavelmente entre filhos(as), irmãos(ãs), netos(as), esposos(as), sobrinhos(as), enfim, membros da própria família da pessoa idosa. Apenas 3 (4,9%) eram os vizinhos, enquanto Outros registramos 10 casos (16,39%), ou seja, é evidente que as violações partem na imensa maioria das vezes no próprio lar, o que é lamentável, pois o que se espera dos membros familiares é o respeito, carinho, atenção e que os mesmos assegurem a essas pessoas o sossego, a tranquilidade da melhoridade.

A Constituição Federal, dentro de sua proposta de “Constituição Cidadã”, desde 05 de outubro de 1988, contemplou várias categorias de pessoas como deficientes físicos, crianças e adolescentes, índios e idosos, deste modo, já no seu título I onde ressalta os princípios fundamentais, dispõe que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a “Cidadania e a Dignidade da Pessoa Humana”.

Já o seu artigo 3º, inciso IV, determina como objetivos fundamentais da República, “*promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” e expressamente no seu artigo 229, “*os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade*” e, especificamente, no artigo 230, traz a cidadania da pessoa idosa, garantindo-lhes assim, todo o amparo e proteção da nossa CartaMagna.

No dia 01 de outubro de 2003, tivemos um marco histórico e essencial de atenção à pessoa idosa, quando foi instituído em nosso ordenamento o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, destinando-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

No Estatuto do Idoso se proclamam direitos, regulamentam-se as obrigações que serão necessárias ao atendimento desse grupo específico de pessoas, estabelecendo regras claras a serem observadas nos âmbitos administrativo, político e jurídico, ou seja, adoção de todos os meios necessários para que os idosos possam exercer efetivamente os seus direitos individuais e garantias fundamentais constitucionalmente previstos.

Conforme os dados do CMDI-JP, com referência ao período de janeiro a dezembro do ano passado, vários são os tipos de violência praticados contra os idosos em João Pessoa. Verificamos o quanto que o Estatuto da Pessoa Idosa vem sendo constantemente desrespeitado por aqueles que praticam tais atos, a saber: Negligência; Violência Física ou Moral; Discriminação e; Crueldade ou Opressão.

Todos esses tipos de violência acima citados estão previstos no Artigo 4º da Lei nº 10.741, que assim discorre: “*Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade, ou opressão, e todo atentado aos seus direitos por ação ou omissão, será punido na forma da lei*”. O parágrafo único do presente artigo, preceitua ainda que, é dever de todos prevenir a ameaça ou violação dos direitos do idoso, ou seja, o Estatuto do Idoso visa à proteção dos mesmos contra qualquer tipo de violência, sendo esta figurada através do ato negligente, de qualquer tipo de discriminação, violência física ou moral, ato de crueldade, maus tratos e opressão, remetendo-as às punições legais estabelecidas na lei penal vigente.

Com a recessão econômica no Brasil, a Exploração Financeira é, provavelmente, uma das maiores violências sofridas pela pessoa idosa nas cinco regiões do País. Vale salientar também as práticas de Exploração Financeira contra os idosos, onde encontramos previsão de tais atos no artigo 104 do Estatuto da Pessoa Idosa que assim se apresenta: “*Reter o cartão magnético de conta bancária*

relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida”.

O artigo 102 do já mencionado dispositivo também versa sobre a Exploração Financeira contra os mesmos: *“Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade”*. Cresce o número de relatos de Exploração Financeira a idosos em plena recessão econômica, mas muitos casos não são denunciados, e acontecem dentro de casa.

Tão logo, diante dos dados expostos, torna-se relativamente fácil a percepção de como precisamos voltar nossas atenções para esse grupo tão carente dos nossos cuidados e que, sobretudo, merecem ter sua dignidade garantida de forma plena e absoluta. Por fim, façamos aqui uma citação ao artigo 6º do Estatuto do Idoso: *“Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha **conhecimento**”*.

Portanto, temos a obrigação de denunciar qualquer ato violento que atente contra a pessoa idosa em João Pessoa, Cabedelo, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Manaus, Belém, Cuiabá, Corumbá, ou outra cidade brasileira, por sua condição humana peculiar de envelhecimento. Portanto, denuncie! Disque 100. Uma das formas de combatermos a violência contra a pessoa idosa é denunciando.

No Brasil, segundo o IBGE, o número de pessoas com 60 ou mais de idade corresponde a mais de 23,5 milhões. A previsão do IBGE é de que em 2030 existam 41,5 milhões de idosos no País, número que deve crescer para 73,5 milhões em 2060.

O Estatuto da Pessoa Idosa, em seu Título I, que versa das Disposições Preliminares, traz logo no seu artigo 1º, a definição de pessoa idosa, como sendo *“às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”*. Visto isso, faz-se necessário apontarmos um tipo de violação, em específico, que nos cabe uma atenção especial, principalmente, se pensarmos na nossa atual conjuntura econômica, pois como é sabido, vivemos em período de plena recessão da economia brasileira, o enfoque em questão aponta para o crime de Exploração Financeira.

De acordo com a amostra entre os diversos tipos de violência, a Exploração Financeira aparece com o segundo maior número (18 casos), dentre os demais tipos de violência contra as pessoas idosas em João Pessoa, porém, sabemos que esses números são tão somente números oficiais, o que significa dizer, nas entrelinhas, é que a imensa maioria dos casos envolvendo Exploração Financeira não são denunciados, ou seja, não chegam ao **conhecimento** das autoridades competentes para a execução das medidas cabíveis.

João Pessoa é a cidade mais rica e populosa da Paraíba, e tem o maior IDHM do estado. João Pessoa tem uma população estimada de 791.438 habitantes, segundo os dados de 2015 do IBGE, sendo mais de 80 mil pessoas idosas.

A recessão é uma fase de retração no ciclo econômico, isto é, de contração geral na atividade econômica com quedas drásticas no nível de produção, com aumento do desemprego (atualmente, são 11,4 milhões de desempregados nas cinco regiões do País), queda na renda familiar, redução da taxa de lucro nas empresas e consequente aumento do número de falências. Infelizmente, estamos sendo vítimas da maior corrupção da História do Brasil.

Diante desse quadro caótico e muito preocupante, pessoas se aproveitam da fragilidade pela qual se encontram as pessoas idosas, de modo a apropriar-se dos bens, dos proventos, pensão, ou ainda, reter o cartão magnético de conta bancária, na finalidade de usufruí-los de qualquer outra forma que nãoemproveitodosidosos.Osconsecutivosempréstimosemnomedepessoasidosascrescemmuito

no País. Estas pessoas estão a cometer um crime altamente deplorável e que deve ser punido na forma da lei penal com todas as suas agravantes e causas de aumento de pena.

Diante das explanações realizadas, deixamos nosso repúdio a tais práticas que desrespeitam toda proteção tutelada a este grupo de pessoas em questão e chamamos, novamente, atenção para que exerçamos nosso dever de cidadania e possamos assim, denunciar quando estivermos diante de qualquer situação atentatória aos direitos constitucionalmente assegurados as pessoas de idade igual ou superior a sessenta anos.

Portanto, em João Pessoa, denuncie ao CMDI-JP e disque 3218-9816. Finalizamos este breve artigo com um antigo provérbio hebraico, “*Quem salva uma vida, salva o mundo inteiro*”.

Revisitando as Principais Teorias Demográficas

Paulo Galvão Júnior⁶ & Marcus Eduardo de Oliveira⁷

RESUMO

O aumento acelerado da população mundial tem resultado em graves problemas para a humanidade e, por consequência, para o meio ambiente. Este artigo, dentro de uma visão pluralista e apartidária de seus autores, revisita as principais teorias demográficas ora em voga, com destaque para as Teorias Malthusiana, Neomalthusiana, Reformista, Transição Demográfica e Ecomalthusiana. É importante asseverar que pesquisamos a evolução da dinâmica populacional nos últimos 218 anos, donde se conclui que o tempo tem sido cada vez menor para o acréscimo contingencial de mais um bilhão de pessoas à população mundial. Pelos números atuais que conformam esse cálculo, atualmente demora-se apenas 12 anos para que um bilhão de novos habitantes se somem aos atuais 7,4 bilhões de moradores do planeta. É notório ainda destacar que realizamos reflexões críticas sobre a insegurança alimentar, a fome, a Revolução Verde e a chamada Revolução Azul. O fito maior deste artigo é demonstrar com bases nos principais indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais as causas da superpopulação no planeta, e principalmente contribuir para o debate atual em torno da fome e suas consequências, apresentando uma nova visão que, *grosso modo*, busca alternativas para combater esse flagelo que assola, nos dias atuais, 794 milhões de habitantes no mundo.

Palavras-Chave: Fome, Superpopulação, Malthus, Neomalthusiano, Ecomalthusiano.

ABSTRACT

The rapid growth of the world's population has resulted in serious problems for mankind and, consequently, for the environment. This article, within a pluralistic and nonpartisan view of its authors, revisits the main demographic theories now in vogue, with emphasis on the Malthusian, Neo-Malthusian, Reformist, Demographic and Eco-Malthusian Theories. It is important to assert that we have been researching the evolution of population dynamics in the last 218 years, which concludes that the time has been decreasing for the contingent increase of one billion people to the world population. By the current numbers that make up this calculation, it now takes only 12 years for one billion new inhabitants to join the current 7.4 billion inhabitants of the planet. It is also noteworthy that we have made critical reflections on food insecurity, hunger, the Green Revolution and the so-called Blue

⁶ Economista, escritor e professor de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades, paulogalvaojunior@gmail.com

⁷ Economista, escritor e professor de Economia na UNIFIEO, prof.marcuseduardo@bol.com.br

Revolution. The main aim of this article is to demonstrate, on the basis of the main demographic, economic, social and environmental indicators, the causes of overpopulation on the planet, and mainly contribute to the current debate on hunger and its consequences, presenting a new vision that, alternatives to combat this scourge that today devastates 794 million inhabitants in the world.

Keywords: Hunger, Overpopulation, Malthus, Neo-Malthusian, Eco-Malthusian.

1. INTRODUÇÃO

O planeta Terra produz diariamente alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a humanidade, hoje, em torno de 7 bilhões e 441 milhões de habitantes, segundo dados do *Population Reference Bureau* (PRB). Não precisamos de muito esforço para darmos conta de que a produção diária de alimentos, incluindo hortaliças e leguminosas, é de dois quilos *percapita*.

Diante disso, surgem graves perguntas sem respostas convincentes até hoje: Por que a população mundial cresce tão rápida? Por que não há alimentos para garantir ao menos as três básicas refeições diárias para todo o contingente populacional do planeta? Como alimentar a população mundial sem agredir o meioambiente?

Para o encontro de respostas convincentes, antes, precisamos nos debruçar em análises que cobrem o rápido crescimento populacional verificado nos últimos 218 anos, especialmente tomando emprestadas as lentes das cinco teorias demográficas, também chamadas de “teorias populacionais”, a saber: a Teoria Malthusiana, a Teoria Neomalthusiana, a Teoria Reformista, a Teoria da Transição Demográfica e a Teoria Ecomalthusiana.

Tradicionalmente, as atividades econômicas, pelo pensamento econômico dominante, são classificadas em três setores: primário, secundário e terciário. Este artigo foca nas principais cadeias produtivas agropecuárias, na aquacultura e na pesca sustentável. Sendo assim, reconhecendo a importância do setor primário, o que não implica dizer que os demais setores não exerçam considerável parcela de contribuição ao conjunto das atividades econômicas, faz-se necessária ampla e minuciosa pesquisa acerca de informações e estatísticas demográficas, sociais, econômicas e ambientais disponíveis, principalmente a partir de estudos (comumente chamados de “relatórios”) elaborados pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) sobre a fome no mundo, bem como da própria ONU (Organização das Nações Unidas) sobre o estado atual da população mundial.

Ademais, a guisa de palavras introdutórias, pretendemos com esta reflexão estimular uma crítica sobre o quadro atual de insegurança alimentar mundial, sobretudo nos países emergentes. O corte

inicial para essa análise parte de novembro de 1979, quando da Conferência da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) em que foi instituído o Dia Mundial da Alimentação (*World Food Day*).

O dia escolhido se deve ao aniversário da própria FAO, órgão vinculado à ONU. A FAO, fundada em 16 de outubro de 1945, completou, portanto, 71 anos, tendo 194 países membros. Desde 1981, em âmbito mundial, comemora-se o Dia Mundial da Alimentação e este ano, ora se findando, o tema principal da campanha contra a fome é “*O clima está mudando. A alimentação e a agricultura também*”.

Pois bem, de acordo com a FAO (dados de 2015), “*O número de pessoas que passam fome no mundo é de 794,6 milhões*”, ou seja, 10,67% da população mundial irá dormir e acordar com fome, ou irá dormir e morrer de fome.

Apenas a título de esclarecimento, convém aduzir que os cinco países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) produzem alimentos suficientes para alimentar 3,0 bilhões de habitantes, que corresponde a 40% da população mundial, todavia, mais de 328 milhões de pessoas não têm dinheiro suficiente para comprar alimentos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, reconhece o direito à alimentação como um direito humano, conforme o Artigo 25.

O direito à alimentação é um direito universal, tanto para homens ou mulheres, crianças ou idosos, baseado no Artigo 25, “1.:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade”.

Portanto, nos cinco continentes, África (com 54 países), Ásia (45), América (35), Europa (50) e Oceania (16), precisamos discutir maneiras para a erradicação total da fome, tentando, no bojo, encontrar respostas para as inquietantes indagações: Por que há tanta fome no mundo? Por que tanta comida desperdiçada na maioria dos lares que gozam de fácil acesso aos alimentos? Como colocar em funcionamento um sistema mais coerente e eficaz de governança da segurança alimentar mundial? Como alimentar a população mundial, usando solos, água e tantos outros indispensáveis serviços ecossistêmicos, sem promover agressão ao meio ambiente?

Para encontrarmos essas respostas, estruturamos este artigo em cinco seções, além desta breve introdução. Na segunda seção, incorporaremos esboço analítico, no qual revisitaremos brevemente as principais teorias demográficas. Na terceira seção, refletiremos sobre o estado atual da chamada insegurança alimentar, vale dizer, a fome e suas nefastas consequências para o conjunto da vida humana, além de apresentarmos esboços sobre as Revoluções Verde e Azul. Na quarta e penúltima seção, apresentaremos esboços de teoria demográfica alternativa. Finalmente, o trabalho encerra-se considerando a importância de pensar um *pouco mais* nas graves consequências do crescimento populacional descontrolado.

2 AS PRINCIPAIS TEORIAS DEMOGRÁFICAS

2.1 TEORIA MALTHUSIANA

Há 250 anos nascia em Surrey, na Inglaterra, o primeiro professor de Economia Política do mundo, Thomas Robert Malthus (14/02/1766–29/12/1834). Filho de Henrietta Catherine e de um homem culto chamado Daniel Malthus. No final do século XVIII, o economista inglês Thomas Robert Malthus afirmava que a população cresceria em progressão geométrica, enquanto a capacidade de produção de alimentos cresceria em progressão aritmética.

À luz da verdade e contra a perfectibilidade da humanidade e da sociedade, o economista britânico Thomas Malthus publicou, em 1798, anonimamente, o seu primeiro livro intitulado *An Essay on the Principle of Population, as It Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers* (Um Ensaio Sobre o Princípio da População, na Sua Influência Sobre a Melhoria Futura da Sociedade com Observações sobre as Especulações do Sr. Godwin, do Sr. Condorcet, e Outros Escritores).

A Teoria Malthusiana, como posteriormente ficou conhecida, foi exposta com apenas dois postulados (1983, p.281), “Primeiro:

Que o alimento é necessário para a existência do homem. Segundo: Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio”.

Posteriormente, Malthus (1983, p.282) assim expôs:

“Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem”.

Este economista clássico (1983, p.284) afirmou:

“Tomando a população do mundo como qualquer número, 1 bilhão, por exemplo, a espécie humana crescerá na progressão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512 etc. e os meios de subsistência na progressão de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 etc. (...)”.

A progressão aritmética na produção de alimentos era em função dos limites territoriais dos continentes. A progressão geométrica era de caráter peculiar e referia-se a períodos de 25 anos, ou seja, a população cresce geometricamente na razão dois a cada 25 anos. Portanto, a população tinha crescimento exponencial, enquanto a produção de alimentos tinha crescimento linear, surgindo à catástrofe malthusiana.

É importante ter ciência que os estudos de Malthus sobre a realidade dos Estados Unidos da América (EUA), ex-colônia do Reino Unido, lhe trouxeram elementos empíricos para sua teoria sobre a população.

Segundo Malthus (1983):

“nos Estados Unidos da América, (...) verificou-se que a população dobra a cada vinte e cinco anos. (...) Esta taxa de crescimento (...) será tomada como nossa regra”.

A Revolução Industrial (*Industrial Revolution*) iniciou-se em 1750 na Inglaterra. A máquina à vapor, o carvão e o ferro tornaram-se os pilares do desenvolvimento do capitalismo industrial. O economista e proprietário de terras, Thomas Malthus, com sua visão sobre o futuro da humanidade e sobre o crescimento populacional na Primeira Revolução Industrial, defendeu a restrição moral contra os obstáculos positivos (leia-se miséria, pobreza, fome, desnutrição, epidemias, catástrofes naturais e guerras) que agiam sempre no sentido de aumentar a taxa de mortalidade na população inglesa e mundial.

Referindo-se à fome, Malthus (1983, p.315) assim se expressou:

“A fome parece ser o último pavoroso recurso da natureza. O poder de crescimento da população é tão superior ao poder do solo para produzir a subsistência para o homem que a morte prematura, de uma maneira ou de outra, ataca a espécie humana. Os vícios da humanidade são ativos e hábeis agentes do despovoamento. Eles são os antecessores do grande exército da destruição e frequentemente eles próprios executam o pavoroso trabalho. Entretanto, quando eles fracassam nessa guerra de extermínio, períodos de enfermidade, epidemias, peste e praga entram em ação com uma terrível disposição e eliminam milhares e dezenas de milhares de homens. Quando o sucesso fosse ainda incompleto: a fome gigantesca e inevitável espregueada na retaguarda e com um possante sopro varre a população e o alimento do mundo”.

Para Malthus o crescimento geométrico da população condenava a sociedade capitalista à fome. Em 1798, no final do século XVIII, a população mundial era mais de 800 milhões de habitantes. A fome crônica, só poderia ser evitada, se a população se dispusesse à prática da restrição moral da natalidade, tal como se casando mais tarde e tendo menos filhos ou pela abstinência sexual, ou seja, o homem e a mulher não devem casar antes de possuir condições econômicas para sustentar a sua família. Malthus pregava a sujeição moral do indivíduo pobre, porque não haverá alimentos para toda humanidade.

De acordo com dados demográficos elaborados pelo célebre Malthus (1983, p.303), entre 1650 e 1850, a população cresceria geometricamente, mas enfrentaria vários obstáculos:

“A esses dois grandes obstáculos ao crescimento da população, em todos os países ocupados há muito tempo, que denominei de obstáculos preventivos e positivos, podem ser acrescidos os costumes corruptos em relação às mulheres, as grandes cidades, as manufaturas insalubres, a intemperança, a peste e a guerra. Todos esses obstáculos podem simplesmente ser reduzidos à miséria e ao vício. E essas são as verdadeiras causas do lento crescimento da população em todos os Estados da moderna Europa, (...)”.

Os obstáculos positivos são as restrições morais no sentido de reduzir a taxa de natalidade entre os casais mais pobres.

Malthus (1983, p.327), Reverendo pertencente à Igreja Anglicana, em relação às questões sexuais, expressou o que segue:

“Relações sexuais livres, ao contrário, seriam um poderoso incentivo às uniões prematuras, e como estamos admitindo não existir nenhuma angústia acerca do sustento futuro dos filhos, não concebo que houvesse uma única mulher entre cem, de 23 anos, sem uma família”.

Tal é a disposição de casar, particularmente entre os (as) jovens, se as dificuldades de prover famílias fossem inteiramente removidas, muitos (as) poucos (as) permaneceriam solteiros (as) aos vinte e três anos. Portanto, era preciso evitar o crescimento populacional através da diminuição dos casamentos entre os mais pobres.

Thomas Robert Malthus, o *Pai da Demografia*, ignorou o progresso tecnológico para aumentar a produção de alimentos na Inglaterra e no mundo. Malthus em *Um Ensaio sobre o Princípio da População* manteve-se totalmente alheio aos progressos técnicos na agricultura realizados já na primeira edição em 1798 até sexta e última edição em 1826. Malthus (1983, p.284) afirmava que:

“Nos 25 anos seguintes, é impossível admitir que a produção possa ser quadruplicada. Isto seria contrário a todo o nosso **conhecimento** acerca da capacidade da terra. O máximo que podemos conceber é o que aumento da produção nos 25 anos seguintes se iguale à atual produção”.

É razoável supor que, para Malthus, a humanidade vivia permanentemente num estado próximo da inanição, e qualquer aumento da produtividade agrícola seria acompanhado de rápido crescimento da população, assim consumindo toda a produção existente e deixando a humanidade no mesmo estado de pobreza, não evitando com isso a existência da fome.

2.2 TEORIA NEOMALTHUSIANA

A explosão demográfica nos países outrora chamados de *subdesenvolvidos*, pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ressuscitou as ideias populacionais de Thomas Malthus. Desde 1960, para evitar a explosão demográfica em países como a China, Índia, Bangladesh, Moçambique e Nigéria, por exemplo, os economistas e demógrafos neomalthusianos passaram a aderir à ideia central do planejamento familiar, ou seja, divulgação e utilização de métodos contraceptivos para se evitar gravidezes indesejadas. A pílula anticoncepcional, o preservativo masculino e feminino, o dispositivo intrauterino (DIU), o diafragma e os espermicidas são os exemplos mais ilustrativos disso.

É bom que se diga que, para os neomalthusianos, uma família é pobre porque tem muitos filhos. Para eles, o aumento da população colocaria em risco a satisfação das necessidades humanas imediatas, além da própria sobrevivência humana na Terra, portanto, era urgente e imprescindível o controle rígido da natalidade especialmente – mas não exclusivamente - nesses países mencionados.

No tocante a isso, enfatiza-se que Malthus não defendeu o controle da natalidade, mas sim, a contenção moral. De acordo o professor americano Hunt (2005, p.71),

“(…), pela teoria de Malthus, a diferença final entre o rico e o pobre era o alto nível moral e o baixo nível moral desse. Achava o controle da natalidade um vício, que nem seria mencionado por um bom cristão, e muito menos, defendido. Além disso, associava-o exclusivamente a relações sexuais antes do casamento ou foradele”.

Por oportuno, cabe ainda ressaltar que os neomalthusianos defendem métodos contraceptivos como a esterilização de mulheres (ligadura de trompas) e homens (vasectomia) ou o aborto (legal e ilegal) para o controle rígido e obrigatório da natalidade nos países cuja condição de desenvolvimento socioeconômico encontra-se em avançado estágio, a fim de evitar o crescimento populacional, logo, incentivando, ademais, que a populosa idosa supere à população jovem, com à sobrecarga no sistema

de previdência social. Cabe lembrar ainda que Malthus se opunha a qualquer ajuda financeira do governo aos pobres, defendendo o celibato e os casamentos tardios.

Nesse pormenor, queremos destacar que a China e a Índia adotam um controle rígido da natalidade através de métodos contraceptivos, possibilitando o planejamento familiar.

Especialmente a China, o país mais populoso do mundo, conta atualmente com 1,357 bilhão de habitantes. De 1979 a 2015, um casal chinês só podia ter um filho nas áreas urbanas. Para ter dois filhos, permitido nas áreas rurais, os pais precisavam de uma autorização especial do governo comunista, que só autorizava quando os filhos são do sexo masculino.

Com o fim da “Política de Filho Único”, a partir de outubro de 2015, o governo chinês autorizou dois filhos por casal, provocando uma queda vertiginosa no número de abortos legalizados e de multas pagas ao Partido Comunista Chinês, face as gravidezes “ocultas”.

A Índia, o segundo país mais populoso do planeta, com 1,252 bilhão de pessoas segue campanha quase idêntica à chinesa. Desde 1975 o governo indiano tem feito várias campanhas para o rígido controle de natalidade, por exemplos, a esterilização das mulheres e a distribuição gratuita de preservativos masculinos. Infelizmente, muitas mulheres indianas morreram após a cirurgia de esterilização, assim como muitos homens não estão usando a camisinha (*condom*) ou fazendo mau uso desse preservativo na relação sexual ou ainda em decorrência da baixa qualidade desse produto. Em 2025, a Índia com 1,46 bilhão de pessoas, deverá ultrapassar a China com 1,39 bilhão de habitantes, tornando-se, pois, o país mais populoso do mundo, segundo projeções feitas pela ONU.

Em 1968, o professor americano Paul Ehrlich escreveu *The Population Bomb* (A Bomba Populacional) em que fez uma previsão catastrófica. O mundo tinha pessoas demais, havia 3,6 bilhões de pessoas e milhões morreriam de fome, se não houvesse um controle do aumento populacional, disse à época Ehrlich.

Na ocasião, Paul Ehrlich (1968, p.12) enfatizou que: “*Population control is the only answer*”. Por que o controle populacional é a única resposta? Porque a proliferação humana é a maior ameaça ao planeta. Esse pensador (1968, p.158) ainda revelou que “*What kind of policies should we be designing to guide our actions during the time of famines?*”, ou seja, que tipo de políticas deveríamos estar projetando para orientar nossas ações durante o período de fome? A política de controle rígido da natalidade. Por que para Paul Ehrlich a luta contra a fome já está perdida? Porque a superpopulação gera fome.

Para os neomalthusianos, a superpopulação nos países com baixo grau de desenvolvimento gera também gastos elevados para o Estado, uma vez que esse não consegue investir em setores importantes

da economia de mercado. A pobreza nas grandes cidades, por essa ótica, alarmou os neomalthusianos, por isso eles defendem o controle rígido de natalidade dos mais pobres, ou seja, o planejamento familiar, para assim melhorar a qualidade de vida da população, com forte divulgação na mídia de um modelo de família bem-sucedida, vale dizer, um casal com dois filhos.

2.3 A TEORIA REFORMISTA

A Teoria Reformista foi criada pelos países então chamados de *subdesenvolvidos* como resposta à Teoria Neomalthusiana, esta última criada pelos países desenvolvidos após a revolução médico-sanitarista, que reduziu a taxa de mortalidade.

A Teoria Reformista (leia-se também Teoria Marxista), desde 1970, baseada, como o próprio nome sugere, no pensamento marxista, prega que a pobreza gera superpopulação, portanto, é preciso melhorar a renda da população mais pobre. Para os reformistas (marxistas, vale insistir no termo), a fome é consequência da péssima distribuição de renda nos países subdesenvolvidos e, para corrigir essa anomalia, prega-se a extinção do sistema capitalista.

Em luta pelo proletariado e contra a burguesia, o grande filósofo e economista alemão Karl Heinrich Marx (1818-1883), publicou em 1867, o primeiro volume de sua obra prima *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie* (O Capital: Crítica da Economia Política). No intuito de criticar duramente a exploração capitalista Karl Marx (1988, vol. I, p.18) assim expôs:

“O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra”.

Karl Marx (1983, p. 45) no Capítulo I sobre A Mercadoria, na obra mencionada, escreveu:

“A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria”.

Sabe-se, de antemão, que toda mercadoria tem um valor de uso e um valor de troca. Pesquisando e escrevendo diariamente no Museu Britânico, em Londres, o influente Marx (1983) descobriu o que segue: “*O verdadeiro valor de uma mercadoria só pode ser o da quantidade de trabalho necessário para produzir aquela mercadoria*”.

Marx foi idealizador do termo econômico “mais-valia”, porque a burguesia explora o proletariado no modo de produção capitalista. Marx foi um economista que morreu em 14 de março de

1883, em Londres. Ele nasceu no continente europeu, mas faleceu muito distante da sua terra natal, porém lutou muito pela igualdade social.

O filósofo e economista alemão Karl Marx foi um dos fundadores do Socialismo Científico. Marx em Paris aderiu ao socialismo debatendo os pensamentos dos socialistas utópicos como economista e filósofo francês Saint-Simon (1760-1825) e conheceu o filósofo alemão Friedrich Engels (1820-1895). Marx em parceria com Engels escreveram *O Manifesto Comunista* (1848): “*A história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história das lutas de classes*”. No Capitalismo vigora a luta entre a burguesia e o proletariado. Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels enfatizaram a Revolução Comunista: “*Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!*”.

É oportuno destacar que a Teoria Marxista diverge da Teoria Malthusiana especialmente no tocante à questão da pobreza, tendo em conta que esta origina-se do crescimento incontrolável do número de pessoas. Sob esse ângulo, a pobreza passou a ser vista como uma consequência nefasta da estrutura social da sociedade capitalista.

A teoria da população de Malthus foi contestada por Karl Marx, ele se recusava em aceitar a teoria malthusiana como certa e, sobretudo, as três soluções defendidas por Malthus em direção aos pobres, que aponta as seguintes características: 1. A sujeição moral de retardar o casamento; 2. A prática da castidade antes do casamento; 3. Ter somente o número de filhos que se pudesse sustentar.

Para Marx, a lei da população malthusiana é consequência da lei da acumulação capitalista, isto é, o excesso de população é uma função da dinâmica da acumulação do excedente econômico.

O economista alemão, na obra já mencionada, fez severas críticas ao capitalismo, pois o modo de produção capitalista não era capaz de possibilitar a igualdade entre as duas classes sociais, vale dizer, a burguesia e o proletariado, porque a classe que detém apenas a força de trabalho, com certeza, perde muito mais do que ganha em relação à classe que detém os meios de produção (matéria prima, máquinas, equipamentos, etc.), portanto, a burguesia se apropria da *mais-valia* que, nada mais nada menos, é produzida pelo emprego da força de trabalho com baixos (e aviltados) salários ao proletariado.

Para os reformistas, o problema da fome crônica se deve às desigualdades sociais e econômicas, e não à questão da superpopulação. Portanto, sob essa peculiar ótica, a fome é resultante da má distribuição de renda. Não se pode perder de vista que os demógrafos, economistas e sociólogos reformistas são contrário aos malthusianos (o crescimento populacional gera fome), neomalthusianos (o

crescimento populacional é reduzido por um controle rígido da natalidade pelo Estado) e ecomalthusianos (o crescimento populacional gera graves impactos ambientais).

Na esteira desses comentários, cabe aduzir que dois países integrantes do BRICS estão na lista dos dez países que mais combateram a fome nos últimos dez anos, o Brasil (1º lugar) e a China (2º lugar), segundo dados da ONG ActionAid.

No Brasil, o crescimento anual da renda *per capita* dos mais pobres, desde 2002 até 2014, ocorreu por quatro grandes motivos: 1. A evolução do salário mínimo; 2. A evolução dos empregos formais; 3. O fortalecimento da agricultura familiar nas cinco regiões do País; e 4. O crescimento do Programa Bolsa-Família. A agricultura familiar é um dos grandes responsáveis pela redução do contingente de brasileiros que sofre com a fome. A taxa de desnutrição caiu de 10,7% em 2003 para 5,0% em 2012, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Destacamos o pensamento do geógrafo brasileiro Josué de Castro (1908-1973), autor de dois livros clássicos, *Geografia da Fome*, publicado em 1946 e *Geopolítica da Fome*, de 1951. Pelos critérios analíticos de Castro, a fome no Brasil foi dividida em duas formas: a *fome endêmica*, ou seja, a fome permanente, e a *fome epidêmica*, isto é, a fome provocada por surtos.

O Nordeste Açucareiro, à época do esboço analítico feito por Castro, era uma área de fome endêmica e o Sertão Nordestino, por sua vez, era uma área de fome epidêmica. O médico pernambucano Josué de Castro exerceu a Presidência do Conselho Executivo da FAO, e lutou contra a fome crônica no Brasil e no mundo.

O sociólogo Herbert de Souza (1935-1993), o Betinho, foi um dos líderes mundiais contra a fome. Para Herbert de Souza (1993):

“A fome é exclusão. Da terra, da renda, do emprego, do salário, da educação, da economia, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer é porque tudo o mais já lhe foi negado. É uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio. A morte em vida. O exílio da Terra. Mas a alma da fome é política”.

Na nona economia do mundo, ocupando a 75ª posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do planeta, a falta de alimentos no Brasil, em pleno século XXI, ocorre por graves problemas de produção de alimentos (exemplo, a seca no Nordeste que já dura cinco anos) e de acesso seguro à comida saudável (exemplo, o desemprego nas comunidades de baixa renda no Sudeste).

Em maio de 2015, em Roma, sede da FAO, o Diretor-Geral José Graziano da Silva, enfatizou que:

“Em 1990 eram mais de 1 bilhão de famintos, caindo para 795 milhões em 2014. Continuamos progredindo, mas o progresso é mais lento. A lentidão se deve ao fato de a crise ter atingido os países em desenvolvimento, particularmente os BRICS”.

No Brasil de hoje, são 12 milhões de desempregados. Como alimentar as famílias chefiadas por pessoas sem renda?

De acordo com o Prêmio Nobel de Economia de 1998, o economista indiano Amartya Sen (03/11/1933-), em seu best-seller *Desenvolvimento como liberdade* (2000, p.35):

“O desemprego contribui para a “exclusão social” de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica”.

Os reformistas lutam contra o elevado desemprego nas economias capitalistas. Na verdade, os reformistas lutam pela extinção do capitalismo e o surgimento do socialismo, onde o Estado decide o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Por ora, cumpre apontar que os reformistas lutam contra as desigualdades sociais em países em desenvolvimento como o Brasil. Historicamente, a casa-grande torna-se sobrado, em seguida, mansão no condomínio privado, enquanto a senzala torna-se mucambo, posteriormente, casebre na favela, o verdadeiro espelho das desigualdades sociais no Brasil, para lembrarmos aqui do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987).

A transição de uma sociedade pré-industrial baseada numa economia escravocrata e colonial para uma sociedade industrial baseada numa economia moderna e capitalista gerou muitos jazigos e inúmeras covas rasas na economia brasileira nos últimos 516 anos.

2.4 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Uma nova teoria demográfica surgiu nas primeiras décadas do século XX, a Teoria da Transição Demográfica. Esta teoria pretendia analisar a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos como os EUA, a Inglaterra e o Canadá, além de explicar, com dados e gráficos demográficos, a transição de uma sociedade pré-industrial com altas taxas de natalidade e mortalidade para uma sociedade pós-industrial com baixas taxas de natalidade e mortalidade.

A teoria inicia-se com os estudos do demógrafo americano Warren Thompson (1887-1973), no ano de 1929. Thompson observou as transições que tinham experimentado nos últimos duzentos anos as sociedades industrializadas com respeito às taxas de natalidade e demortalidade.

De acordo com estas observações expôs a Teoria da Transição Demográfica, em quatro fases, segundo a qual uma sociedade pré-industrial (altas taxas de natalidade e de mortalidade) passa a fase de transição com uma explosão demográfica (alta taxa de natalidade e queda na taxa de mortalidade) antes de chegar numa sociedade industrial (queda na taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade) para em seguida chegar numa sociedade pós-industrial (baixas taxas de natalidade e de mortalidade).

A contribuição científica mais importante da Teoria da Transição Demográfica foi o seu entendimento sobre o crescimento populacional de um determinado país, que está relacionado a dois fatores fundamentais: 1) O crescimento vegetativo (CV), que corresponde à diferença entre o número de nascidos e o número de óbitos registrados, isto é, a taxa de natalidade (TN) menos a taxa de mortalidade (TM), ou seja, melhor compreendida na equação demográfica $CV = TN - TM$; e 2) A taxa de migração, que corresponde à diferença da entrada (imigração) e da saída (emigração) de pessoas do país de origem. Imigrar significa a entrada de uma pessoa num país estrangeiro para nele viver, trabalhar, constituir uma família, ou uma nova família, de maneira temporária ou definitiva.

O crescimento demográfico de um país depende do crescimento vegetativo (positivo ou negativo) mais a taxa de migração (crescente ou decrescente) durante o ano. Em geral, as populações tendem a crescer à medida que as condições sociais melhoram e o número de mortes diminui, além de maior número de imigrantes, elevando o crescimento demográfico. No entanto, as melhorias sociais também ocasionam uma maior consciência da população, que passa a adotar em maior escala o planejamento familiar, diminuindo a taxa de natalidade. Por esse motivo, a transição demográfica demonstra que, com o tempo, a população de um país cresce em uma fase, tende a estabilizar-se posteriormente, à medida que a sociedade se moderniza.

Podemos analisar a população absoluta e a população relativa de um determinado país, por exemplo, a República Federativa do Brasil. Em números absolutos, em 1970, o Brasil, por exemplo, tinha 93 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE. Quarenta e seis anos depois, agora somos 206 milhões, ou seja, aumentamos em 113 milhões de habitantes nossa população. Em números relativos, cabe dizer, a população brasileira apresenta baixa densidade demográfica.

No Brasil, segundo dados de 2015 do IBGE, a taxa de fecundidade total (TFT) foi de 1,7 filho por mulher, abaixo da taxa de reposição de 2,1 filhos recomendada pela ONU. Em 1970, a TFT era de 5,8 filhos por mulher. Em 1960, a TFT alcançou 6,2 filhos por mulher. A queda foi de 4,5 filhos por mulher nos últimos 55 anos no País, e as consequências são o envelhecimento da população brasileira (a participação da população idosa no Brasil era 4,0% em 1940 e aumentou para 10,8% em 2010 e a

previsão será de 35,4% em 2040) e o aumento da esperança de vida ao nascer (a expectativa de vida ao nascer do brasileiro era de 44,9 anos em 1940, passou para 75,5 anos em 2015).

Usando vários gráficos modernos e didáticos em sua brilhante palestra intitulada *Dont Panic! The Truth About Population* (Não se Apavore! A Verdade Sobre a População), o estatístico e professor sueco Hans Rosling (1948), enfatizou que:

“Hoje, a média no mundo é de 2,5 (2012). Ela costumava ser de 5 (1963) há cinquenta anos. O mundo mudou: a média de filhos por mulher passou de 5 para 2,5. Ele ainda está mudando. Que grande mudança”.

Para a Divisão de População das Nações Unidas, a entrada da mulher no mercado de trabalho e, sobretudo, o acesso aos métodos contraceptivos modernos à mulher em idade fértil, ou seja, de 15 a 49 anos de idade, foram os principais responsáveis por esta grande mudança.

De acordo com os dados de 2012 da ONU, a TFT foi 4,9 filhos por mulher na África, 2,5 filhos por mulher na Ásia, 2,3 filhos na Oceania, 1,9 filho na América e 1,3 filho na Europa. Nos países africanos como Níger, Mali, Uganda, Serra Leoa e Burkina Faso encontramos uma elevada TFT.

Segundo a ONU (2011, p.61):

“A África seja o último continente a conseguir avanços na área da transição demográfica – ou seja, avançar de altas para baixas taxas de nascimentos e mortes”.

Enquanto, alguns países europeus como Itália, Alemanha, Malta e França já estão na fase 5 da transição demográfica, cujas taxa de mortalidade é maior que a taxa de natalidade, ou seja, um crescimento vegetativo negativo, uma implosão demográfica. A Rússia é um país emergente em que a tendência de diminuição da população predomina e sua atual TFT é de 1,5 filho por mulher.

2.5 A TEORIAECOMALTHUSIANA

No final do século XX, surgem os defensores da Teoria Ecomalthusiana, eles alertam para os problemas ambientais decorrentes do crescimento exagerado da população a qual exercerá cada vez mais pressão sobre os recursos naturais não renováveis do planeta, particularmente nos ecossistemas equatoriais e tropicais. É uma das formas de colocar em prática a ideia de desenvolvimento sustentável, a partir do Relatório Brundland de 1987, visando a atender às necessidades atuais da humanidade e preservar o meio ambiente para as gerações futuras, através do controle da natalidade.

O crescimento populacional deixa de ser um problema econômico para se tornar um problema ambiental. A visão ecomalthusiana está diretamente ligada a superpopulação. A população mundial deverá aumentar para cerca de oito bilhões de pessoas nos próximos 14 anos, provocando a degradação

do meio ambiente. Lembrando que a taxa de crescimento populacional de um país é a diferença entre a taxa de natalidade mais a taxa de imigração e a taxa de mortalidade mais a taxa de emigração.

Conforme projeção da FAO, em 2030, poderá até haver alimentos suficientes para todos os habitantes do mundo, que deverá chegar a oito bilhões de pessoas. Atualmente, há mais de 40 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar na África, por causa da severa seca intensificada pelo fenômeno climático *El Niño*.

Outros países africanos sofrem com a seca, além de uma prolongada guerra civil. Vários países irão sofrer os impactos do fenômeno *La Niña*, que deverá atingir o planeta e trazer inundações, provocando fome.

Os ecomalthusianos não concordam com os reformistas em relação à distribuição de renda, eles culpam o crescimento populacional exagerado e este gera sérios problemas ambientais. Mas a distribuição dos alimentos continuará (como hoje) injusta, porque em muitos países, centenas de milhões de pessoas não têm meios para comprá-los, e muitos destes países sofrem com a fome, devido uma persistente seca.

Entre as principais questões globais podemos citar a fome no Haiti. Recentemente, assistimos entristecidos pelas redes de televisão que o furacão Matthew matou mais de 1.000 pessoas no Haiti e 22 pessoas nos EUA. O Haiti é o país mais pobre (PIB de US\$ 8,9 bilhões e PIB *per capita* de US\$ 852) e com o pior IDH (0,483) da América. Os EUA é o país mais rico (PIB de US\$ 17,4 trilhões e PIB *per capita* de US\$ 54.678) e com o melhor IDH (0,915) do continente americano, segundo dados de 2014 do PNUD.

O povo haitiano depois dos enormes estragos deixados pela passagem do devastador furacão Matthew, sofre com a fome. Mais de 800 mil haitianos precisam de assistência alimentar emergencial, alerta a FAO. Entre os 10,8 milhões de haitianos, 55% vivem abaixo da linha da pobreza extrema (renda de menos de US\$ 1,25 PPC por dia). Os 1% mais ricos dos haitianos possuem quase metade da riqueza nacional.

Isso mostra um lado desigual e ao mesmo tempo cruel em termos de acesso à riqueza por parte de uns, em detrimento a tantos outros. Quanto a isso, a conclusão diante desses dados é óbvia: a riqueza e o progresso de uns está sendo literalmente construída sobre a pobreza e a dor de milhões de pessoas. O consumo excessivo de uns é a contrapartida da escassez de outros. Para uns sobra o que tanto falta a outros tantos. É o “desequilíbrio” que parece, assim, regular as atividades da economia gerando, na ponta final, mais desigualdade e mais desequilíbrios. (OLIVEIRA, 2012).

Hoje, a China é a nação mais populosa, a segunda economia do planeta e o quarto país mais extenso do mundo. A China é o país mais poluidor do mundo, com a maior taxa de crescimento de emissão de gases de efeito estufa, em grande parte devido ao uso intensivo de carvão. A população chinesa cresceu de 582 milhões de habitantes em 1953 para 1,357 bilhão de habitantes em 2016, ou seja, um crescimento absoluto de 775 milhões nos últimos 63 anos, ou um crescimento relativo de 133,1%.

Portanto, precisamos investir em Ciência e Tecnologia (C&T), para aumentar a produção e a produtividade de alimentos, tão sujeita ao clima e a uma série de incertezas econômicas, sociais e ambientais. Precisamos, sobretudo, apontar novos caminhos e encontrar respostas para as indagações que seguem: Quais as condições atuais e futuras para gerar energia limpa para agricultura de baixo carbono? Qual é a carga requerida atual e futura de água para irrigação nas propriedades rurais? Por que com os recursos naturais e a tecnologia de ponta existentes ainda temos uma insegurança alimentar?

3. REFLEXÕES CRÍTICAS ACERCA DA REALIDADE ATUAL

3.1 DA INSEGURANÇA ALIMENTAR À SEGURANÇA ALIMENTAR

Entre os dez países mais populosos do planeta, quatro são integrantes do BRICS: China (1,357 bilhão de hab.), Índia (1,252 bilhão de hab.), Brasil (206,0 milhões de hab.) e Rússia (145,8 milhões de hab.). Milhões de brasileiros, russos, indianos, chineses e sul-africanos sofrem com a *insegurança alimentar*, ou seja, a falta de alimentos e sem acesso aos alimentos. Uma a cada três crianças subnutridas do mundo vive na Índia.

Segundo a FAO, países como Haiti, Nicarágua, Equador, Bolívia, Etiópia, Lesoto, Suazilândia, Zimbábue, Madagáscar, República do Congo, Burundi, Uganda, Quênia, Somália, Congo, Costa do Marfim, Libéria, Gana, Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, Chade, Sudão, Sudão do Sul, Eritreia, República Centro-Africana, Moldávia, Iraque, Afeganistão, Tadjiquistão, Nepal, Bangladesh, Coreia do Norte, Mianmar, Sri Lanka e Timor-Leste, permanecem em situação de insegurança alimentar, ou seja, países que precisam de ajuda externa para alimentar a sua população e onde há fome e desnutrição graves.

Observamos claramente que entre as 10 cidades mais populosas do mundo, sete delas estão localizadas no BRICS, Xangai (17,8 milhões de hab., China), Mumbai (12,4 milhões de hab., Índia), Moscou (12,1 milhões de hab., Rússia), São Paulo (11,8 milhões de hab., Brasil), Pequim (11,7 milhões

de hab., China), Cantão (11,1 milhões de hab., China) e Délhi (11,0 milhões de hab., Índia). Nestas sete metrópoles globais, mais de 87 milhões de habitantes demandam diariamente alimentos e água, eles necessitam de segurança alimentar.

A FAO define *Segurança Alimentar* como a situação em que todas as famílias têm acesso físico e econômico à alimentação adequada para todos os seus membros, sem correr o risco de desabastecimento. Esta definição envolve três aspectos: disponibilidade, estabilidade e acesso.

Disponibilidade significa que, em média, a oferta de alimentos é suficiente para atender às necessidades de consumo de todas as pessoas que residem no país. Estabilidade refere-se à probabilidade mínima de o consumo de alimentos cair abaixo do nível adequado de abastecimento como resultado de variações da oferta. Acesso está relacionado à capacidade de produzir ou comprar os alimentos necessários dado que, mesmo em abundância e estabilidade da oferta, muitos podem passar fome por insuficiência de recursos financeiros.

32 A FOME NOMUNDO

A fome é um grave problema mundial, mas acreditamos que, com muito **conhecimento**, e boa e adequada difusão deste, provocar-se-á consideráveis avanços tecnológicos. Assim, a fome crônica, sem muito esforço, apenas com vontade política e determinação correlata, poderá ser resolvida até o ano de 2030. É importante afirmar que a fome é um dos grandes desafios da humanidade no decorrer do presente séculoXXI.

A FAO divulgou em o seu relatório intitulado *The State of Food Insecurity in the World 2015* (O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015), que na Ásia, estima-se em 511,7 milhões de pessoas passando fome; na África, são 232,5 milhões; na América Latina e Caribe, são 34,3 milhões; na Oceania, são 1,4 milhões; e em países desenvolvidos são 14,7 milhões de pessoas famintas.

Uma em cada nove pessoas no planeta passa fome. Cada uma delas é uma pessoa que não tem logrado exercer seu direito a uma alimentação adequada e seu direito a não padecer de fome. Para atingir o objetivo “número 2” de Fome Zero (*Zero Hunger*), vale dizer, de erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria dos padrões de nutrição, além de promover a agricultura sustentável até o ano de 2030 em todas as nações, estipulada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apontamos, *grosso modo*, que é preciso criar estratégias de ação coletiva para acelerar o combate à fome na Ásia (exemplos, Índia, China e Paquistão), na África (África do Sul, Moçambique e Somália), nas Américas (Brasil, Bolívia e Haiti) e na Europa (Rússia, Ucrânia e Moldávia), garantindo o acesso da população a alimentos de qualidade e com alto teor nutricional.

Os dados de 2015 da FAO revelam que existem 794,6 milhões de pessoas que passam fome no mundo, sendo 14,7 milhões de habitantes nos países desenvolvidos (1,85%) e 779,9 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento (98,15%). A maioria dos famintos mora em países em desenvolvimento como Índia e China. O número de pessoas com fome na Índia alcançou 194,6 milhões e na China atingiu 133,8 milhões. As milenares Índia e China juntas têm 328,4 milhões de pessoas subnutridas, ou seja, 41,33% da população faminta no planeta.

Desde 2014 o Brasil não consta no Mapa da Fome da FAO, porque aumentou a oferta de alimentos e cresceu a renda dos mais pobres. No Brasil, em números absolutos, houve uma redução de mais de 22 milhões de pessoas famintas em 1990 para menos de 4 milhões agora, e a maioria das pessoas famintas no País são crianças e adolescentes negras e nordestinas.

A Rússia não consta também no Mapa da Fome 2014 (*Hunger Map 2014*), porque menos de 5% da população russa são pessoas famintas. A Rússia é um dos líderes mundiais na produção de carvão, petróleo e gás natural. Mas não podemos ficar omissos, tão calados diante da absurda escolha da Rússia, em produzir um míssil nuclear CBM RS-28, com 40 megatons, com alcance de 11 mil quilômetros, capaz, se detonado em Paris, destruir a Capital francesa e toda a França.

Diante disso, cabe indagar: quantos bilhões de rublos são dispendidos para se construir um Satã 2, quando essa volumosa quantia poderia ser investida na produção de alimentos nesse que é, em extensão territorial, o maior país do mundo?

Sabemos que a África do Sul é o país do BRICS com o setor agrícola menos desenvolvido, enquanto o Brasil é o mais desenvolvido. Sabemos também que o governo sul-africano investe 6% do PIB na agricultura, porque é fundamental para agricultores produzir alimentos na terra de Nelson Mandela (1918-2013).

33 A REVOLUÇÃO VERDE

Após a Segunda Guerra Mundial, o engenheiro agrônomo americano Norman Ernest Borlaug (1914-2009) estruturou a Revolução Verde (*Green Revolution*), também denominada Mecanização da Agricultura. A Revolução Verde da alta produtividade de grãos começou a partir dos anos 1950 nos EUA.

Norman Borlaug pesquisou no México, país vizinho aos EUA, desenvolvendo uma técnica engenhosa no cultivo de duas plantações sucessivas a cada ano, em vez da usual, em diferentes regiões do México.

Em 1970, Borlaug, considerado o *Pai da Revolução Verde*, ganhou o Prêmio Nobel da Paz por pesquisas que permitiram mais eficiência no plantio de trigo em países como México, Índia e Paquistão. Borlaug criou uma variedade anã de trigo que concentrava a maior parte da sua energia nos grãos comestíveis.

A Revolução Verde foi baseada na intensiva utilização de sementes geneticamente alteradas, de fertilizantes, pesticidas e agrotóxicos, mecanização, produção em massa de produtos homogêneos e diminuição do custo de manejo, além do uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção agrícola.

No histórico discurso intitulado *The Green Revolution, Peace, and Humanity* (A Revolução Verde, Paz, e Humanidade), em Estocolmo, na Suécia, como laureado com o Prêmio Nobel da Paz de 1970, Norman Borlaug disse:

“O termo "A Revolução Verde" tem sido usado pela imprensa popular para descrever o espectacular aumento da produção de grãos e de cereais nos últimos três anos. Talvez o termo "Revolução Verde", como comumente usado, seja prematuro, muito otimista ou de âmbito muito amplo. Muitas vezes parece transmitir a impressão de uma revolução geral nos rendimentos por hectare e na produção total de todas as colheitas em vastas áreas compreendendo muitos países. Às vezes, isso também implica que todos os agricultores são uniformemente beneficiados pelo avanço na produção”.

A evolução dos sistemas de produção de alimentos é responsável pela utilização de produtos geneticamente modificados nos dias atuais. O Brasil tem 30,3 milhões de hectares de soja transgênica e milho transgênico. Em 2008, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e seis empresas estrangeiras dominam o mercado de agrotóxicos no País: Monsanto, Syngenta, BASF, Bayer, Doss e Dupont.

A Terra produz vários produtos agrícolas, destacando-se o arroz, o cereal mais plantado e consumido do mundo. A China é o maior produtor de arroz do planeta. Outro exemplo: o Brasil é o maior produtor mundial de laranja para uso industrial e produz mais da metade do suco congelado e concentrado de laranja do mundo.

O Brasil alcançou uma posição de destaque internacional entre os maiores produtores de alimentos do planeta e um dos maiores exportadores mundiais do agronegócio, o terceiro maior, atrás apenas dos EUA (com 50 estados e um Distrito Federal) e da União Européia (com 27 países). O agronegócio brasileiro contribuiu muito para o superávit de R\$ 19,6 bilhões na balança comercial no ano de 2015.

O agronegócio brasileiro vem se modernizando, alcançado um patamar cada vez mais produtivo, competitivo e globalizado. Os agentes econômicos, sobretudo, os produtores rurais precisam conhecer melhor os dados estatísticos das principais cadeias produtivas do agronegócio, para contribuir com o grande sonho propugnado em tempos pretéritos pelo presidente Getúlio Vargas (1882-1954) – *Brasil, celeiro do mundo!*

O crescimento do agronegócio brasileiro tem um aliado muito importante, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Desde 26 de abril de 1973, a EMBRAPA é uma empresa pública brasileira de inovação tecnológica focada na geração de **conhecimento** e tecnologia inovadora para agropecuária. A EMBRAPA contribuiu muito para o Brasil se transformar em um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, devido os avanços tecnológicos na agropecuária brasileira.

O Brasil, com 8,5 milhões de km² é o maior país da América do Sul e o quinto maior do mundo, superado em extensão territorial pela Rússia (17,1 milhões de km²), Canadá (9,9 milhões de km²), EUA (9,8 milhões de km²) e China (9,6 milhões de km²). O Brasil por apresentar esta longa extensão territorial permite o cultivo de diversos produtos agrícolas de clima temperado, além de expressiva produção de clima tropical e equatorial.

A produção agrícola brasileira não pode ser dimensionada apenas pela sua safra de grãos, mas também por outros produtos agrícolas como frutas, olerícolas, cana-de-açúcar, leguminosas e tubérculos. O Brasil está entre os líderes mundiais na produção de grãos (algodão em caroço, amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale). A safra nacional 2010/2011, por exemplo, de grãos foi de 162,8 milhões de toneladas, crescendo para 186,2 milhões de toneladas na safra 2015/2016, segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). O estado do Mato Grosso se mantém como o maior produtor de grãos do País. O plantio da soja avança a cada ano no Centro-Oeste. A previsão da CONAB para a safra 2016/2017 é de 214,8 milhões de toneladas de grãos. Segundo o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, “*As estimativas da FAO apontam que o Brasil deverá ultrapassar as 222 milhões de toneladas de grãos até 2022*”.

Na pecuária mundial o Brasil também se destaca. O Brasil tem o segundo maior rebanho bovino do mundo, com 213 milhões de cabeças, atrás apenas da Índia. É preciso enfatizar que na milenar Índia o boi é o animal sagrado e não utilizado como carne na alimentação indiana. O Brasil se tornou o maior exportador de carne bovina e de carne de frango do planeta. Temos a Amazônia Verde! Em outras

palavras, podemos alimentar todos os brasileiros, além de todos os russos, chineses, indianos e sul-africanos.

Para a empresa americana John Deere (2016), uma das líderes mundiais na fabricação de equipamentos agrícolas, “*a mecanização e a agricultura de precisão são as responsáveis pelo Brasil tornar-se uma potência na produção de alimentos*”. Agricultura de precisão significa conseguir mais resultados, economizando tempo, insumos e recursos, ou seja, produtividade com lucro. De acordo com John Deere (2016), “*Aumentar a produção de alimentos de uma população global crescente, e com respeito ao meio ambiente, é hoje um dos grandes desafios da humanidade*”.

O Brasil é o único país que tem capacidade de alimentar toda a humanidade. O Brasil apresenta potencial para expandir sua área agrícola em 90 milhões de hectares. A combinação de água, Sol, terras disponíveis para agricultura, tecnologia, alta produtividade e o empreendedorismo do produtor rural fará do Brasil o celeiro do mundo. Resta construir muitos armazéns para acondicionar dentro os produtos como soja, milho, trigo; disponibilizar mais crédito; reduzir os tributos federais, estaduais e municipais; além de realizar uma reforma agrária em terras improdutivas de cunho capitalista. É só uma questão de tempo!

Por um Brasil sem fome, precisamos urgentemente corrigir as deficiências operacionais das cadeias produtivas do agronegócio, principalmente, a logística de distribuição e abastecimento dos alimentos, ampliando o transporte ferroviário, melhorando o transporte rodoviário e utilizando mais o transporte marítimo, para aproximar o setor produtivo com os consumidores em todo o País.

Além disso, devemos diminuir a grande dependência do modal rodoviário no Brasil, responsável por 73% do transporte de alimentos, com percursos variados que chegam a ultrapassar 3.000 km, entre a fonte produtora e o destino consumidor. Portanto, devemos incrementar as ferrovias, as hidrovias e a navegação de cabotagem, visando baratear o custo de alimentos, reduzir o desperdício de toneladas de alimentos e escoar as safras das áreas interiorizadas num país continental, muito populoso e pouco povoado (23,8 hab./km²).

34 O CRESCIMENTO POPULACIONAL

Segundo Amartya Sen (2005, p.237):

“(...) o fato de Malthus estar redondamente enganado em seu diagnóstico sobre a superpopulação em sua época (com menos de 1 bilhão de pessoas no planeta) e em seu prognóstico sobre as consequências terríveis do crescimento populacional não significa

que os temores relacionados ao crescimento populacional em todas as épocas tenham de ser errôneos também”.

A importância de Malthus é tanta que, vale lembrar, quando Charles Darwin escreveu *A Origem das Espécies*, em 1859 – talvez a obra mais importante que mudou a concepção do pensamento humano ao longo de todos os tempos, uma de suas obras de maior amparo foi justamente *Um Ensaio Sobre o Princípio da População* do pastor Malthus.

A humanidade levou milhares de anos para atingir um bilhão de habitantes em 1804 e dois séculos para chegar aos 7 bilhões de habitantes em 2011. As estimativas da ONU são que a população mundial de 7,4 bilhões de habitantes em 2016, crescerá para 8 bilhões em 2030 e 9 bilhões em 2050. Chegará a 11 bilhões no ano de 2100. Em 1859, ano da instalação do Big Ben, em Londres, o planeta tinha mais de 1 bilhão de habitantes. Depois de 157 anos, a população cresceu vertiginosamente 6,4 bilhões de pessoas no mundo.

O crescimento da população mundial é acelerado. Em 1804, a Terra alcançou um bilhão de habitantes. Cento e vinte e três anos depois avançou para dois bilhões de pessoas em 1927. Trinta e dois anos depois cresceu novamente para três bilhões de habitantes em 1959. Aumentou para quatro bilhões em 1974 depois de 15 anos. Em 1987 aumentou novamente para cinco bilhões de pessoas em 13 anos. O planeta atingiu a população de seis bilhões em 1999 depois de doze anos. O planeta aumentou para sete bilhões de habitantes em 2011 após 12 anos, sendo a distribuição concentrada e desigual da população mundial na Ásia (60,0%), África (15,7%), América (13,4%), Europa (10,5%) e Oceania (0,4%), segundo dados da Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas.

As projeções da ONU apontam que na Terra habitará 9 bilhões de pessoas no ano de 2050, e o maior crescimento populacional será nos países africanos em desenvolvimento. Com o aumento da taxa de natalidade surgirá um gigantesco desafio de oferecer educação e saúde de qualidade a uma população que cresce muito rapidamente no continente africano, sem recursos financeiros suficientes para comprar alimentos.

Um único planeta para que 9 bilhões de bocas sejam alimentadas. Esse é o desafio maior que nos espera ao longo deste século XXI. O resultado dessa questão ora colocada é bastante pertinente: aumentará a pressão por alimentos, água, madeira, fibras e combustível. É evidente, no entanto, que a partir disso emerge um conflito: muita gente, pouco alimento e uma corrida contra o tempo. (OLIVEIRA, 2016).

Diante disso, as seguintes indagações se apresentam como oportunas à espera de respostas: Como alimentar 9 bilhões de pessoas em 2050 sem degradar o meio ambiente? Como alimentar os atuais 125 milhões de pessoas com 10 anos de idade, sendo mais de 60 milhões de meninas (48%) e mais de 65 milhões de meninos (52%) em âmbito mundial? Por que casais em condições de pobreza ainda possuem a cultura de terem muitos filhos? Quais são os principais impactos econômicos, sociais e ambientais decorrente do envelhecimento humano em sociedades que ainda não se organizaram para receber esse contingente populacional? Por que não reduzir o consumo de bens supérfluos? Qual é o estímulo para o consumo local de peixes e hortifrutigranjeiros, principalmente na alimentação escolar, para a geração atual e as futuras gerações?

35 A REVOLUÇÃO AZUL

A população mundial cresceu sete vezes, de um bilhão de pessoas em 1804 para 7 bilhões de habitantes em 2011. Hoje, somos 7,4 bilhões em uma área de 149,4 milhões de km² de superfície terrestre, ou seja, uma densidade demográfica de cerca de 49 habitantes por quilômetros quadrados nos seis continentes (África, América, Antártica, Ásia, Europa e Oceania). Outros 360,6 milhões de km² são cinco oceanos (Antártico, Ártico, Atlântico, Índico e Pacífico).

Todos os seres humanos estão preocupados com o aquecimento global e a pobreza mundial, por isso a sustentabilidade se tornou tema preponderante em agendas internacionais das principais lideranças políticas globais.

Todos os seres humanos estão preocupados com os novos rumos do país mais rico do mundo, o segundo que mais polui a Terra, o terceiro mais populoso do planeta e o quarto mais extenso do mundo. Segundo o último líder da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e o presidente fundador da *Green Cross International* (GCINT), Mikhail Gorbachev (02/03/1931-), e Prêmio Nobel da Paz de 1990:

“Conflito entre homem e natureza tem sido crescente numa medida susceptível de prejudicar os alicerces da vida na Terra. (...) Nós temos de agir, é imperativo para todos nós: independentemente do país que vivemos, independentemente da nação a qual pertencemos, independentemente da nossa cultura ou nossa religião. Hoje esta é a questão das questões”.

Precisamos promover o desenvolvimento sustentável, enfrentando os desafios da redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego, além da redução da emissão de gases de efeito estufa, em benefício da humanidade. De acordo Mikhail Gorbachev, idealizador e responsável pela *perestroika*

(reconstrução) e pela *glasnot* (transparência) na URSS na década de 80, na sede da GCINT, em Genebra, na Suíça:

“Nós temos uma obrigação moral e ética de preservar a vida em sua integridade e manter nosso planeta saudável e seguro para a presente e futuras gerações”.

Pensamos muito, logo, buscamos uma resposta para uma pergunta-chave: Como alimentar a população mundial sem agredir o meio ambiente? Acreditamos no rumo sustentável de enfrentamento à fome crônica no mundo e, principalmente, no BRICS, a Revolução Azul (*Blue Revolution*). É importante destacar que a Revolução Azul começou na República Popular da China nos anos 80. A China é a maior produtora mundial de aquicultura, com 58,7 milhões de toneladas, segundo dados de 2014 da FAO.

Aquicultura ou Aqüicultura significa “*a produção de organismos aquáticos, como a criação de peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios e répteis, além do cultivo de plantas aquáticas*”. Temos dois tipos de criação na aqüicultura, a aquicultura continental com 41,9 milhões de toneladas (62,9%) e a aquicultura marinha com 24,7 milhões de toneladas (37,1%), segundo dados da FAO.

A indústria de peixes e frutos do mar (capturados e cultivados) poderá contribuir muito com a erradicação total da fome. Recentemente o filho de Jacques-Yves Cousteau (1910-1997), foi eleito presidente da *Green Cross Internacional* (Cruz Verde Internacional). O presidente Jean-Michel Cousteau como renomado oceanógrafo francês irá colaborar muito para a proteção ambiental nos oceanos e mares e continuará propagando os pensamentos do seu falecido pai. O brilhante oceanógrafo francês Jacques Cousteau (1990) disse, “*O consumo excessivo e a superpopulação estão na base de todos os problemas ambientais que enfrentamos hoje*”.

A pesca é uma atividade econômica, uma atividade extrativista, onde o agente econômico atua na coleta da produção natural de peixes. A África do Sul é banhada pelos Oceanos Atlântico e Índico, com grande potencial na pesca sustentável. Atualmente, a África do Sul é o maior produtor mundial de ouro. O Brasil tem enorme potencial na pesca sustentável, porque é banhado pelo Oceano Atlântico, tem 7.048 km de costas marítimas e cerca de 13,7% da água doce disponível do planeta. Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de minério de ferro. A cada dia podemos ver o quão importante é a pesca no combate a fome crônica. Não podemos esquecer que temos a Amazônia Azul!

A Índia é banhada pelo Mar da Arábia, pelo Oceano Índico e pelo Golfo de Bengala, logo, encontra-se na terceira posição no ranking mundial na produção aquícola, atrás apenas da China e da Indonésia, segundo dados de 2014 da FAO.

Pensando global, agindo local, precisamos aumentar os estudos, as pesquisas avançadas com foco na exploração sustentável das riquezas do fundo do mar. Milhões de toneladas de peixes fomentará a indústria pesqueira em várias cidades brasileiras como Cabedelo e Santos e abastecerá o mercado consumidor interno, além de exportar para o mercado externo, com peixes saudáveis a preços acessíveis as camadas mais pobres da população do BRICS. Enfatizamos que a pesca industrial é a captura de pescado no mar, utilizando navios de grandes dimensões, geralmente bem equipados, bem modernos, dispendo de redes potentes, além de pescadores, e um destacado exemplo internacional é a Noruega.

A Noruega é o país com melhor IDH do mundo, com 0,944. A indústria norueguesa de peixes e frutos do mar (capturados) é a segunda maior do país nórdico, atrás apenas da indústria petrolífera. O Reino da Noruega é banhado pelo Mar da Noruega, pelo Mar do Norte, pelo Oceano Atlântico e pelo Mar de Barents e tem a maior concentração de bacalhau do planeta e exportou 90 mil toneladas de bacalhau para o resto do mundo. A pesca sustentável na Noruega gera muitos empregos e com o aumento da quantidade pescada leva à redução do preço, além de o país escandinavo ter o maior número de lagos no planeta.

Em Cabedelo, precisamos incentivar mais a pesca industrial sustentável e a criação de peixes em pequenas, médias e grandes gaiolas no Rio Paraíba e no Oceano Atlântico. Em 2014, de acordo com a FAO, o consumo mundial de peixes e frutos do mar cultivados superou o de peixes e frutos do mar capturados.

O grupo BRICS sofre com a fome crônica, por isso, pensamos e defendemos o crescimento sustentável da aquicultura. Como toda tentativa ousada, este artigo, ao inovar, abre o flanco à crítica. Mas dá um passo seguro na proposta de erradicação total da fome no BRICS.

Corroboramos com as ideias expostas por Peter Drucker (1909-2005), o *Pai da Administração Moderna*, especialmente quando assevera que: “*A Aquicultura, e não a Internet, representa a mais promissora oportunidade de investimento do século 21*”.

Levamos a sério o potencial de crescimento da aquicultura no mundo e no BRICS, como também de forma especial, em Cabedelo, município paraibano, marco zero da BR-230, a famosa Transamazônica, onde encontramos a São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos, a maior indústria de alimentos da Paraíba, com mais de 200 produtos alimentícios (destacando o café e o milho para pipoca). Poderemos construir a São Pedro S/A, que será a maior empresa de peixes com Selo Verde do estado da Paraíba.

4. A TEORIA ECOREFORMALTHUSIANA

Há 182 anos morria em Bath, no sudeste da Inglaterra, o primeiro pensador a formular uma teoria demográfica. Aos 68 anos de idade, morria de doença cardíaca, o economista Thomas Robert Malthus. Nas comemorações alusivas ao falecimento de Malthus, pensamos numa nova teoria demográfica, que surge da fome insaciável por **conhecimento** diante de tantas agressões ambientais, por exemplo, o uso indiscriminado do solo e das reservas ecossistêmicas.

É possível uma nova explicação para o crescimento populacional. Na verdade, precisamos investir mais em agropecuária, aquacultura e em pesca para salvar vidas! Precisamos erradicar a fome para promover um desenvolvimento sustentável ao redor do mundo! Existe uma possibilidade, remota possibilidade, com muita pesquisa, com muitos dados, e, sobretudo, com muito **conhecimento** científico, podemos estabelecer uma nova teoria populacional, a Teoria Ecoreformalthusiana.

Não confundir, nem tampouco identificar Teoria Ecoreformalthusiana com o Ecosocialismo, na qual se trata de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que tem seus princípios fundamentais baseados no marxismo puro, cujo principal defensor e expoente, no Brasil, é o sociólogo Michael Löwy (06/05/1938).

Segundo Löwy (02/04/2016), “*Não há como salvar o meio ambiente sem acabar antes com o capitalismo*”. Michael Löwy e Joel Kovel idealizaram e lançaram o *Manifesto Ecosocialista Internacional*, em Paris, em setembro de 2001.

Não defendemos uma economia planificada como na antiga União Soviética, com o uso de planos quinquenais, de propriedade coletiva e do Estado como dono dos meios de produção. Sabemos que numa economia centralizada não existe a burguesia industrial e agrária nem tão pouca a lei da oferta e da demanda. Compreendemos sua busca planejada e constante da sociedade mais justa. Uma sociedade socialista almeja uma sociedade sem explorados nem exploradores, mas que retira a liberdade individual, a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa, além da liberdade econômica.

Vamos planejar mais o futuro. Hoje, existe na vanguarda da Ciência Econômica a Economia Verde, a Economia Criativa, a Economia Colaborativa. Podemos pensar também na Teoria Ecoreformalthusiana capaz de conciliar igualdade social com liberdade individual, jamais visto pela humanidade, diante do modo de produção de bens e serviços que fere as condições ambientais.

O crescimento populacional é responsável direto pela agressão incontida sobre o meio ambiente, uma vez que, segundo o químico holandês Paul Crutzen, Prêmio Nobel de Química de 1995 (por seus estudos sobre a formação e decomposição do ozônio na atmosfera), adentramos a *Erado*

Antropoceno, período esse em que as mãos humanas são as responsáveis pela maior e mais acintosa agressão ao patrimônio natural.

Em que momento nós, os seres humanos, daremos conta que é impossível sustentar um planeta com o número elevado de habitantes em meio às mudanças climáticas.

A Teoria Ecoreformalthusiana reconhece os problemas do crescimento populacional sobre o meio ambiente, e prega quatro bandeiras globais: i) controlar o crescimento populacional (em 1804, a população mundial era de 1 bilhão de habitantes. Duzentos e sete anos depois, o planeta atingiu 7,0 bilhões de pessoas; em apenas 39 anos mais, em 2050, teremos uma população mundial de 9 bilhões); ii) estancar o nível desenfreado de consumo inconsciente; iii) aumentar a produção de alimentos via Agricultura e Aquicultura; e iv) reduzir as desigualdades sociais.

Temos novos argumentos sobre a questão da explosão populacional. Então questionarmos na busca de um novo rumo na teoria demográfica, uma nova teoria populacional: Haverá espaço para 9 bilhões de habitantes? Haverá recursos naturais para 9 bilhões de pessoas? Haverá condições para alimentar 9 bilhões de seres humanos? Haverá proteção ambiental para 9 bilhões de habitantes?

Diante da expansão das desigualdades sociais e do alargamento mais intenso dos bolsões de pobreza espalhados pelo mundo, torna-se cada vez mais insuportável aceitar a predominância de um modelo econômico que produz riqueza gerando pobreza; que eleva a produção física da economia global à custa da dilapidação do capital natural, que congrega quase 900 mil pessoas com os estômagos vazios de fome, que fabrica bens à base da subordinação de muitos mediante a absurda precarização das relações de trabalho ao fazer uso de mão de obra infantil e em condições análogas à escravidão. (OLIVEIRA,2015).

A Teoria Ecoreformalthusiana surge das reflexões críticas as cinco teorias demográficas existentes e como os economistas Malthus e Marx, indireta ou diretamente, foram importantes para o conjunto do pensamento mundial. Segundo Friedrich Engels: “*Marx descobriu a lei do desenvolvimento da sociedade humana*”.

Malthus demonstrou bastante preocupação com o crescimento populacional *versus* produção de alimentos em seus estudos, mas ele ainda não conhecia o Brasil, que produz de tudo e em tanta quantidade que nos damos ao luxo de desperdiçar cerca de 40%. A fome que castiga muitos brasileiros é resultado da péssima distribuição da renda e da terra aliado ao desperdício. A questão da pobreza no Brasil é essencialmente educacional! (GALVÃO JÚNIOR, 2007).

A Teoria Ecoreformalthusiana surge no mais populoso, mais rico e mais extenso país da América do Sul. No Brasil temos 206,7 milhões de habitantes (IBGE), 12 milhões de desempregados (IBGE), 13

milhões de analfabetos (IBGE), 172 mil milionários (banco Credit Suisse) e 31 bilionários (revista Forbes). O Brasil é um país populoso e assolado pela secular desigualdade social, que nos subjuga a uma situação de impotência diante do poder econômico concentrado em uma pequeníssima parcela da população. Triste realidade! Infelizmente, é a mais dura verdade brasileira!

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar as principais teorias demográficas, o maior desafio de analisar, com quatro mãos, por novos ângulos, foi propor uma alternativa, uma nova teoria demográfica na segunda década do século XXI.

De Thomas Malthus, no século XVIII, a Paul Ehrlich, no século XX, as previsões catastróficas, quanto ao *boom* populacional, não se confirmaram. Corroborou para isso o aumento da produtividade no plantio e na colheita de alimentos pelos avanços tecnológicos e a diminuição da taxa de natalidade pelos avanços dos métodos contraceptivos. As previsões catastróficas de Thomas Malthus não se concretizaram e mais de 218 anos já se passaram. Enquanto, Paul Ehrlich afirmava que as crises de fome ao redor do mundo, em particular na Índia, matariam centenas de milhões de pessoas em 1980, previsões catastróficas também equivocadas.

Compreendemos a necessidade de analisar, com o rigor que se espera daqueles que versam sobre os fatos, cada uma das teorias demográficas, conferindo às mesmas elevado grau de importância: a Teoria Malthusiana (crescimento da população *versus* produção de alimentos), a Teoria Neomalthusiana (crescimento da população *versus* desenvolvimento econômico), a Teoria Reformista (crescimento da população *versus* distribuição de renda) e a Teoria Ecomalthusiana (crescimento da população *versus* preservação dos recursos naturais).

À guisa de conclusões, cabe destacar, uma vez mais, que os reformistas defendem mudanças socioeconômicas que permitem melhores condições de vida à população mais pobre.

Os ecomalthusianos, a seu modo, alertam que o elevado crescimento populacional verificado ao longo do século XX, como também no século XXI, tem consequências negativas para a economia, ameaçando a integridade do meio ambiente a partir do consumo desenfreado de recursos naturais.

A Teoria da Transição Demográfica, por sua vez, se apresenta com elevado grau de importância por revelar que a população tende a passar por quatro fases de mudanças demográficas determinadas pela evolução da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade como respostas às transformações socioeconômicas com a modernização industrial da sociedade capitalista.

Concretamente, para edificar-se um mundo melhor, mais justo, e menos desigual, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental, devemos ouvir os melhores conselhos sobre os caminhos de uma vida saudável, buscando a prática coletiva dos mecanismos que levam, inexoravelmente, a um mundo sustentável, conjugando esforços que sejam conciliadores ao atual padrão de economia globalizada, onde algumas pessoas buscam o dinheiro e o poder, a qualquer custo, qualquer sacrifício, mas esquecem, sobremaneira, que é o **conhecimento** a ferramenta indispensável para transformar a sociedade de consumo, hoje inconsciente, em consciente, salvadora de vidas humanas.

Ultimamente, estamos na luta diária pela sobrevivência, e raramente temos tempo para pensar, agir, e viver com solidariedade. Quando uma mulher pretende se alimentar com o bebê no colo, existe uma grande possibilidade de outra mulher se oferecer para ajudar e segurar o seu lindo bebê. Mas quando a mulher e o bebê recém-nascido choram de fome, existe uma pequena possibilidade de outra mulher se oferecer para ajudar e alimentar as duas pessoas.

Necessitamos, ademais, respirar ar puro, beber água potável, comer alimentos saudáveis, ouvir o canto dos pássaros e contemplar, por exemplo, toda e qualquer manifestação da natureza, desde um belo pôr do Sol ao cair da chuva ao entardecer.

Necessitamos, ainda, praticar atos de solidariedade para vivermos intensamente neste planeta repleto de mudanças notáveis, quer sejam elas de ordens econômica, social, climática, cultural ou política.

Nesse contexto, a fome – talvez a pior ignomínia existente no seio da humanidade – pode ser erradicada, sem necessariamente inferir-se sobre o meio ambiente. Conforme relatório elaborado pela FAO será necessário um investimento líquido de US\$ 83 bilhões por ano em agricultura nos países em desenvolvimento para garantir alimentos para os 9 bilhões de pessoas em 2050.

Precisamos, de igual maneira, de novos e vultosos investimentos em agricultura em todos os países que oferecem condições propícias para isso, com destaque para os integrantes do BRICS. Em suma, tais propostas ilustram que aquilo que Mahatma Gandhi (1869-1948) asseverou:

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome”,

Por fim, à título de ilustração, citamos novamente Gandhi:

“A Terra é capaz de satisfazer as necessidades de todos os homens, mas não a ganância de todos os homens”.

Hoje, somos 7,4 bilhões de habitantes e seremos 11 bilhões em 2100. Temos 794 milhões de pessoas famintas. É hora de agir! Temos que desarmar a bomba-relógio populacional e, ao mesmo tempo, a bomba-relógio da fome que estão prestes a estourar diante das mudanças climáticas.

A cada segundo cinco pessoas nascem e duas morrem no mundo. Mais de 200 mil bebês nascem por dia no planeta, a cada vinte e quatro horas. A cada três segundos uma pessoa morre de fome, a cada cinco segundos uma criança (de 0 a 5 anos) padece por falta de alimentação e/ou de gravidades disso decorrente. Chega a ser gigantesco, colossal, o desrespeito aos direitos humanos, especialmente no que concerne ao direito de se alimentar. No entanto, ainda há tempo. Temos que agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

ACTIONAID. Annual Report 2015. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/action_aid_international_annual_report_vfinal_12_hi_res.pdf. Acesso em: 01 Nov.2016.

BORLAUG, Norman Ernest. The Green Revolution, Peace, and Humanity. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1970/borlaug-lecture.html. Acesso em: 04 Nov. 2016.

CONAB. Revista Indicadores da Agropecuária. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_10_27_16_49_51_revista_indicadores_da_agropecuaria_outubro_2016-versao_final_internet.pdf. Acesso em: 01 Nov. 2016.

DEERE, John. Notícias. Disponível em: https://www.deere.com.br/pt_BR/regional_home.page?cid=VURL_ptBR_Home_wwwon_johnoff. Acesso em: 29 Set. 2016.

EHRlich, Paul. The Population Bomb. Disponível em: http://projectavalon.net/The_Population_Bomb_Paul_Ehrlich.pdf. Acesso em: 10. Nov.2016.

FAO. The State of Food Insecurity in the World 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>. Acesso em: 30 Set. 2016.

. Brasil será um dos maiores exportadores de alimentos, prevê FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/436508/>. Acesso em: 01 Nov. 2016.

. World Food Day 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/world-food-day/2016/home/en/>. Acesso em: 16 Out. 2016.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo. Um Ensaio Crítico Sobre a Pobreza: De Malthus a Sachs. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/Um%20Ensaio%20Cr%C3%ADtico%20sobre%20a%20Pobreza%20de%20Malthus%20a%20Sachs.pdf>. Acesso em: 25 Nov. 2016.

GCINT. **News**. Disponível em: <http://www.gcint.org/>. Acesso em: 02 Nov. 2016.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LÖWN, Michael. **Para sociólogo socialista, somos passageiros de um trem suicida**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/04/1756594-para-sociologo-eccossocialista-somos-passageiros-de-um-trem-suicida.shtml>. Acesso em: 10. Nov.2016.

IBGE. **PNAD Contínua**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 Set. 2016.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acesso em: 01 Ago.2016.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 Out.2016.

NOVA AQUA. **Aquicultura - A Revolução Azul**. Disponível em: <http://www.novaaqua.com.br/site/aquicultura/>. Acesso em: 05 Nov. 2016.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio Sobre a População**. Os Economistas: Malthus/Ricardo. Tradução de Antonio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I. Os Economistas: Marx. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2016.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Humanizando a Economia**. Disponível em: http://www.adital.com.br/arquivos/2012/11/HUMANIZANDO_ECONOMIA_Marcus_Eduardo_Oliveira.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2016.

_____. **Limites do Planeta**. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2015/maio/artigo-limites-do-planeta?tag=economia-e-politica>. Acesso em: 10 Nov.2016.

_____. **Exploração econômica**. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/58063-exploracao-economica.html>. Acesso em: 10 Nov.2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 10 Out. 2016.

_____. **Situação da População Mundial 2016.** Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2016.pdf>. Acesso em: 06 Nov.2016.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais#2015. Acesso em: 20 Dez.2015.

PRB. **World Population Clock.** Disponível em: <http://www.prb.org/>. Acesso em: 08Nov. 2016.

ROSLING, Hans. **Dont Panic! The Truth About Population.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NOLuwxIM-oA>. Acesso em: 04 Nov. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Herbert de. **A alma da fome é política.** Disponível em: <http://www.3irmaosdesangue.com.br/irmaos/betinho/textos/texto10.html>. Acesso em: 04 Nov. 2016.

TACON, Albert. **Aquicultura no mundo e importância para a nutrição humana.** Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/documentos/aquicultura-desafios-e-oportunidades-na-revolucao-azul-brasileira/aquicultura-desafios-e-oportunidade-na-revolucao-azul-brasileira/view>. Acesso em: 05 Nov. 2016.

Olímpicas Correlações: O Ouro do Século XXI é o Conhecimento

Luiz Alberto Machado⁸ & Paulo Galvão Júnior⁹

No dia cinco de agosto de 2016 o avião "14 BIS" de Santos Dumont voou em pleno Maracanã ao som do "Samba do Avião" de Tom Jobim. Foi linda e emocionante a abertura dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro. O espírito olímpico contagiou o Brasil e o mundo por 17 dias consecutivos.

"O importante não é vencer, mas competir e com dignidade!", este era o lema adotado pelo educador francês, Pierre de Frédy (1868-1937), o famoso Barão de Coubertin, o Pai dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Muito bem incorporado pelo atleta brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima que acendeu a moderna pira olímpica no Rio de Janeiro. Vanderlei foi o maratonista brasileiro que conquistou a medalha de bronze em Atenas no ano de 2004, sendo aplaudido de pé e ovacionado ao fazer um "aviãozinho" com os braços, após ser agarrado pelo ex-padre irlandês Cornelius "Neil" Horan, quando liderava a prova mais famosa das Olimpíadas, a Maratona, em plena Grécia, berço dos Jogos Olímpicos.

Atualmente, o Brasil é a nona economia do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,77 trilhão no ano de 2015, mas é um dos países onde menos se lê, em média, quatro livros por ano, e onde menos se compra livros no planeta, em média, 1,7 livro vendido por ano.

O ouro do século XXI é o conhecimento. O conhecimento é o recurso mais valioso do mundo. O **conhecimento** é fundamental para um futuro promissor num país lusófono como o Brasil. Precisamos ler, reler e reler livros nas escolas e nas universidades. A biblioteca é a mina de ouro.

Festejamos o tricampeonato olímpico no voleibol masculino, no qual revela com toda nitidez possível, a importância de grandes investimentos privados e públicos no vôlei de quadra e, sobretudo, do trabalho em equipe, liderado pelo economista e competente treinador Bernardinho (com sete "medalhas olímpicas", três de prata, sendo uma como atleta em 1984 e duas como treinador da seleção brasileira masculino em 2008 e em 2012, além de duas medalhas de bronze como treinador da seleção brasileira feminina em 1996 e em 2000 e duas medalhas de ouro como treinador da seleção brasileira masculino em 2004 e em 2016). A posição de Bernardinho era levantador nos EUA, e reserva do levantador e capitão William, a mesma do seu estimado filho Bruno, capitão da equipe brasileira que derrotou a Itália por três sets a zero em pleno Maracanãzinho completamente lotado.

Às vésperas do início dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, destacamos um artigo intitulado *Olímpicas expectativas*, no qual o autor aborda diversos aspectos relacionados ao **maior evento esportivo do planeta** que estava em vias de se iniciar. No referido artigo, tratava-se entre outros aspectos, o legado olímpico, fatores políticos, econômicos e de sustentabilidade, questões relacionadas à segurança e, também, as perspectivas do Brasil em termos de desempenho esportivo:

Por fim, quanto ao desempenho dos atletas brasileiros, não vejo nenhum motivo para otimismo. Mesmo que o número de medalhas supere o de edições anteriores – o que é

⁸ Economista pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal), vice-diretor da Faculdade de Economia da FAAP, conselheiro efetivo do Conselho Federal de Economia e assessor da Fundação Espaço Democrático.

⁹ Economista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Gestão de RH pela Faculdade de Tecnologia Internacional (Paraná) e professor de Economia e de Economia Brasileira no IESPFaculdades.

mais do que esperado por se tratar do país que sedia as competições – não aconteceu qualquer mudança estrutural que propiciasse uma perspectiva mais favorável a longo prazo.

Há 32 anos, escrevi um artigo com o título *Poucos sportistas...poucas medalhas*. Foi logo após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, quando o Brasil conquistou apenas 8 medalhas¹⁰. Passados todos esses anos, a base do nosso esporte continua a residir nos clubes esportivos, de acesso extremamente restrito. Enquanto em quase todas as potências olímpicas a base está nas escolas e universidades, com acesso quase universal, aqui dependemos do investimento de alguns clubes poliesportivos que permanecem por décadas formando ou aperfeiçoando atletas de alto rendimento, como são os casos do Pinheiros, em São Paulo, e do Minas Tênis, em Belo Horizonte. Enquanto isso, as competições colegiais e universitárias ocorrem com pouquíssimo apoio quer das autoridades esportivas quer da imprensa especializada. (Machado, 2016).

Concluídos os Jogos Olímpicos 2016, em 21 de agosto, reconhecemos que o saldo foi extremamente positivo em quesitos como, por exemplo, organização e segurança. O Brasil saiu com sua imagem fortalecida, demonstrando ser capaz de promover um evento dessa magnitude com competência, além de ter dado um show à parte na capacidade de receber bem todos os que foram ao Rio de Janeiro, atletas, técnicos, dirigentes, jornalistas, além de turistas estrangeiros e brasileiros.

No que se refere ao desempenho dos nossos atletas, no entanto, somos de opinião que o saldo não merece maiores comemorações, uma vez que, embora o Brasil tenha conquistado o maior número de medalhas de sua história, a evolução em relação aos Jogos de Londres foi muito pequena e, ao nosso juízo, aquém das expectativas de um país que sedia as competições e **pela primeira vez na América do Sul**.

O presente artigo de Economia tenta estabelecer algumas correlações entre desempenho esportivo nos Jogos Olímpicos e alguns indicadores socioeconômicos. Para justificar nossa opinião e também para explorar possíveis correlações, elaboramos a Tabela 1 que considera a classificação dos países pelo número de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, o número de medalhas, o ranking dos países por seu PIB, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pela população total de cada país e, por fim, pelo número de modalidades em que cada país conquistou medalhas de ouro, de prata ou de bronze.

Adiantamos que não somos uma potência olímpica, o Brasil terminou em 13º lugar, com 7 medalhas de ouro, 6 medalhas de prata e 6 medalhas de bronze. Mas, conquistamos pela primeira vez o título olímpico no futebol masculino, no decisivo pênalti de Neymar contra a Alemanha no Macaranã lotado. A principal potência olímpica entre 206 países, os EUA, conquistaram 121 medalhas (46 de ouro, 37 de prata e 38 de bronze). O maior atleta olímpico de todos os tempos é o nadador americano Michael Phelps, com 23 medalhas de ouro, 3 medalhas de prata e 2 medalhas de bronze. No Rio, exatamente, nas piscinas olímpicas, Phelps conquistou 5 ouros e uma prata.

¹⁰ Uma de ouro (no atletismo, com Joaquim Cruz, nos 800 metros); 5 de prata (uma na natação, com Ricardo Prado, nos 400 metros medley, uma no iatismo, com Torbel Graef, Daniel Adler e Ronaldo Senft, na classe Soling, uma no judô, com Daniel Vieira, uma no futebol masculino e uma no voleibol masculino, com a chamada “geração de prata”; e 2 de bronze (ambas no judô, com Luiz Onmura e Walter Carmona).

Tabela 1. Jogos Olímpicos e Indicadores Socioeconômicos na Atualidade

Classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016¹¹	Número de Medalhas	Ranking Mundial do PIB¹²	Ranking Mundial do IDH¹³	Ranking Mundial da População	Modalidades com medalhas olímpicas
1º EUA	121	1º	8º	3º	25
2º Grã-Bretanha	67	5º	15º	22º	22
3º China	70	2º	90º	1º	20
4º Rússia	56	12º	51º	9º	19
5º Alemanha	42	4º	6º	16º	19
6º Japão	41	3º	20º	10º	11
7º França	42	6º	22º	20º	17
8º Coreia do Sul	21	11º	17º	27º	9
9º Itália	28	8º	27º	23º	13
10º Austrália	29	13º	2º	52º	13
11º Holanda	19	17º	5º	65º	12
12º Hungria	15	58º	44º	88º	4
13º Brasil	19	9º	75º	5º	12
14º Espanha	17	14º	26º	29º	11
15º Quênia	13	72º	145º	30º	1
16º Jamaica	11	117º	99º	143º	1
17º Croácia	10	82º	47º	127º	5
18º Cuba	11	63º	67º	78º	4
19º Nova Zelândia	18	55º	10º	124º	5
20º Canadá	22	10º	9º	37º	11

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do FMI, PNUD e COI

Por se tratar de um artigo que não possui maiores pretensões, limitamo-nos a fazer algumas reflexões e tentar estabelecer algumas correlações. O extraordinário desenvolvimento de novas áreas de pesquisa, como Big Data, Teoria da Complexidade e Teoria de Redes abrem amplas perspectivas para uma análise mais profunda e abrangente das reflexões constantes neste artigo. Portanto, como indicação para detentores de expertise nesses campos.

Tomando por base a correlação entre desempenho olímpico e PIB, verifica-se uma forte correlação quando se observa a performance de países como Estados Unidos da América (EUA), Grã-Bretanha, China, Rússia, Alemanha, Japão, França, Itália, Austrália, Coreia do Sul, Holanda, Brasil, Espanha e Canadá. Esses 14 países, que estiveram entre os 20 maiores conquistadores de medalhas, encontram-se, também, entre os 20 países com maior PIB na economia mundial.

Quando se considera a correlação desempenho olímpico e IDH, verifica-se uma redução, já que apenas 9 dos maiores conquistadores de medalhas (EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Holanda, Nova Zelândia e Canadá) estão entre os 20 países com mais elevado IDH. Ressaltamos que Noruega (1º lugar no ranking mundial do IDH), Dinamarca (4º lugar), Irlanda (7º

11 Ranking do COI no ano de 2016.

12 Ranking do FMI no ano de 2015.

13 Ranking do PNUD no ano de 2014.

lugar), Singapura (11º lugar), Hong Kong (12º lugar), Liechtenstein (13º lugar), Suécia (14º lugar), Islândia (16º lugar), Israel (18º lugar) e Luxemburgo (19º lugar) não se destacaram nos Jogos Olímpicos 2016.

Antes de partir para as considerações mais gerais, estendemos a correlação para o número de habitantes de cada país. Nesse particular, observa-se uma redução ainda maior da correlação, pois apenas 7 dos “papões” de medalhas olímpicas encontram-se entre os países mais populosos do mundo. Portanto, 13 dos 20 países mais populosos do planeta, Índia (2 medalhas olímpicas), Indonésia (3), Paquistão (0), Bangladesh (0), Nigéria (1), México (5), Filipinas (1), Vietnã (2), Etiópia (8), Egito (3), Irã (8), Turquia (8) e República Democrática do Congo (0) possuem desempenho olímpico medíocre.

Apontadas essas correlações, seguem-se algumas observações com o objetivo de estimular toda e qualquer reflexão crítica sobre o presente artigo, elaborado a quatro mãos, que totalizam vinte dedos, e com dois cérebros, que totalizam 172 bilhões de neurônios.

1. Desempenho dos EUA: Para usarmos uma expressão que se tornou conhecida graças a um programa popular de TV, “tiro o chapéu” para o desempenho histórico dos EUA em sucessivas edições dos Jogos Olímpicos. Destacamos, nesse particular, que esse extraordinário desempenho dos norte-americanos se explica em grande parte pelo elevado número de praticantes das diversas modalidades esportivas, o que só é possível em razão de uma visão cultural que valoriza amplamente a prática de esportes nos colégios, nas universidades e nas faculdades, celeiro dos atletas olímpicos de alto rendimento. Acrescento a esse dado, o fato de não haver ministério específico no país, e de ser irrisório – senão inexistente – o aporte de recursos públicos para o Comitê Olímpico Americano, cujo financiamento é quase integralmente constituído de recursos da iniciativa privada. Por último, mas não menos importante, ressaltamos a questão de realçar o espírito representado pelos atletas norte-americanos e o orgulho que demonstram na defesa das cores da bandeira de seu país nas quadras, pistas, piscinas, ringues, tatames etc. Um bom exemplo disso foi dado pelas seleções masculina e feminina de voleibol no Rio de Janeiro. Apesar de serem consideradas favoritas à conquista de medalhas antes do início da competição, ambas foram derrotadas na semifinal, tendo, portanto, que disputar a medalha de bronze. Ao contrário do que se vê em alguns casos, em que atletas mostram-se desmotivados para a disputa da medalha de bronze, os integrantes das seleções de voleibol dos EUA empenharam-se ao máximo em suas partidas, buscando a medalha de bronze com a mesma determinação que teriam se estivessem disputando a medalha de ouro. Ousamos afirmar que tal espírito explica-se, em boa parte, pelo excepcionalismo dos EUA, muito bem explicado no recém-lançado livro *As ideias importam*, da Professora Fernanda Magnotta, coordenadora do curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), no estado de São Paulo.

2. Desempenho da Grã-Bretanha: A exemplo do que já havia ocorrido com outros países que tiveram cidades que sediaram os Jogos Olímpicos, o **Reino Unido** registrou uma considerável evolução na edição de 2012, realizada em Londres, ficando, naquela ocasião, em terceiro lugar no quadro de medalhas, abaixo apenas dos EUA e da China. Ao ficar no segundo lugar no quadro de medalhas na edição de 2016, no Rio de Janeiro, com 67 medalhas olímpicas, o **Reino Unido**, formada por quatro países, Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, dá uma demonstração de que o avanço verificado em 2012 não foi pontual, uma vez que o desempenho de quatro anos depois foi até superior ao verificado nos Jogos de Londres. Conquistando medalhas em 22 modalidades diferentes em 28 modalidades, verifica-se que o esforço para melhorar o desempenho olímpico da Grã-Bretanha foi bastante diversificado, não ficando

restrito a apenas poucas modalidades esportivas. Se de um lado é inegável o mérito evidenciado pela evolução do Reino Unido, enfatizamos na obrigação de fazer um registro quanto a uma das práticas que permitiram tal evolução e que, ao nosso juízo, contraria o chamado espírito olímpico, qual seja, o fato de a Grã-Bretanha ter naturalizado nos anos que antecederam a realização dos Jogos Rio 2016 atletas de diversas modalidades, muitos dos quais mal falavam o idioma da terra de William Shakespeare ou pouco conheciam o hino britânico ao receberem suas medalhas olímpicas. Vale frisar que tal prática é permitida em algumas modalidades e não em outras, dependendo do regulamento seguido pela respectiva confederação internacional.

3. Desempenho da China: A evolução do desempenho da China nas últimas edições dos Jogos Olímpicos revela consistência, ainda que tenha se acelerado por ocasião da realização dos Jogos de Pequim, em 2008. Como acontece com a Grã-Bretanha, o esforço empreendido para que essa evolução ocorresse foi bastante diversificado, visto que os atletas chineses conquistaram no Rio de Janeiro 70 medalhas olímpicas em 20 modalidades diferentes.
4. Fraco desempenho de países com IDH muito elevado: Chamou nossa atenção o fraco desempenho olímpico de países que se encontram nas vinte primeiras posições do ranking mundial do IDH, entre os quais destacamos, Noruega (1º lugar no ranking e 4 medalhas olímpicas), Suíça (3º lugar no ranking e 7 medalhas), Dinamarca (4º lugar no ranking e 15 medalhas), Irlanda (7º lugar no ranking e 2 medalhas), Singapura (11º lugar no ranking e 1 medalha), Hong Kong (12º lugar no ranking e nenhuma medalha), Liechtenstein (13º no ranking e nenhuma medalha), Suécia (14º no ranking e 11 medalhas), Islândia (16º lugar no ranking e nenhuma medalha), Israel (18º lugar no ranking e 2 medalhas) e Luxemburgo (19º lugar no ranking e nenhuma medalha). Esses países, assim como a Áustria e a Finlândia, que também possuem IDH muito alto, tiveram desempenho nos Jogos do Rio de Janeiro pode ser considerado medíocre. Vale destacar que alguns desses países, situados no Hemisfério Norte, costumam apresentar excelente desempenho nos Jogos Olímpicos de Inverno, o que se explica pelo fato de que suas populações vivem por vários meses do ano em clima frio, praticando sistematicamente os chamados esportes de inverno.
5. Destacado desempenho da Hungria: Registramos o bom desempenho da Hungria, localizado no Velho Mundo, que ficou na 12ª posição no quadro de medalhas, com 15 medalhas olímpicas, embora ostente posições intermediárias nos rankings mundiais do PIB (58º), IDH (44º) e População (88º). A título complementar, registramos também que a Hungria conquistou medalhas em 4 modalidades. A Hungria ficou a frente do Brasil nas Olimpíadas 2016, porque conquistou 8 medalhas de ouro e o Brasil apenas 7 medalhas. A Hungria com 93.024 km², é menor do que o estado de Santa Catarina, com 95.736 km². A população total da Hungria é de 9,9 milhões de habitantes, menor, portanto, do que o estado do Paraná, que é de 11,0 milhões de habitantes.
6. Desempenho de Quênia e Jamaica: Não podemos deixar de realçar o excepcional desempenho de Quênia e Jamaica, respectivamente na 15ª e na 16ª posições no quadro de medalhas, ambas com 6 medalhas de ouro, e que não se encontram em posições destacadas nos rankings globais do PIB, do IDH e da População. O mesmo pode ser dito com relação ao desempenho de Croácia (17ª) e Cuba (18ª), ambas com 5 medalhas de ouro. A diferença fundamental é que os dois últimos conquistaram medalhas em 5 e 4 modalidades, respectivamente, ao passo que os dois primeiros em apenas uma: Quênia em provas de atletismo de média e longa distâncias e Jamaica em provas de curta distância, com destaque para Usain Bolt, verdadeiro ícone do

esporte mundial, com três medalhas de ouro e com o inédito tricampeonato olímpico nos 100 metros, nos 200 metros e no revezamento 4 x 100 metros.

Deixamos para o final um comentário sobre o desempenho do Brasil que, como já afirmamos, embora tenha sido superior ao de edições anteriores, foi decepcionante, não apenas por ficar abaixo da expectativa do próprio Comitê Olímpico Brasileiro (COB), mas, também, por não corresponder a um salto quantitativo esperado de países que sediam os Jogos Olímpicos. Além disso, o que se verifica é que não houve alteração de relevo na estrutura organizacional do esporte no Brasil, o que poderia indicar perspectivas mais favoráveis para o futuro. Por essa razão, destacamos que continuamos dependendo de boas surpresas (casos da medalha de ouro conquistada por Thiago Braz, no salto com vara masculino e recorde olímpico, da medalha de prata de Felipe Wu, no tiro ao alvo, ou da medalha de bronze de Maicon Andrade, no tae-kwon-do), ou do esporádico aparecimento de fenômenos como Isaquias de Queiroz, que conquistou três medalhas na canoagem (duas pratas e um bronze) numa mesma edição, algo inédito na história olímpica do Brasil.

Como afirmamos no início, acreditamos que, mais do que recursos, o Brasil necessita de uma ampla reestruturação, com a elaboração de um Plano Nacional que considere as escolas e universidades como a base da formação de nossos atletas. Só assim ampliaremos a quantidade de praticantes de esporte no País, primeiro passo para a obtenção de um significativo aumento da qualidade.

Referências bibliográficas e webgráficas

FRANCO, Gustavo. **O legado conceitual.** *O Estado de S. Paulo*, 28 de agosto de 2016, p. B 4.

MACHADO, Luiz Alberto. **Poucos esportistas...poucas medalhas.** *Correio Popular*, Campinas, 29 de agosto de 1984.

_____ **Olímpicas expectativas.** Disponível em <http://www.portalcafebrasil.com.br/iscas-intelectuais/olimpicas-expectativas/>. Acesso em: 20 Maio2016.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **As ideias importam: o excepcionalismo norte-americano no alvorecer da superpotência.** Curitiba: Appris, 2016.

SALVADOR, Alexandre. **A performance da casa.** *Veja*, 31 de agosto de 2016, pp. 72-76.

Uma Breve Análise do IDH no Mundo

Paulo Galvão Júnior¹⁴ & Rayssa Belmont Gonçalves Vieira¹⁵

1. Introdução

O Brasil ainda não saiu da recessão econômica, a contração do Produto Interno Bruto (PIB) ainda resiste na economia brasileira por seis trimestres consecutivos. Esta grave recessão provoca uma forte queda na qualidade de vida da população brasileira. Então, decidimos escrever a quatro mãos, nas comemorações alusivas aos 50 anos do PNUD no ano de 2016, em parceria com a estudante Rayssa Belmont Gonçalves Vieira, um artigo sobre o tema "Desenvolvimento Humano" intitulado **Uma Breve Análise do IDH no Mundo**, a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2015.

O PNUD da Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) desde 1990. De acordo com Costa (2002), o IDH foi delineado por um grupo de especialistas liderados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq. O IDH aponta que o conceito de desenvolvimento é mais amplo do que a visão econômica e, portanto, deve estar centrado no ser humano.

O IDH foi desenvolvido em 1990 pelos economistas asiáticos, o paquistanês Mahbub Ul Haq (1934-1998) e o indiano Amartya Sen (1933). A ideia principal do desenvolvimento humano é a qualidade de vida da população e vem sendo usado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual (GALVÃO JÚNIOR, 2016).

A criação do IDH, em 1990, constituiu um marco para a concepção e análise de indicadores econômicos e sociais, visto que o mesmo deslocou o centro da discussão do desenvolvimento da esfera puramente econômica (KIELING, 2014), centrado no PIB e no PIB *per capita*, para a qualidade de vida da população.

Diante do que foi exposto, pode-se delinear uma reflexão no presente artigo: **O que podemos conhecer a partir da análise do IDH do RDH de 2015?** Nesse sentido, mostra-se oportuno uma análise relacionada ao IDH e sua aplicação na identificação dos conceitos relacionados ao

¹⁴ Economista e Professor de Economia Brasileira no IESPFaculdades.

¹⁵ Estudante de Graduação em Administração no IESPFaculdades.

desenvolvimento nos países, principalmente no que diz respeito aos fatores capazes de indicar possíveis distorções sociais e desigualdades. A perspectiva de análise adotada, por sua vez, é a da abrangência do desenvolvimento humano, segundo o conceito disseminado pela ONU, principalmente por meio do PNUD.

2. Desenvolvimento Humano

O economista paquistanês Mahbub ul Haq em parceria com o economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, defendiam que o desenvolvimento podia ser mais bem explicado pela ampliação das escolhas das pessoas. O objetivo básico do desenvolvimento é ampliar as escolhas das pessoas. Em princípio, essas escolhas podem ser infinitas e podem mudar ao longo do tempo.

As pessoas frequentemente avaliam as realizações de renda, e não consideram outras formas de crescimento: maior acesso ao **conhecimento**, uma melhor alimentação e serviços de saúde, meios de subsistência mais segura, segurança contra a criminalidade e violência física, lazer satisfatório, as liberdades políticas e culturais e senso de participação em atividades comunitárias. Explica-se, ainda, que o objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente propício para as pessoas desfrutarem vidas longas, saudáveis e criativas.

Conforme o RDH de 2015, os países avaliados pelo IDH são classificados em quatro categorias: IDH baixo, IDH médio, IDH alto e IDH muito alto. O IDH (em inglês, *Human Development Index – HDI*) varia de **0** (nenhum desenvolvimento humano) a **1** (desenvolvimento humano total). Sendo os países classificados pelo IDH deste modo: Quando o IDH de um país está entre **0 e 0,549**, é considerado **baixo** – país de desenvolvimento baixo (subdesenvolvido); Quando o IDH de um país está entre **0,550 e 0,699**, é considerado **médio** – país de desenvolvimento médio (em desenvolvimento); Quando o IDH de um país está entre **0,700 e 0,799**, é considerado **alto** – país de desenvolvimento alto (em desenvolvimento); e Quando o IDH de um país está entre **0,800 e 1**, é considerado **muito alto** – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido).

Cabe mencionar que, no início o IDH era classificado em três categorias: IDH baixo, IDH médio e IDH alto. Somente a partir de 2009 foi que se adotou a classificação por meio de quatro categorias pelo PNUD.

3. IDH 2014 noMundo

Em sua última edição o RDH apresenta o IDH 2014 de 187 países, cumprindo assim, o propósito de universalização do indicador. Isso só foi possível graças à simplicidade de sua elaboração, que baseia-se, por sua vez, em dados básicos aferidos regularmente pelos governos locais ou agências internacionais. Observa-se que uma das principais limitações é imposta pelo conjunto de dados, que para compor um indicador comum a vários países necessita de regularidade e confiabilidade. Outra limitação é que as diferenças relacionadas a gênero e raça não são consideradas na elaboração do IDH.

No presente artigo sobre o IDH no Mundo, optou-se por analisar os extremos opostos de cinco continentes do planeta, ou seja, os melhores e os piores IDHs de cada continente. O IDH é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento humano nos cinco continentes: **América** (América do Sul, América Central e América do Norte), **Europa**, **África**, **Ásia** e **Oceania**.

Nessa perspectiva, portanto, deve-se considerar que as análises baseiam-se apenas em discussões sobre os piores IDHs comparativamente aos melhores, independente da perspectiva tomada (mundial, continental, regional) e dos parâmetros auxiliares que foram delineados (esperança de vida ao nascer, média de anos de estudo, anos esperados de escolaridade e RNB *per capita* em dólaresPPC).

É preciso revelar que PPC significa Paridade do Poder de Compra. RNB (Renda Nacional Bruta) *per capita* engloba recursos enviados ou recebidos de outros países, além de mensurar remessas de imigrantes, de ajuda humanitária e desconsiderar o envio de lucro de empresas para o exterior. RNB *per capita* representa renda agregada da economia gerada pela sua produção e sua propriedade de fatores de produção, menos os rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção do resto do mundo, convertidos para dólares internacionais PPC, dividido pela população total.

A **expectativa de vida ao nascer** significa o número de anos um recém-nascido pode esperar viver, se prevalecendo padrões das taxas de mortalidade específicas por idade no momento do nascimento e permanecer o mesmo durante toda a vida da criança. A **média de anos de estudo** significa o número médio de anos de educação recebidos por pessoas entre 25 anos ou mais de idade. Os **anos esperados de escolaridade** representam o número de anos de escolaridade que uma criança de idade escolar pode esperar receber se os padrões de taxas de matrícula persistir por toda a vida.

A primeira análise realizada foi baseada no contexto global. Nesse sentido, há de se comentar que o IDH mundial, permite dizer que a distância entre o primeiro colocado e o último, é de 0,596, o que pode evidenciar uma diversidade de valores para os índices e, ao mesmo tempo, uma nova perspectiva para se verificar as desigualdades, conforme a Tabela 1 baseada nos dados do RDH 2015, publicado pelo PNUD:

Tabela 1. Os Extremos Opostos do IDH no Mundo – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Noruega (0,944)	Níger (0,348)
Esperança de Vida ao Nascer	Hong Kong (84,0 anos)	Suazilândia (49,0 anos)
Média de Anos de Estudo	Reino Unido (13,1 anos)	Burkina Faso (1,4 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Austrália (20,2 anos)	Eritreia (4,1 anos)
RNB <i>per capita</i>	Qatar (US\$ 123.124 PPC)	Rep. Centro-Africana (US\$ 581 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

A Tabela 1 apresenta alguns dados interessantes para uma análise das diferenças entre os países. Primeiro, comenta-se que a Noruega é o primeiro colocado no ranking mundial do IDH, com 0,944. Na outra ponta, o Níger, assolado pela seca, registra a menor pontuação na medição do IDH, com 0,348.

No comparativo da Tabela 1 pode-se evidenciar, antes da própria lógica interna do IDH (enquanto mensurador do desenvolvimento), que os indicadores que compõem o índice ajudam a perceber alguns aspectos nas áreas de saúde, educação e renda.

Por exemplo, cabe a percepção de que países com maiores expectativas de vida ao nascer possuem um ambiente aparentemente mais fomentador do desenvolvimento humano como um todo. Basta, nesse sentido, comparar o país com a melhor expectativa de vida ao nascer, Hong Kong, com 84 anos (apresenta IDH de 0,910 e figura como 12º melhor IDH do planeta). A contrapartida, por sua vez, Suazilândia, no continente africano, figura na posição 150 do ranking de IDH e apresenta a pior expectativa de vida do mundo, com 49 anos. Comenta-se, nesse sentido, que enquanto o primeiro (Hong Kong), apresenta IDH muito alto, o segundo (Suazilândia) apresenta IDH baixo e a diferença entre eles é de 35 anos.

Na sequência pode-se analisar, por sua vez, a média de anos de estudo. O Reino Unido figura, nesse sentido, como a nação com maior indicador no mundo, com 13,1 anos, enquanto na contramão, Burkina Faso apresenta com apenas 1,4 anos no último lugar do ranking. Comparativamente, o IDH dos dois países é, respectivamente, 0,907 (14º lugar) e 0,402 (183º lugar). Comenta-se, nesse sentido, que pode ser percebida uma relação entre o tempo de estudo, de fato, e a expectativa de desenvolvimento humano. Argumenta-se, ainda, que tal análise é consistente com o que a teoria levanta a respeito do desenvolvimento humano e, empiricamente, pode-se perceber as diferenças em qualidade de vida entre os dois países.

Em relação aos anos esperados de escolaridade, percebe-se também uma possível relação entre maior número de anos e maior IDH. Essa possível relação, por sua vez, pode ser verificada com a comparação dos países que figuram no topo e na base do ranking mundial. Nesse sentido, explica-se que enquanto a Austrália (IDH de 0,935, 2º maior do planeta) com 20,2 anos, a Eritreia (IDH de 0,391, 186ª posição, sendo o terceiro pior IDH do mundo) com apenas 4,1 anos de estudo.

Por fim, no que diz respeito à dimensão da renda (mais clássica, dentro dos estudos econômicos), verifica-se que a maior RNB *per capita*, US\$ 123.124 PPC, do Qatar (IDH de 0,850, 32º no ranking mundial), comparativamente à pior, US\$ 581 PPC, da República Centro-Africana (IDH de 0,350, 187ª posição no mundo, sendo o segundo pior IDH) evidencia uma possível relação, todavia, mais fraca, quando comparada as demais dimensões (escolaridade e expectativa de vida). A diferença entre o país asiático e o país africano é de 211,9 vezes, tamanho da renda resulta em IDHs diferentes.

Pode-se, dessa forma, perceber que a teoria – ao indicar que a renda deve servir para atingir outros aspectos do desenvolvimento – tem um papel importante, mas, não necessariamente, evidencia que o país está ou não atingindo os níveis mais altos de desenvolvimento humano.

De acordo com o PNUD (2015), “*Desenvolvimento humano significa o desenvolvimento das pessoas por via do reforço das capacidades humanas, para as pessoas por visar melhorar as suas vidas, e pelas pessoas por participarem ativamente nos processos que moldam as suas vidas. Trata-se de uma abordagem mais ampla comparativamente a outras, como por exemplo a abordagem de recursos humanos, a abordagem das necessidades básicas ou a abordagem do bem estar humano*”.

As análises das tabelas seguintes podem fornecer, nesse sentido, mais possibilidades de análise e confirmação ou refutação dessa perspectiva. Na Tabela 2 busca-se fazer uma análise sobre os doze países da América do Sul.

Tabela 2. Os Extremos Opostos do IDH na América do Sul – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Argentina (0,836)	Guiana (0,636)
Esperança de Vida ao Nascer	Chile (81,7 anos)	Guiana (66,4 anos)
Média de Anos de Estudo	Chile (9,8 anos)	Brasil (7,7 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Argentina (17,9 anos)	Guiana (10,3 anos)
RNB <i>per capita</i>	Argentina (US\$ 22.050 PPC)	Bolívia (US\$ 5.760 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

A princípio pode-se perceber que, diante dos IDHs melhor (0,836) e pior (0,636), percebe-se uma certa homogeneidade no tocante aos países sul-americanos. Nesse sentido, é válido dizer que embora países como a Argentina e o Chile tenham se destacado em questões como desenvolvimento humano, há de se comentar que a visão clássica, estabelecida na metade do século XX, coloca a América do Sul (na verdade, quase todo o Hemisfério Sul) como um aparente mundo subdesenvolvido. Apesar das mudanças de conceituais a respeito da ideia de desenvolvimento e subdesenvolvimento, comenta-se que a partir do IDH pode-se perceber uma certa homogeneidade, apesar dos casos da Guiana e da Bolívia figurarem no limiar inferior e, no superior, Argentina e Chile.

Cabe o comentário que, na América do Sul, o Chile fica em segundo lugar no ranking de melhor IDH segundo dados do PNUD no ano de 2014. O país detém, por sua vez, uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes, distribuída em uma área de 756.950 km². Apesar de estar longe de atingir uma condição semelhante à de países europeus, em termos de qualidade de vida, apresenta um dos melhores indicadores sociais da América do Sul.

Comenta-se, nesse sentido, que por exemplo, no que diz respeito à média de anos de estudo, a diferença é bem menor quando comparados os países sul-americanos do que quando comparados os países africanos. Da mesma maneira, pode-se aplicar essa mesma ideia de certa homogeneidade no que diz respeito à esperança de vida ao nascer e aos anos esperados de escolaridade. Aparentemente, no entanto, as maiores diferenças parecem residir no que diz respeito à renda, que, da mesma forma como foi dito na análise do contexto mundial, pode levantar argumentos favoráveis ao que a teoria explica, assim, pode-se perceber que o crescimento da renda pode ser um catalisador para a melhoria de outros aspectos do desenvolvimento, mas, não necessariamente, o único aspecto para indicar o desenvolvimento humano.

Sobre o Brasil, cabe comentário importante para o prosseguimento das análises. Além de um IDH alto (0,755), percebe-se que os indicadores utilizados no modelo da obtenção do índice revelam fragilidades nas políticas públicas e relações entre o bem estar da população, a distribuição da renda e aspectos inerentes ao desenvolvimento humano. Assim, discute-se que a situação brasileira além de peculiar, revela também que o IDH, embora indicador bastante útil para aferição do desenvolvimento humano, pode apresentar fragilidades teóricas que permitem questionamentos sobre quais possíveis aspectos não estão sendo incorporados na metodologia do índice.

Outro aspecto importante, sobre o Brasil, é que apresenta a pior média de anos de estudo na América do Sul. No ambiente sul-americano, inclusive, pode-se verificar que possíveis aspectos qualitativos e mesmo demográficos, tais como a robustez do sistema legal, a confiança e a honestidade das instituições, a atuação eficiente do Governo e mesmo a segurança em torno da democracia, podem levar a outras questões que poderiam explicar melhor o desenvolvimento humano nos referidos países. Diante do que foi exposto, explica-se, ainda, que é notório que o IDH pode sim refletir o desenvolvimento humano mais alto e médio (a exemplo das situações da Argentina e Chile comparativamente a Guiana e Bolívia), mas, ainda assim, ressalta-se que os demais países podem perceber que distorções causadas pelos indicadores adotados no modelo podem levar a resultados frágeis em relação à confiabilidade do índice.

Procedendo-se com a análise do IDH no mundo, passa-se a comentar a situação da América Central, conforme a Tabela 3:

Tabela 3. Os Extremos Opostos do IDH na América Central – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Bahamas (0,790)	Haiti (0,483)
Esperança de Vida ao Nascer	Costa Rica (79,4 anos)	Haiti (62,8 anos)
Média de Anos de Estudo	Bahamas (10,9 anos)	Haiti (4,9 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Barbados (15,4 anos)	Haiti (8,7 anos)
RNB <i>per capita</i>	Bahamas (US\$ 21.336 PPC)	Haiti (US\$ 1.669 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

Diferentemente da situação da América do Sul, no contexto da América Central o que se percebe é que existe uma maior distância entre os maiores e menores IDHs. Apesar dessa diferença, há países bastante semelhantes, seja sob um ponto de vista econômico ou mesmo social, revelando uma

certa homogeneidade nos dados básicos para a construção do IDH na região. Ademais, há de se comentar que, semelhante à situação no contexto mundial, verifica-se a importância da Média de Anos de Estudo e Anos Esperados de Escolaridade para apontar diferenças entre o desenvolvimento humano. Nesse sentido cita-se, por exemplo, que entre o maior e o menor IDH, no tocante à Média de Anos de Estudo, verifica-se que o primeiro no ranking (Bahamas) apresenta praticamente o dobro de anos em relação ao último do ranking (Haiti). Da mesma maneira, no tocante aos anos esperados de escolaridade, Bahamas apresenta, novamente, quase que o dobro de anos em relação, novamente, ao Haiti.

A análise da dimensão da educação, embora revele uma possível relação mais forte entre escolaridade e desenvolvimento humano, revela também que existe um pressuposto relacionado à renda e as possibilidades dos demais indicadores. Basta, nesse sentido, que se analise o contexto político, econômico e social do Haiti (pior IDH da região e um dos piores IDHs do mundo, no 163º lugar no ranking mundial) e Bahamas (melhor IDH da região e 55º no planeta). A situação frágil não apenas da economia haitiana, mas, também, questões políticas, habitacionais e de segurança parecem ter levado o Haiti a uma situação bastante problemática em termos de democracia, organização social, além de grandes sofrimentos, grandes perdas com os furacões.

Ainda sobre o Haiti, vale mencionar que diferente da situação de outras regiões do mundo, o mesmo figura como o pior em todas os indicadores do IDH na América Central, indicando que o modelo sinaliza, novamente, que permite mensurar de forma bastante adequada os melhores e piores IDHs. Visando a continuação das análises da América, prossegue-se por meio da Tabela 4, com o IDH da América do Norte:

Tabela 4. Os Extremos Opostos do IDH na América do Norte – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	EUA (0,915)	México (0,756)
Esperança de Vida ao Nascer	Canadá (82,0 anos)	México (76,8 anos)
Média de Anos de Estudo	Canadá (13,0 anos)	México (8,5 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	EUA (16,5 anos)	México (13,1 anos)
RNB <i>per capita</i>	EUA (US\$ 52.947 PPC)	México (US\$ 16.056 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

Antes da análise propriamente dita, cabe salientar que a América do Norte apresenta uma amostra que, por sua quantidade de países, merece uma análise mais qualitativa das diferenças e, ao mesmo tempo, mais complexa. É válido, nesse sentido, considerar que a América do Norte também pode distorcer análises que não sejam executadas com os devidos cuidados, pois, além de considerar uma amostra pequena, revela diferenças culturais gigantescas.

Em primeiro lugar, há de se comentar que os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá apresentam, cada um, aspectos que impulsionaram mais o IDH do seu país. Nesse sentido, cita-se o caso do Canadá em relação à esperança de vida ao nascer e média de anos de estudo e os EUA em relação à RNB *per capita* e anos esperados de escolaridade. Na retaguarda desses aspectos vem o México, com valores referentes aos referidos indicadores que levam o seu IDH a se aproximar mais da média verificada na América Central.

Discute-se que, inclusive sob um ponto de vista cultural e sociológico, o México apresenta maiores semelhanças com os países da América Central. Seja por uma questão linguística, histórica, cultural ou mesmo de proximidade geográfica e econômica. Comenta-se, ainda, que existe uma discrepância entre os indicadores e, mais visivelmente, nota-se essa questão quando analisada a questão da renda. Para se ter uma ideia, a RNB *per capita* do México é cerca de três vezes menor que a dos EUA, revelando, novamente, que aparentemente a renda impulsiona os demais indicadores, o que pode levar a confirmação da ideia de que o crescimento econômico é pressuposto para a melhoria dos demais aspectos sociais e, portanto, o aumento do desenvolvimento humano no longo prazo.

Sobre os EUA e o Canadá, cabe salientar que ambos figuram entre os melhores IDHs do mundo, sendo o primeiro de 0,915 (8ª posição no planeta) e o segundo de 0,913 (9ª posição do planeta). Discute-se, ainda, que os aspectos culturais, históricos e a organização política e social dos dois países pode revelar que as semelhanças entre os mesmos ajuda a compreender a ideia de desenvolvimento como um todo.

Percebe-se, também, que os EUA, com a RNB *per capita* equivalente a US\$ 52.947 PPC, com expectativa de vida ao nascer de 79,1 anos, e média de anos de estudo de 12,9 anos pode ser visto, também, como um imponente país no que se refere à produção de alimentos e de bens industrializados e, além disso, um grande importador e exportador de bens de consumo, sendo parceiro comercial com os principais países do mundo, inclusive o Brasil. Acrescenta-se, ainda, que os EUA é o país mais rico

do planeta e o terceiro mais populoso do mundo. Os EUA promovem o bem-estar e a riqueza para segmentos distintos da sua população.

A fim de que se evidenciem as discrepâncias entre os 35 países da América, segue a Tabela 5:

Tabela 5. Os Extremos Opostos do IDH na América – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	EUA (0,915)	Haiti (0,483)
Esperança de Vida ao Nascer	Canadá (82,0 anos)	Haiti (62,8 anos)
Média de Anos de Estudo	Canadá (13,0 anos)	Haiti (4,9 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	EUA (16,5 anos)	Haiti (8,7 anos)
RNB <i>per capita</i>	EUA (US\$ 52.947 PPC)	Haiti (US\$ 1.669 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

A análise conjunta do continente americano revela uma triste realidade dos países. Enquanto ao extremo norte verificam-se os melhores indicadores referentes ao desenvolvimento humano, na parte central e sul alguns dos piores indicadores são visíveis. Abre-se espaço, sobre essa questão, para o comentário de que o Haiti, dentro desse contexto, figura não apenas como a pior situação do continente americano, mas também como um dos piores IDHs do mundo (163º lugar).

Importante comentar que, a partir da análise dos países do Novo Mundo, verifica-se que todos os indicadores do IDH refletem de maneira adequada o resultado geral do índice, novamente confirmando-se que pode existir uma relação bastante útil entre os indicadores e os resultados, quando discute-se os melhores e os piores IDHs. Comenta-se, ainda, que a maior discrepância detectada é a da renda, em que os EUA, comparativamente ao Haiti, apresenta uma RNB *per capita* cerca de 31 vezes maior que o do Haiti. No tocante ao IDH, verifica-se que o primeiro apresenta quase o dobro do resultado do outro. O mesmo vale para a questão da escolaridade. Finalmente, no que se refere à expectativa de vida, encontra-se uma questão importante para se discutir, o primeiro colocado do ranking americano, a expectativa é 19,2 anos maior que o pior IDH, revelando, novamente, uma importante situação para o contexto dos países, além da renda, que pode impulsionar aspectos como a escolaridade, cabe construir-se um ambiente propício ao aumento da expectativa de vida, visto que sem isso, o desenvolvimento humano pode ser radicalmente comprometido.

Discute-se que o Canadá vem seguindo a lista, e com sua expectativa de vida ao nascer de 82,0 anos, escolaridade de 13,0 anos e RNB *per capita* de US\$ 42.155 PPC, apresenta-se como um país economicamente muito avançado, de população com boa alfabetização. Um aspecto relevante para se comentar é que o país tem sistema gratuito de saúde (de qualidade) e uma baixa carga tributária. Salienta-se que o Canadá é, também, um dos países com maiores salários mínimos do mundo.

Dando continuidade ao processo de análise do contexto dos países frente aos IDHs, passa-se à análise do continente europeu. A Tabela 6 apresenta o comparativo entre o melhor e o pior país europeu em termos de IDH:

Tabela 6. Os Extremos Opostos do IDH na Europa – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Noruega (0,944)	Moldávia (0,693)
Esperança de Vida ao Nascer	Itália (83,1 anos)	Moldávia (71,6 anos)
Média de Anos de Estudo	Reino Unido (13,1 anos)	Turquia (7,6 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Islândia (19,0 anos)	Moldávia (11,9 anos)
RNB <i>per capita</i>	Liechtenstein (US\$ 79.851 PPC)	Moldávia (US\$ 5.223 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

A Europa apresenta os melhores resultados no âmbito geral do IDH e, da mesma forma, figura como o centro da cultura e discussões relacionadas a políticas públicas no planeta. Nesse contexto, destaca-se a Noruega, que desde os primeiros relatórios sempre apresentou alto índice de desenvolvimento humano, pois soube sempre manter suas políticas públicas e pensar no futuro. Cabe o comentário que o país escandinavo situa-se como um dos melhores países para se viver e, da mesma forma, constantemente é citado como exemplo de estabilidade política, econômica e social. A Noruega é proprietária de uma economia baseada na produção de petróleo, de gás natural, de celulares e da pesca e tem se destacado no aspecto econômico e social a partir de políticas bem definidas, priorizando a boa governança em termos do gasto público. Por fim, comenta-se que o país possui uma RNB *per capita* de 58.810 dólares pelo critério PPC.

Já entre os piores IDH da Europa está a Moldávia, no qual enfrenta grandes dificuldades socioeconômicas. Apesar dos altos índices de desemprego, cabe comentar que o país conseguiu fazer ajustes econômicos importantes nos últimos anos. Suas relações com a Europa, o Oriente Médio e a Rússia têm permitido o aumento do comércio exterior.

No que diz respeito ao pior IDH do Velho Mundo, tem-se a Moldávia, considerada uma das nações menos desenvolvidas da Europa. Cabe salientar que o ex-país socialista e integrante da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ainda tem a agricultura e a pecuária como as principais atividades econômicas do país, além de uma industrialização ainda fraca.

A análise geral dos dados dos países da Europa volta a revelar evidências interessantes para compreensão do desenvolvimento humano no mundo. O primeiro ponto, inclusive, reside na ideia de que novamente a média de anos de estudo e os anos esperados de escolaridade figuram como impulsionadores do índice. Cita-se, nesse sentido, a comparação de que a média de anos de estudo no Reino Unido (que possui IDH muito alto) é o dobro da média da Turquia (que possui IDH médio). Ademais, comenta-se que em relação à de anos esperados de escolaridade, a diferença entre a Islândia (16º IDH no mundo) e a Moldávia (107º IDH no mundo) é de praticamente 7,1 anos.

Por fim, comenta-se a questão, novamente, da RNB *per capita*. O Principado de Liechtenstein, comparativamente à Moldávia, apresenta uma renda 15 vezes superior. Cabecomentário, no entanto, que não necessariamente verifica-se uma relação única entre renda e desenvolvimento, fato esse que pode ser verificado quando comparado o Principado de Liechtenstein no ranking geral, com países como Alemanha, Dinamarca e Irlanda. Verifica-se, portanto, que pode existir uma relação maior entre a ideia de que a renda, que por sua vez ajuda a delinear o conceito de crescimento econômico, influencia o ambiente do país para que esse alcance melhores índices em relação ao desenvolvimento humano como um todo.

Dando continuidade ao estudo, passa-se à análise da África, novamente, com o objetivo de comparar os IDHs encontrados no continente. A Tabela 7 apresenta alguns dados importantes sobre o comparativo entre o melhor e o pior país africano:

Tabela 7. Os Extremos Opostos do IDH na África – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Maurícia (0,777)	Níger (0,348)
Esperança de Vida ao Nascer	Tunísia (74,8 anos)	Suazilândia (49,0 anos)
Média de Anos de Estudo	Seychelles (9,4 anos)	Burkina Faso (1,4 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Tunísia (14,6 anos)	Eritreia (4,1 anos)
RNB <i>per capita</i>	Guiné Equatorial (US\$ 21.056 PPC)	Rep. Centro-Africana (US\$ 581 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

O melhor IDH da África é o da Maurícia e, comparativamente com outros países, encontra-se em situação de IDH médio. É importante contextualizar que o país nas últimas décadas, atraiu grande investimento estrangeiro direto (IED), ganhando assim uma das maiores RNB *per capita* e uma série de vantagens socioeconômicas.

Na segunda posição da África encontra-se Seychelles, nação que possui uma indústria de turismo que emprega aproximadamente 30% da População Economicamente Ativa (PEA) e fornece mais de 70% do PIB. É válido comentar que Seychelles é um dos países mais ricos da África, possuindo, juntamente com a Maurícia e a Argélia, um dos três IDHs elevados do continente africano. Vale mencionar, no entanto, que nenhum dos países da África possui IDH alto ou muito alto, o que evidencia diferenças em termos econômicos e sociais. Culturalmente e historicamente, no entanto, é notável que a maioria dos países da África possua semelhanças entre si. Um país africano rico é a África do Sul e membro dos BRICS, mas a qualidade de vida da população sul-africana é preocupante.

Do outro lado do ranking, considerando-se portanto os piores IDHs do continente africano, encontra-se a Eritreia. O país tem uma grande massa de habitantes vivendo da agricultura e da pecuária. Comenta-se, inclusive, que o país vive em uma situação muito desconfortável em termos econômicos e sociais e, historicamente, presenciou guerras e secas que dificultaram a situação da economia.

Outro país em situação muito frágil é a República Centro-Africana que basicamente vive da agricultura de subsistência e da extração de recursos florestais. O setor agrícola é responsável por mais da metade do PIB do país e a economia é bastante deficiente. Salienta-se, ainda, que a maior parte da população vive em situação abaixo da linha de pobreza. Metade da população da República Centro-Africana enfrenta a fome crônica, devido às sérias dificuldades de acesso e de disponibilidade de alimentos saudáveis.

Por último, comenta-se sobre o Níger, contendo o menor IDH no continente africano e do mundo. O país tem uma economia centrada na agricultura de subsistência e na criação de animais por meio de uma pecuária pouco desenvolvida. Comenta-se que o governo depende de ajudas bilaterais e multilaterais e a situação econômica e política do país é muito frágil e transmite pouca confiança para os demais países. A população de Níger enfrenta secas periódicas e a desertificação, levando as crianças a correrem risco de morrer de fome.

A análise dos dados comparativos do melhor e do pior país sugerem mais evidências a respeito da dificuldade de se homogeneizar análises a respeito de países com médio IDH em termos

relativos. No tocante, no entanto, os piores IDHs africanos, os dados permitem a compreensão de que, aparentemente, o IDH baixo é de fato influenciado por péssimos resultados em termos de educação, expectativa de vida e renda. Nesse sentido cita-se o caso da República Centro-Africana (581 dólares PPC) e de Burkina Faso (1,4 anos de estudo, em média,) países que possuem índices alarmantes de educação e renda.

A referida análise permite, inclusive, que se evidencie a importância da educação de qualidade para a construção do ambiente mais propício para a elevação de indicadores relacionados ao desenvolvimento humano. Observando-se, portanto, o caso de países africanos, percebe-se o quanto o não acesso à educação tem impactado as nações.

Prosseguindo-se com as análises continentais, passa-se a investigar a situação do IDH na Ásia na Tabela 8:

Tabela 8. Os Extremos Opostos do IDH na Ásia – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Singapura (0,912)	Afganistão (0,465)
Esperança de Vida ao Nascer	Hong Kong (84,0 anos)	Afganistão (60,4 anos)
Média de Anos de Estudo	Israel (12,5 anos)	Butão (3,0 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Coreia do Sul (16,9 anos)	Afganistão (9,3 anos)
RNB <i>per capita</i>	Qatar (US\$ 123.124 PPC)	Afganistão (US\$ 1.885 PCC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

O continente asiático tem como maior IDH, Singapura, com 0,912. A expectativa de vida ao nascer no país é de 82,3 anos, e a média de anos de estudo em 10,2 anos. Cabe salientar que o país é tido como um dos principais centros econômicos da Ásia. A RNB *per capita* é de US\$ 72.371. Singapura encontra-se na 11ª posição no ranking do IDH mundial. A economia de Singapura é caracterizada por uma forte relação com o mercado financeiro. Comenta-se, também, que a economia é bastante equilibrada e organizada. Por exemplo, menciona-se que a dívida externa do país é zero. O país tem para isso com uma boa margem para aumentar os gastos em serviços sociais, priorizando a qualidade devida.

Na Ásia o melhor no ranking dos Anos Esperados de Escolaridade encontra-se a Coreia do Sul, considerada a 15ª economia do mundo, que vivenciou um crescimento espetacular ao longo dos

últimos 30 anos. Comenta-se, ainda, que o governo mantém uma política favorável ao comércio exterior, combinando incentivos fiscais à exportação e uma política monetária expansionista.

No ranking asiático de maior esperança de vida ao nascer, figura, Hong Kong. O país, por vezes, é citado como um modelo de capitalismo que funcionou e continua funcionando em termos não apenas econômicos, mas, também pela ideia de desenvolvimento humano. Do outro lado do ranking, por sua vez, cita-se Afeganistão com um dos piores índices. É um país extremamente pobre e que tem na agricultura sua mais importante atividade econômica, e que infelizmente sofre com sucessivas guerras em seu território. Fala-se, portanto, da importância da renda para construção de um ambiente favorável à melhoria do desenvolvimento humano e da escolaridade como base fundamental para o desenvolvimento como um todo. A título de exemplificação, percebe-se que Israel (o país tem a sua economia baseada na tecnologia de ponta, desenvolvendo produtos industrializados como hidrômetros, chips e antenas parabólicas solares) possui uma média de 12,5 anos de escolaridade contra apenas 3,0 anos do Butão (o país tem a sua economia essencialmente baseada na agricultura de subsistência, extração florestal e na venda de energia hidroelétrica para a Índia). Por fim, realiza-se a análise do IDH na Oceania na Tabela 9:

Tabela 9. Os Extremos Opostos do IDH na Oceania – 2014

INDICADORES	O MELHOR PAÍS	O PIOR PAÍS
IDH	Austrália (0,935)	Papua Nova Guiné (0,505)
Esperança de Vida ao Nascer	Austrália (82,4 anos)	Papua Nova Guiné (62,6 anos)
Média de Anos de Estudo	Austrália (13,0 anos)	Papua Nova Guiné (4,0 anos)
Anos Esperados de Escolaridade	Austrália (20,2 anos)	Ilhas Salomão (9,2 anos)
RNB <i>per capita</i>	Austrália (US\$ 42.261 PPC)	Papua Nova Guiné (US\$ 2.463 PPC)

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2015)

Na Austrália a expectativa de vida ao nascer é de 82,4 anos, a RNB *per capita* é de US\$ 42.261 PPC e a média de anos de estudo é de 13,0 anos. Deve-se levar em conta que a Austrália é um país jovem, contudo já ocupa lugar de relevância econômica e social no cenário internacional. A economia australiana é bastante desenvolvida e, como tendência, esperam-se bons resultados nos próximos anos. Ainda sobre a situação econômica da Austrália, cabe comentar que a dívida pública nacional é a mais baixa do continente. Austrália é um país próspero e a sua RNB *per capita* está entre

as maiores no mundo. O país tem o segundo melhor IDH do planeta em 2014 e há 25 anos consecutivos não sabe o que significa uma recessão econômica.

Na retaguarda e, portanto, última posição da Oceania, encontra-se a Papua Nova Guiné que é um país em desenvolvimento no Sudoeste do Oceano Pacífico, sendo dotado de muitos recursos naturais, incluindo minérios, petróleo, gás natural, madeira, peixe e produz uma série de produtos comerciais agrícolas. A economia em geral pode ser dividida em setores de subsistência e de mercado. Salienta-se que a expectativa de vida ao nascer é de 62,6 anos.

4. Considerações Finais

O conceito de Desenvolvimento Humano é muito debatido nas Ciências Sociais, Ciências Humanas, sobretudo em Economia e Administração, porque existe uma relação muito importante entre a riqueza de um país e o progresso de sua população.

Se o IDH, a partir de sua colocação em prática, conduziu alguns países a utilizar políticas internas para melhoria dos índices que compõem tal indicador, pode ser que ele tenha se tornado um fim em si mesmo. Ou seja, em vez de se desenvolver políticas nacionais que prezem o desenvolvimento humano, tem se buscado a partir dos indicadores do IDH, políticas talvez nem tanto voltadas à melhoria do desenvolvimento humano em si, mas que busquem aprimorar o indicador.

Destacamos que os melhores IDHs analisados como Argentina, Bahamas, EUA, Noruega, Maurícia, Singapura e Austrália, são países que têm um turismo muito forte para diversos públicos, com muitos atrativos turísticos, gastronomia refinada, hoteleira moderna, mão de obra qualificada. Quanto maior for o nível de educação de uma população, maior será o desenvolvimento humano de seu país.

Revelamos que os piores IDHs avaliados como Níger, Guiana, Haiti, Afeganistão e Papua Nova Guiné, são países que não têm as pessoas como a verdadeira riqueza. As disparidades socioeconômicas estão explícitas nestes países pobres.

Constatamos no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015* do PNUD: São 49 países de IDH muito alto, de Noruega (0,944) a Montenegro (0,802); São 56 países de IDH alto, de Bielorrússia

(0,798) a Samoa (0,702); São 39 países de IDH médio, de Botsuana (0,698) a São Tomé e Príncipe (0,555); E são 44 países de IDH baixo, de Quênia (0,548) a Níger (0,348).

Assim, o entendimento sobre Desenvolvimento Humano abrange o poder de escolher o modo de vida mais apropriado e extrapola o crescimento econômico como única forma de expandir o conjunto de possibilidades. Nessa concepção, o PNUD assume que para ampliar as possibilidades é fundamental a criação e a expansão das capacidades humanas básicas, que são necessárias a uma vida longa e saudável, à manutenção de um padrão de vida digno e à inclusão do indivíduo na sociedade. Se estas capacidades básicas não estiverem presentes, muitas oportunidades permanecerão inacessíveis para o próximo RDH.

Referências Bibliográficas e Webgráficas

COSTA, D. M. **O índice de desenvolvimento humano (IDH) no Brasil a partir de 1995: uma análise crítica das políticas públicas durante a gestão FHC a partir da proposta de uma nova metodologia de cálculo – o índice de desenvolvimento humano ampliado (IDHA)**. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente, Monografia. São Paulo, 2002.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo. **Os Extremos Opostos do IDH na Atualidade**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/presentation/235413378/Os-Extremos-Opostos-No-IDH-Na-Atualidade>. Acesso em: 14 Jun. 2016.

KIELING, L. M. **O índice de desenvolvimento humano: adaptações metodológicas e práticas no Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina, Monografia. Florianópolis, 2014.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2015**. Nova Iorque: PNUD, 2015. Disponível em: <<http://fae.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-do-Desenvolvimento-Humano.pdf>> Acesso em: 14 Jun. 2016

SEN, Amartya. Prefácio. In: **Desenvolvimento Humano: Leituras selecionadas** Rio de Janeiro, 2006, p. 9-15.

A Economia do Turismo Sustentável de João Pessoa

Paulo Galvão Júnior¹⁶

1. INTRODUÇÃO

O turismo é a quarta maior indústria¹⁷ de exportação de bens e serviços do mundo, atrás apenas das indústrias petrolífera, química e de alimentos, e a frente da indústria automobilística, ambas grandes poluidoras do planeta. É um setor que exportou 1,5 trilhão de dólares americanos e que envolve o fluxo de mais de um bilhão de turistas internacionais por ano. O turismo representa 10% da renda mundial e é conhecido mundialmente como a indústria sem chaminé, portanto, devemos analisar os principais indicadores econômicos, sociais e turísticos de João Pessoa.

Devemos defender mais investimentos públicos e privados na cadeia produtiva do turismo local, sobretudo na qualificação profissional da mão de obra e no fortalecimento dos meios de hospedagem, dos restaurantes e dos bares, na busca constante da produtividade, da competitividade e da qualidade.

Atualmente, a sustentabilidade é uma das principais preocupações que existe para as ações que visam o crescimento da cadeia produtiva do turismo na cidade de João Pessoa. No ano de 2012, a OMT escolheu o tema “Turismo e Sustentabilidade Energética: propulsores do desenvolvimento sustentável” para as comemorações alusivas ao Dia Mundial do Turismo (27 de Setembro).

Em 2017 será o “Ano Internacional de Turismo Sustentável para o Desenvolvimento”. Segundo o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai, “*É uma oportunidade única para aumentar a contribuição do setor do turismo para os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental; e chamar assim atenção para as verdadeiras dimensões de um setor que é muitas vezes subestimado*”.

João Pessoa tem uma orla preservada pela legislação municipal que limita a altura dos prédios. O que concede a Capital paraibana um diferencial qualitativo em relação às demais capitais nordestinas e influenciando o clima, a qualidade do ar e a paisagem da cidade, além da balneabilidade das praias.

Para a OMT, o turismo provou fornecer soluções ambientalmente saudáveis para o uso de fontes de água e de energia renovável. Mas é preciso fazer mais com 1,186 bilhão de turistas

¹⁶ Economista paraibano, graduado em Economia pela UFPB e especialista em Gestão de RH pela FATEC Internacional. Chefe da DPTI/SETUR/PMJP. Professor de Economia e Economia Brasileira no IESP/FATECPB. E conselheiro titular do CMDCA-JP, CMDI-JP e COMPED-JP.

¹⁷ O termo **indústria** é bastante utilizado ao se referir o turismo, todavia, o turismo está inserido no setor terciário da economia.

internacionais que viajaram em 2015 para os cinco continentes, sendo 653 milhões para países avançados (55%) e 533 milhões para países emergentes (45%). A França lidera no ranking dos 50 países que mais atraem turistas estrangeiros, com 84,5 milhões no ano passado.

De acordo com a WTTC, o turismo é um dos maiores setores do mundo, apoiando 284 milhões de empregos (equivalente a 1 em 11 postos de trabalho na economia global) e gerando US\$ 7,2 trilhões (representa 9,8% do PIB mundial). Entre 184 países, os EUA é o país que mais ganha com o turismo. Em 2015 o turismo contribuiu diretamente com US\$ 1,469 trilhão no PIB americano.

O trade turístico precisa se comprometer com um turismo sustentável. Para a OMT (2004), “*o desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos*”.

De acordo com o MMA no ano de 2014, uma cidade brasileira foi referência em práticas sustentáveis, João Pessoa. A PMJP promoveu, nos últimos três anos, a preservação de áreas verdes, a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas, utilizando as mudas de árvores nativas produzidas no Viveiro Municipal.

Os turistas que visitam a Capital paraibana, a cada ano, esticam a estadia cada vez mais, buscando desfrutar o turismo de sol e praia. Reconhecemos a força econômica de João Pessoa, crescendo junto com o turismo de eventos. Já comemoramos o sucesso da sexta edição do *Festival de Turismo de João Pessoa*. Recentemente, João Pessoa conquistou o troféu *Jacaré de Prata* como segundo melhor destino turístico da Região Nordeste para a realização de eventos de pequeno (de 101 a 500 pessoas) e médio porte (de 501 a 2.500 pessoas). O Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima ganhou o troféu *Jacaré de Bronze* como terceiro melhor equipamento para a realização de eventos de grande porte (de 2.501 a 5.000 pessoas) no Nordeste.

Precisamos monitorar o turismo de João Pessoa, o principal portão de acesso de turistas nacionais e internacionais ao estado da Paraíba (PB). Devemos destacar os principais indicadores, analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais (positivos e negativos), além de desenvolver pesquisas para orientar o planejamento turístico e o surgimento de estratégias de marketing.

2. A ECONOMIA DO TURISMO SUSTENTÁVEL DE JOÃO PESSOA

Segundo a OMT, turismo compreende “*as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano*”

consecutivo, com fins de lazer, negócios e outro motivo pessoal, que não a de exercer atividade remunerada por uma entidade do país ou local visitado". Existem outras definições a cerca do que é turismo: *"É o conjunto de atividades econômicas que envolvam o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, seja ele doméstico ou internacional"*.

Para a OMT, o turismo sustentável significa *"uma atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro"*.

O turismo colabora com o crescimento econômico e o desenvolvimento humano de países, estados e cidades. O México foi o líder turístico na América Latina no ano de 2015. A Cidade do México recebe anualmente milhões de turistas estrangeiros. O turismo é uma atividade econômica transversal que envolve 52 setores:

Hotelaria	Artesanato	Shopping Centers	Restaurantes
Operadoras Turísticas	Pesca	Equipamentos Culturais	Bares
Agentes de Viagens	Avicultura	Equipamentos de Lazer	Lanchonetes
Transportadoras Aéreas	Pecuária	Comércio	Universidades
Transportadoras Marítimas	Indústria Têxtil	Bancos	Empresas de Eventos
Transportadoras Terrestres	Vestuário	Serviços	Marketing
Parques Temáticos	Comunicações	Casas de Câmbio	Organizações Turísticas
Órgãos Governamentais	Sinalização	Saneamento Básico	Postos de Gasolina
Extrativismo Mineral	Guias de Turismo	Energia	Farmácias
Extrativismo Vegetal	Agricultura	Segurança	Casas Noturnas
Tecnologia do Lazer	Construção Civil	Calçados	Táxi
Tecnologia de Equipamentos	Urbanização	Infraestrutura	Serviços de Interpretes
Indústria de Alimentos	Agroindústria	Formação de Mão de Obra	Serviços de Capacitação

Quadro 1: Os 52 Setores do Turismo.

Fonte: OMT.

O turismo é uma atividade econômica que abrange mais de 60 segmentos:

Turismo de Sol e Praia	Turismo Nacional	Turismo da Melhor Idade	Turismo de Eventos
Turismo Infante-Juvenil	Turismo Internacional	Turismo Cultural	Turismo de Lazer
Turismo Popular	Turismo Individual	Turismo Étnico	Turismo de Interior
Turismo de Luxo	Turismo de Solteiros	Turismo Religioso	Turismo de Férias
Turismo Aéreo	Turismo de Casais	Turismo Histórico	Turismo de Saúde
Turismo Rodoviário	Turismo de Famílias	Turismo Científico	Turismo de Pesca

Turismo Ferroviário	Turismo de Grupos	Turismo de Congresso	Turismo de Aventura
Turismo Marítimo	Turismo de Fronteira	Turismo de Estudos	Turismo de Repouso
Turismo Náutico	Turismo Emissivo	Turismo Gastronômico	Turismo Esportivo
Turismo Espacial	Turismo Receptivo	Turismo Rural	Turismo Desportivo
Cicloturismo	Turismo de Neve	Turismo de Caça	Turismo Urbano
Turismo Local	Turismo de Montanha	Ecoturismo	Turismo de Compras
Turismo Regional	Turismo de Campo	Enoturismo	Turismo Comunitário
Turismo Alternativo	Turismo Arqueológico	Turismo de Massa	Turismo Místico
Turismo Social	Turismo de Estudos	Turismo Cívico	Turismo LGBT
Turismo de Mergulho	Turismo de Naufrágio	Turismo de Esportes	Outros Segmentos

Quadro 2: Os Mais de 60 Segmentos do Turismo.

Fonte: OMT.

O turismo é uma das grandes atividades econômicas da atualidade e vem crescendo em todo o mundo. O turismo é estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável de uma nação, de um estado, de uma cidade. Em plena economia globalizada o **conhecimento** de dados estatísticos é fundamental para um destino turístico mais competitivo, porque com eles é possível constatar a realidade do turismo local e planejar seu futuro.

Nos países desenvolvidos com Espanha e Portugal, além dos países emergentes como Rússia e África do Sul, ocorrem políticas públicas focadas na promoção, no planejamento e na comercialização do turismo como uma peça chave do crescimento econômico.

Os empresários da cadeia produtiva do turismo consideram fundamental a dinamização da gestão de informação estatística no setor turístico, como também a publicação de relatórios econômicos e estatísticos, que ajudem a conhecer melhor a situação e a estrutura da atividade turística a nível local, estadual, regional, nacional e internacional.

Turista é a pessoa que se desloca para fora do seu local de residência permanente por mais de 24 horas, realiza pernoite por motivo outro o de não fixar residência ou exercer atividade remunerada e efetua gastos de qualquer espécie com renda obtida fora do local visitado (VELOSO, 2003).

3. A IMPORTÂNCIA DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA ECONOMIA

O setor de turismo contribui de forma direta com 3,7% do PIB brasileiro e gera mais de três milhões de empregos no Brasil, só a gastronomia gera 1,5 milhão de empregos no País. Segundo os professores Glauber Eduardo de Oliveira Santos e Décio Katsushigue Kadota (2012, p.17) no livro denominado *Economia do Turismo*, "*Turismo e economia estão intimamente relacionados. Quando um turista resolve viajar ou simplesmente comprar um determinado cartão-postal, sua decisão constitui-se em um fato econômico*".

O Brasil é a 10ª maior economia de turismo do mundo. É fundamental mensurar a contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico, social, humano e sustentável do mundo. No âmbito do turismo internacional há uma série de organizações, instituições e órgãos que oferecem informações sobre o setor turístico. Elas podem ser divididas em duas grandes categorias: i) Organizações e instituições que oferecem *exclusivamente* informação sobre o setor turístico. Ex.: OMT, WTTC, IATA; ii) Organizações e instituições internacionais que oferecem *todo tipo de informação de caráter estatístico*, inclusive algumas relacionadas ao turismo. Ex.: ICCA, WEF.

O setor de turismo é uma parte importante da economia em muitos países, como Seychelles e Cuba, que representa uma extraordinária fonte de divisas. Muitos esforços públicos e privados têm sido feitos para o aperfeiçoamento contínuo da produção de estatísticas confiáveis e atualizadas como instrumentos imprescindíveis para o acompanhamento e a evolução do setor.

O turismo é um setor importante da economia em muitas cidades, como João Pessoa, que atrai milhares de turistas internacionais por ano, devido à hospitalidade e os produtos turísticos, e que encontra-se distante de Lisboa a 5.690 km e de Nova York a 6.530 km.

O turismo sustentável é um conjunto de ações que garantem a permanência do seu processo, enquanto atividade econômica, amenizando os impactos negativos sobre o meio ambiente. O seu poder de marketing só tem valor quando considerado como ingrediente essencial de produtos de turismo de qualidade, que podem ser ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural.

A SETUR da PMJP foi criada na década de 70 e estruturada na administração do Prefeito Hermano Augusto de Almeida (1975-1979), através do Decreto nº 788, de 21 de fevereiro de 1978. O atual secretário da SETUR é o ex-presidente da Câmara de Vereadores de João Pessoa de 2001 a 2004, Fernando Milanez. Na sua gestão inaugurou o CAT na Praia de Tambaú, implantou o site oficial da SETUR (<https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br>) e apoiou todas as iniciativas da PMJP para as

revitalizações e restaurações do Centro Histórico de João Pessoa. De acordo com secretário Fernando Milanez, “*João Pessoa tem bem mais a oferecer que nossas belas praias. As recentes revitalizações e restaurações do Hotel Globo, Casa da Pólvora, assim como o Parque da Lagoa e Praça da Independência compõem nosso riquíssimo acervo histórico e precisam ser divulgadas a que nos visita*”.

A principal função da SETUR é divulgar o turismo pessoense e desenvolver o turismo no município de João Pessoa, planejando, elaborando e acompanhando as políticas e estratégias de desenvolvimento da área, visando aumentar o potencial turístico e o fluxo turístico da Capital paraibana. A SETUR é dividida em várias diretorias, destacando-se a DDI, cuja diretora atual é administradora Ana Flávia Campos Soares de Carvalho, e que compreende várias divisões, entre elas, destaca-se a DPTI. No ano de 2014, a DPTI contribuiu para a quarta colocação de João Pessoa no ranking nacional da dimensão *monitoramento*, com 75,9 pontos, atrás apenas de São Paulo (84,5 pontos), Foz do Iguaçu (84,1 pontos) e Belo Horizonte (77,0 pontos), segundo os dados da FGV/SEBRAE/MTur no Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2014.

A SETUR reconhece e ressalta a importância do turismo para a economia pessoense, por isso, tem uma divisão especializada em monitoramento de estatísticas de turismo. A DPTI é responsável em elaborar anualmente o “Perfil do Turista em João Pessoa”; elaborar um boletim trimestral “Turismo em Números”; realizar pesquisa do número atual de UHs, UHs Adaptadas e Leitos nos MHs; realiza pesquisas de impactos no Turismo de Eventos, em parceria com o Convention Bureau de João Pessoa; analisar os resultados do Índice de Competitividade Turística da FGV/MTur/SEBRAE desde 2008, além de pesquisar os números de crianças, adolescentes e idosos nos cenários mundial, nacional, estadual e local. ASETUR analisa os principais indicadores da PBTur, oriundos do Setor de Estatísticas da Diretoria de Fomento.

A PBTur é uma organização criada pelo governo do estado da Paraíba na forma da Lei nº 3.779, de 27 de maio de 1975. Representa uma sociedade anônima de economia mista, de capital autorizado, regendo-se por seu estatuto, pelo seu regimento interno e as disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A PBTur compete fomentar iniciativas, planos, programas e projetos que objetivem o desenvolvimento do turismo na Paraíba; organizar, promover e divulgar atividades turísticas no Brasil e no exterior. Sua missão é promover o “Destino Paraíba”, suas potencialidades turísticas, culturais e econômicas, além de ambientais. A presidente da PBTur, a jornalista Ruth Avelino, mencionou

importância do turismo para o crescimento econômico da Paraíba: “*Turismo é economia pura. Não é só entretenimento, aquece a economia, a agricultura, a indústria entre outros setores*”.

4. PRINCIPAIS INDICADORES DE JOÃO PESSOA

A Capital do estado da Paraíba, João Pessoa, foi fundada em 5 de agosto de 1585, no Século XVI, no início da colonização portuguesa no Brasil Colônia. A Capital paraibana é a terceira cidade mais antiga do país, com 431 anos.

A cidade já teve cinco nomes: 05 de agosto de 1585 – Cidade Real de Nossa Senhora das Neves; 29 de outubro de 1585 - Filipéia de Nossa Senhora das Neves (em homenagem ao Filipe II, Rei da União Ibérica); 26 de dezembro de 1634 - Frederikstadt (em homenagem ao Príncipe de Orange, Frederik Hendrik van Nassau); 01 de fevereiro de 1654 - Parahyba; e 04 de setembro de 1930 - João Pessoa (em homenagem ao João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, morto por João Dantas, na capital pernambucana, então presidente do estado da Paraíba e candidato a vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, na chapa liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas).

João Pessoa tem quatro municípios limítrofes: Cabedelo (N), Conde (S), Bayeux e Santa Rita (O). O prefeito reeleito é Luciano Cartaxo Pires de Sá (PSD). Por isso, vale à pena, conhecer os principais indicadores da Capitalparaibana:

População	723.515 habitantes (2010)
Área Territorial	211.475 km ²
Densidade Demográfica	3.421 hab./km ²
PIB	R\$ 17,4 bilhões (2014)
IDHM	0,763 (2010)
Esperança de Vida ao Nascer	74,9 anos (2015)
Taxa de Mortalidade Infantil	13,3 por mil nascidos vivos (2015)
Número de Matrículas	94.940 (Ensino Fundamental – 2015)

Quadro 3: Principais Indicadores de João Pessoa.
Fontes: IBGE e PNUD.

4.1 A FORÇA ECONÔMICA DE JOÃO PESSOA

A importância do Turismo é grande na economia mundial, na economia sul-americana, na economia brasileira, na economia nordestina, na economia paraibana, além da economia pessoense. Portanto, devemos ressaltar a força econômica de João Pessoa e o papel do turismo para aumentar o PIB pessoense e melhorar o IDHM.

João Pessoa, a capital do estado da Paraíba, está localizada na Região Nordeste do Brasil. Por sua privilegiada posição geográfica, encontramos a Ponta do Seixas, o ponto extremo oriental das Américas. É onde o Sol nasce primeiro nas Américas, a partir das 04h30 da manhã. Os quatro pontos

extremos das Américas são: Ponto mais setentrional: Promontório Murchison, Nunavut, Canadá (71°58'N); Ponto mais meridional: Cabo Froward, Chile (53°56'S); Ponto mais ocidental: Cabo Príncipe de Gales, Alasca, Estados Unidos (168°05'O); e o Ponto mais oriental: Ponta do Seixas, Paraíba, Brasil (34°48'L). Desde 1941, a Ponta do Seixas é o único localizado nos trópicos. Os outros pontos extremos são inóspitos, frios e de difícil acesso.

Como capital do estado da Paraíba é sede dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A Capital paraibana tem como base da sua economia o setor de serviços, que inclui o setor de turismo. O município de João Pessoa cresce com mão de obra qualificada, empreendedorismo, associativismo e visão de negócios no setor terciário. O turismo é um dos maiores geradores de emprego e renda na cidade.

A atividade econômica que mais cresce em João Pessoa é o setor imobiliário. A Zona Sul da Capital paraibana é que mais cresce a cada ano e a perspectiva econômica é de maior crescimento para os próximos quatro anos, com o sucesso do Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima e do Mangabeira Shopping Center. Destacamos que em breve será concluído o maior prédio residencial do Brasil, com 56 andares no bairro do Altiplano.

Ressaltamos que o setor imobiliário pessoense cresceu mais de 800% desde 2005 até os dias de hoje, de acordo com o Sinduscon-JP, com cerca de 200 empresas associadas. Com o crescimento do mercado imobiliário aquece a administração de condomínios. Para o presidente do Sinduscon-JP, João Barbosa, *“A gente sabe que João Pessoa atrai muitos turistas e alguns pensam em adquirir uma segunda moradia na cidade, ou morar aqui mesmo”*. João Pessoa é uma cidade muito agradável e recebe muito bem os turistas.

O Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima é o divisor de águas do turismo pessoense, desde 26 de agosto de 2012, porque o turismo de eventos aumentou significativamente na Capital paraibana. João Pessoa foi a 9ª cidade brasileira que mais sedia eventos internacionais, segundo dados de 2014 da ICCA.

De acordo com a FGV, os turistas de eventos gastam, em média, US\$ 329,39 por dia no Brasil. Esse número é quatro vezes maior que as despesas dos turistas internacionais que visitam o País em viagens de lazer, com gasto diário de US\$ 73,77, em média. O turismo de eventos é um dos mais importantes para o destino indutor de João Pessoa. O município possui o Grupo Gestor dos 65 Destinos Indutores, com objetivo capacitar os atores locais para a gestão em turismo, ampliar os conhecimentos sobre planejamento estratégico, fortalecer a governança e a inter-relação dos destinos com as regiões em que estão inseridos (MTur, 2011). Como secretário executivo do Grupo Gestor dos 65 Destinos

Indutores de João Pessoa estudei o “Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional” e realizei várias apresentações com dados da FGV/MTur/SEBRAE durante as reuniões.

4.2 O MUNICÍPIO MAIS POPULOSO DA PARAÍBA

João Pessoa é o município mais populoso da Paraíba. A população pessoense é de 801.718 habitantes, segundo estimativas de 2016 do IBGE. Em 2000, com o Censo Demográfico, a população total era de 723.515 habitantes, com 385.732 mulheres (53,31%) e 337.783 homens (46,69%). Os dez municípios mais populosos da PB são:

Ranking	Municípios	População 2000
1°	João Pessoa	723.515 hab.
2°	Campina Grande	385.276 hab.
3°	Santa Rita	120.333 hab.
4°	Patos	100.695 hab.
5°	Bayeux	99.758 hab.
6°	Sousa	65.807 hab.
7°	Cajazeiras	58.437 hab.
8°	Cabedelo	57.926 hab.
9°	Guarabira	55.340 hab.
10°	Sapé	50.151 hab.

Quadro 4: Os 10 municípios mais populosos da Paraíba - 2010.
Fonte: IBGE.

Entre os indicadores econômicos, destacamos o número de empregos diretos gerados pelo turismo local. Já entre os indicadores demográficos, destacamos o crescimento populacional de João Pessoa entre 2000 e 2010:

CIDADE/ESTADO/REGIÃO/PAÍS	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000	POPULAÇÃO RESIDENTE 2010	CRESCIMENTO POPULACIONAL (2000-2010)	
			ABSOLUTO	EM %
João Pessoa	597.934	723.515	125.581	21,0

Paraíba	3.443.825	3.766.538	322.713	9,4
Nordeste	47.741.711	53.082.000	5.340.289	11,2
Brasil	169.872.900	190.755.800	20.882.900	12,3

Quadro 5: Crescimento Populacional de João Pessoa, Paraíba, Nordeste e Brasil – 2000/2010.

Fonte: IBGE.

4.3 O MUNICÍPIO MAIS RICO DAPARAÍBA

João é o município mais rico do estado da Paraíba. O PIB de João Pessoa em 2014 foi de R\$ 17,4 bilhões, segundo dados do IBGE. A Capital paraibana possui uma fatia de 33% do PIB paraibano (R\$ 52,9 bilhões) e supera a participação de todos os demais municípios paraibanos.

O PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos no município, durante o ano de 2014, e tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica. A cidade de João Pessoa é a força econômica do estado da Paraíba. O setor da economia que mais contribuem para o PIB municipal é o setor de serviços, no qual destacamos o turismo.

A geração de empregos diretos, representa um atestado da força econômica de João Pessoa. O turismo necessita infraestrutura básica, mais hotéis e pousadas, vias de comunicação adequadas, um perfil industrial moderno que pudesse lhe dar suporte e mão de obra especializada para aumentar o PIB da Paraíba.

Segundo os professores Beatriz Lage & Paulo Milone (1996, p.112) no livro intitulado *Economia do Turismo*, “O papel do governo no turismo, portanto, é fundamental. (...), ele pode também criar mecanismos favoráveis para os investimentos turísticos, através de: regulamentações, incentivos, subsídios, créditos, assessoria técnica, taxas preferenciais, facilidades especiais, ajuda nos custos operacionais, recrutamento e treinamento de mão de obra, incentivos e ajudasfiscais”.

A execução e o consumo turístico são simultâneos e as chances de correção de erros são limitadas. Os turistas impactam na economia pessoense com os atos de dormir, comer, passear e comprar. Os dez municípios paraibanos mais ricos são:

Ranking	Municípios	PIB 2014 (R\$ bilhões)
1º	João Pessoa	17.462.539

2º	Campina Grande	7.541.055
3º	Cabedelo	2.294.113
4º	Santa Rita	2.079.084
5º	Patos	1.322.958
6º	Bayeux	1.080.912
7º	Sousa	926.413
8º	Cajazeiras	905.338
9º	Guarabira	788.890
10º	Alhandra	715.033

Quadro 6: Os 10 municípios mais ricos da Paraíba - 2014.

Fonte: IBGE.

João Pessoa, terceira mais antiga capital do País, é considerada um berço cultural que oferece, a quem a visita, uma grande riqueza de patrimônio histórico. João Pessoa também é detentora de grandes atrativos naturais, reconhecidos através de suas belas praias (Praia do Bessa, Praia de Manaíra, Praia de Tambaú, Praia do Cabo Branco, Praia do Seixas, Praia da Penha, Praia de Jacarapé, Praia do Sol e Praia da Barra de Gramame).

As praias de João Pessoa são boas para a prática de vela, windsurfe, kitesurfe, surfe e outros esportes náuticos. Nas férias do verão e nas férias escolares o destino turístico de João Pessoa é um dos mais desejados no fim do ano. “*João Pessoa tem a Orla mais bela do Nordeste*”, de acordo com a Revista Viagem e Turismo, excelente para desfrutar o sol, o mar e a sombra fresca dos coqueiros. João Pessoa está estrategicamente bem localizada na Região Nordeste:

Cidades	Distância Rodoviária de João Pessoa
Recife	120 km
Natal	185 km
Fortaleza	688 km
Salvador	951 km
Belo Horizonte	2.171 km
Brasília	2.271 km
Rio de Janeiro	2.417 km

São Paulo	2.788 km
Curitiba	3.205 km
Cuiabá	3.451 km
Porto Alegre	3.916 km
Manaus	5.808 km

Quadro 7: Principais Distâncias de João Pessoa.

Fonte: Guia 4 Rodas Brasil.

João Pessoa foi colonizada por portugueses, espanhóis e holandeses nas margens do rio Sanhauá, onde situa-se o Centro Histórico, repleto de monumentos tombados pelo Patrimônio Nacional.

4.4 O MELHOR IDHM DA PARAÍBA

João Pessoa tem o melhor IDHM do estado da Paraíba. Segundo os dados de 2010, do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, do PNUD, órgão da ONU. De acordo com o PNUD, o IDHM de João Pessoa foi 0,763. O IDHM de João Pessoa foi obtido pela análise de três dimensões: vida longa e saudável; acesso ao **conhecimento**; e padrão de vida.

O IDHM inclui três componentes básicos: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda. O IDHM mensura a qualidade de vida da população do município analisado. Entre os dez melhores IDHMs da Paraíba estão os seguintes municípios:

Ranking	Municípios	IDHM
1°	João Pessoa	0,763
2°	Cabedelo	0,748
3°	Campina Grande	0,720
4°	Várzea	0,707
5°	Patos	0,701
6°	Santa Luzia	0,682
7°	Cajazeiras	0,679
8°	Sousa	0,668
9°	Boa Vista	0,649
10°	Frei Martinho	0,641

Quadro 8: Ranking do IDHM na Paraíba - 2010.

Fonte: PNUD.

Na Capital paraibana destaca-se a Mata do Buraquinho, que abriga o Jardim Botânico Benjamim Maranhão, a maior reserva de Mata Atlântica localizada em área urbana do Brasil, com uma extensa área de 515 hectares, além várias praças públicas em nível de turismo: Praça João Pessoa (Praça dos Três Poderes); Praça Rio Branco; Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis); Praça Venâncio Neiva (Pavilhão do Chá); Praça da Independência; Praça Pedro Américo; Praça Dom Aduvalto; e Praça Anthenor Navarro.

A Praça da Independência é um dos principais patrimônios históricos e turísticos da cidade, foi devolvida à população completamente restaurada, com intervenções paisagísticas e urbanísticas, em janeiro de 2016, pelo prefeito Luciano Cartaxo. Inaugurada em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, a Praça foi projetada pelo arquiteto Hermenegildo di Lascio, que se inspirou no traçado geométrico típico francês.

Segundo o presidente da Fipe, Simão Davi Silber, na apresentação do livro intitulado *Economia do Turismo* (2001), “*O turismo tem-se transformado em uma atividade econômica de grande expressão no mundo, à medida que a disseminação de informações, a redução dos custos de transporte, os investimentos em infraestrutura e o aumento da renda mundial têm propiciado um crescimento explosivo da demanda e da oferta de serviços turísticos*”.

5. PRINCIPAIS INDICADORES TURÍSTICOS

Os principais indicadores turísticos encontraremos nas pesquisas da PBTur, que são oriundas da coleta de dados das Fichas de Cadastro de Hospedagem nos meios de hospedagem de João Pessoa cadastrados no CADASTUR, um sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo.

Não sabemos. Infelizmente, não sabemos os impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo (transporte, alimentação, acomodação e entretenimento). Precisamos, urgentemente, realizar uma pesquisa dos impactos negativos e positivos do turismo na cidade de João Pessoa.

Sim, sabemos que João Pessoa é uma cidade linda e confortável. A sua beleza natural é empolgante e o povo é muito acolhedor. É tanto que muitos turistas brasileiros e estrangeiros que antes aqui estiveram nas suas férias de verão, hoje moram em um dos 64 bairros de João Pessoa.

Reconhecemos a Capital paraibana como um dos melhores destinos turísticos para o verão no País. O trade turístico pessoense sempre busca atrair mais turistas do Brasil e do mundo, assim aumenta a entrada de divisas e gera emprego e renda. O estudo recente do MTur apontou os vinte destinos

preferidos dos brasileiros para aproveitar o verão (dezembro de 2016 a fevereiro de 2017), João Pessoa ficou na 20ª colocação.

De acordo com os dados da PBTur, 1.210.008 turistas em 2015 em comparação aos 1.158.910 turistas do ano de 2014. O fluxo global de turistas que visitaram a cidade de João Pessoa em 2015 aumentou 4,41% em relação ao ano de 2014. É muito importante monitorar o desempenho de indicadores turísticos como o fluxo global de turistas na cidade:

Mês	2013	2014	2015	Crescimento (2015/2014)
Janeiro	128.270	138.069	139.382	+0,95%
Fevereiro	86.179	91.508	95.050	+3,87%
Março	88.400	94.510	98.656	+4,39%
Abril	82.109	89.800	93.146	+3,73%
Mai	80.024	85.078	86.410	+1,57%
Junho	88.988	74.686	88.502	+18,50%
Julho	103.864	95.253	111.120	+16,66%
Agosto	83.463	92.354	89.922	-2,63%
Setembro	88.947	92.232	98.134	+6,40%
Outubro	99.192	103.600	110.748	+6,90%
Novembro	96.052	99.650	99.890	+0,24%
Dezembro	97.360	102.170	99.048	-3,06%
Total	1.122.848	1.158.910	1.210.008	+4,41%

Quadro 9: Fluxo Global de Turistas em João Pessoa – 2013-2015.

Fonte: PBTur.

O artesanato gera ocupação e renda para centenas de paraibanos, além de ganharem cenário nacional em aparições em novelas e minisséries. O principal destaque da Paraíba são os fios de algodão colorido, além das bonecas de barro. O município paraibano de João Pessoa tem três locais especializados na venda de artesanato na orla: 1. Mercado de Artesanato Paraibano; 2. Feirinha de Artesanato de Tambaú; 3. Centro de Artesanato de Tambaú Júlio Rafael.

O turismo sustentável será visível no Pólo Turístico Cabo Branco, localizado no litoral sul do município de João Pessoa, lançado em 1988, através do Plano de Desenvolvimento Turístico da Paraíba. Hoje, quase 30 anos depois a elaboração do Projeto do Pólo Turístico Cabo Branco (inicialmente Complexo Turístico Costa do Sol), a infraestrutura foi implantada, agora temos a Rodovia PB-008, o saneamento básico, a energia elétrica, além do Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima (que não constava no Projeto inicial). O Pólo Turístico do Cabo Branco, na Praia de Jacarapé, foi criado com o intuito de alavancar o potencial turístico de João Pessoa, com previsão de construção de 19 hotéis (com cerca de 10 mil leitos), além de serviços turísticos diversos em 4 km de praia e uma

área de 560 hectares. A Região Nordeste lidera entre os turistas nacionais que viajaram para a “Porta do Sol”:

REGIÕES	2013	2014	2015	Crescimento (2015/2014)
Nordeste	42,52%	45,76%	40,67%	-11,12%
Sudeste	34,96%	32,92%	37,93%	+15,22%
Centro-Oeste	11,48%	10,45%	10,58%	+1,24%
Sul	8,84%	8,78%	9,27%	+5,58%
Norte	2,20%	2,09%	1,55%	-25,83%

Quadro 10: Fluxo de Turistas por Regiões em João Pessoa – 2013-2015.

Fonte: PBTur.

O Brasil é o terceiro maior mercado mundial de aviação regional, facilitando o acesso aéreo dos turistas nacionais a Capital paraibana. As pesquisas anuais da PBTur, da SETUR e da FECOMÉRCIO, apontam que o estado de São Paulo como o maior mercado emissor de turistas para a cidade de João Pessoa. São Paulo é o estado brasileiro mais rico e mais populoso.

As valiosas ações da ABIH-PB de capacitação do potencial turístico da Paraíba e de infraestrutura da rede hoteleira de João Pessoa, junto a agentes de viagens em todo o País, sobretudo do estado de São Paulo, trazem excelentes resultados no fluxo turístico. De acordo com Manuelina Hardman, presidente da ABIH-PB, *“A associação tem intensificado o processo de capacitação de agentes de viagens nos principais polos emissores de turistas, que são os profissionais do turismo que apresentam os produtos para o público final. Mais capacitados, o agente tem maior poder de convencimento no fechamento dos pacotes”*. Nas ações da ABIH-PB registramos a participação de executivos dos hotéis Hardman, Littoral, Tambaú Flat, Grupo Casa Branca, Nord Class Cabo Branco, Nord Luxxor Cabo Branco, Quality Solmar, Tropical Tambaú, Ouro Branco, Igatu, Laguna, Caiçara, Xênus e Netuanah.

Como ex-executivo do Igatu Praia Hotel participei de importantes ações da ABIH-PB no ano de 2002 em Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. São ações que divulgam uma das cidades mais verdes do País aos turistas brasileiros:

Estados	2015
São Paulo	20,56%
Pernambuco	16,63%
Rio Grande do Norte	9,91%
Rio de Janeiro	8,97%
Distrito Federal	7,22%
Minas Gerais	5,64%

Paraíba	5,35%
Bahia	4,85%
Rio Grande do Sul	3,83%
Ceará	3,83%
Paraná	3,40%
Goiás	2,03%
Alagoas	1,83%
Mato Grosso do Sul	0,80%
Santa Catarina	0,75%
Mato Grosso	0,70%
Sergipe	0,60%
Pará	0,50%
Espírito Santo	0,38%
Maranhão	0,37%
Piauí	0,35%
Rondônia	0,33%
Amazonas	0,30%
Tocantins	0,20%
Roraima	0,10%
Acre	0,09%
Amapá	0,07%

Quadro 11: Fluxo de Turistas por Estado em João Pessoa-2015.

Fonte: PBTur.

Somos uma capital nordestina, onde o fluxo de turistas internacionais cresce a cada ano desde 2004. O fluxo de hóspedes estrangeiros em João Pessoa cresceu de 3.853 turistas internacionais em 2013 para 8.532 turistas estrangeiros em 2014. Os dados da PBTur mostram que os cinco principais emissores de turistas estrangeiros em 2015 foram Itália, Estados Unidos, Portugal, Argentina e Alemanha. João Pessoa a cada ano atrai mais turistas estrangeiros e estes impactam a economia pessoense:

Países	2015
Itália	20,81%
Estados Unidos	19,46%
Portugal	12,08%
Argentina	10,07%
Alemanha	8,22%
Japão	6,88%
Espanha	6,71%
França	5,03%
Suíça	3,02%
México	1,17%
Suécia	1,06%
Inglaterra	0,82%
Chile	0,78%
Canadá	0,72%
Paraguai	0,71%
Holanda	0,65%
Uruguai	0,60%
China	0,54%
Bélgica	0,52%

Austrália	0,50%
Israel	0,41%
Colômbia	0,33%
Dinamarca	0,30%
Irã	0,26%
Peru	0,20%
Áustria	0,05%
Outros	0,07%

Quadro 12: Fluxo de Turistas por Países em João Pessoa - 2015.

Fonte: PBTur.

Turista que gosta de dançar o autêntico forró pé de serra, em João Pessoa, há quase vinte anos, pode aproveitar o Forró do Turista, organizado pelo produtor cultural Rogeraldo Campina. O turista curtirá em plena segunda-feira, a partir das 21h, uma noite bem alegre, ouvindo do trio composto por sanfoneiro, zabumbeiro e triangulista as melhores músicas do forró nordestino. Turistas dançam ao som do melhor forró, uma das melhores músicas do mundo, num ambiente agradável.

O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado pelo IPHAN em 06 de dezembro de 2007, como patrimônio nacional, devido à grande concentração de patrimônios históricos que representam vários períodos da história secular, a exemplo do barroco da Igreja de São Francisco, do rococó da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e do estilo maneirista da Igreja da Misericórdia. João Pessoa nasceu às margens do Rio Sanhauá no século XVI e cresceu em direção ao mar e atrai turistas dos cinco continentes:

CONTINENTES	2015
Europa	64,88%
América do Norte	14,78%
América do Sul	14,03%
Ásia	5,34%
Oceania	0,69%
África	0,28%

Quadro 13: Fluxo de Turistas por Países em João Pessoa - 2015

Fonte: PBTur.

Desde que foi inaugurado pelo prefeito Luciano Cartaxo, em 28 de dezembro de 2015, o letreiro “EU AMO JAMPA”, localizado no Busto de Tamandaré, entre as praias de Tambaú e Cabo Branco, virou o mais novo atrativo turístico para pessoenses e turistas nacionais e internacionais que visitam a Capital paraibana. O letreiro luminado tem sido um dos cenários mais disputados para fotos, selfies, além de gravações de TV e drones.

A taxa de ocupação hoteleira permite avaliar em que medida a oferta turística se adapta à demanda turística. A taxa de ocupação hoteleira pode ser vista quer sob o ponto de vista físico quer

monetário, segundo o professor ÁLVARO MATIAS (2007, p.73) no livro *Economia do Turismo: Teoria e Prática*. A taxa de ocupação hoteleira em João Pessoa chegou a 70,49% no ano de 2015:

MÊS	2013	2014	2015	Crescimento (2015/2014)
Janeiro	87,48%	87,21%	85,78%	-1,43%
Fevereiro	69,07%	69,25%	72,56%	+3,31%
Março	70,47%	72,34%	77,42%	+5,08%
Abril	64,23%	64,47%	69,29%	+4,82%
Maiο	61,39%	61,04%	65,60%	+4,56%
Junho	64,81%	50,35%	67,27%	+16,92%
Julho	75,78%	67,50%	73,03%	+5,53%
Agosto	61,63%	63,72%	62,70%	-1,02%
Setembro	68,69%	70,77%	68,93%	-1,84%
Outubro	74,45%	76,84%	72,77%	-4,07%
Novembro	72,92%	76,72%	70,77%	-7,75%
Dezembro	69,68%	68,75%	60,38%	-12,17%
Total	70,09%	69,07%	70,49%	+2,05%

Quadro 14: Taxa de Ocupação Hoteleira em João Pessoa – 2013-2015

Fonte: PBTur.

A contemplação da Lua Nova em Jampa é deslumbrante. A vida noturna da cidade não é tão movimentada quanto em outras capitais nordestinas, mas não decepciona quem gosta de dançar forró ou busca um lugar descontraído para conversar, comer, beber ou namorar ao luar. Bares, restaurantes e casas noturnas são as melhores opções danoite.

Os turistas e moradores se concentram em Tambaú, nos arredores da Feirinha de Artesanato de Tambaú para comer uma boa tapioca. O calçadão da orla fica cheio de pessoas caminhando e curtindo a noite ao ar livre.

João Pessoa tem o maior número de MH, UH e Leitos da Paraíba. É o maior pólo turístico do estado, além de oferecer um elogiado atendimento aos turistas nos meios de hospedagem:

REGIÕES	MH	UH	LEITOS
João Pessoa	107	3.966	10.558
Campina Grande	18	1.056	2.752
Litoral Sul	60	978	3.003
Litoral Norte	46	654	1.685
Caminhos do Frio	18	334	978
Sertão	71	1.549	3.306
Outras Regiões	38	589	1.330
Total	358	9.156	23.612

Quadro 15: Oferta Hoteleira da Paraíba - 2015.

Fonte: PBTur.

O número de MHs com UHs, UHs adaptadas e Leitos na cidade de João Pessoa, recentemente foram pesquisados pela DPTI/SETUR/PMJP. Constatamos em 116 MHs, 4.377 UHs, 129 UHs adaptadas e 10.687 leitos na cidade de João Pessoa.

Em Bayeux, cidade vizinha a João Pessoa, encontra-se a pista de 2.515 metros de comprimento e 45 metros de largura do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto. Todavia, não recebe nenhum voo internacional. Logo, os turistas estrangeiros chegam do Aeroporto Internacional de Recife ou de Natal.

O Aeroporto Internacional de João Pessoa tem um terminal de passageiros com 9.090 m² e capacidade por ano para 2,3 milhões de passageiros, além de estacionamento de veículos com capacidade para 379 veículos. Opera as empresas aéreas TAM, GOL, AZUL e AVIANCA, que fortalecem o fluxo de turistas brasileiros para a Capital paraibana. O Aeroporto de João Pessoa contabilizou 1.237.284 passageiros em 2014, crescendo para 1.463.315 em 2015, ou seja, um crescimento de 10,25%:

MÊS	2013	2014	2015
JAN	125.353	133.021	148.786
FEV	91.751	97.847	114.757
MAR	93.860	103.547	126.676
ABR	93.190	98.317	121.948
MAI	100.428	99.360	117.347
JUN	101.879	86.807	119.251
JUL	118.489	111.851	130.194
AGO	98.798	105.572	110.166
SET	97.869	108.774	107.821
OUT	98.744	125.767	116.133
NOV	97.960	121.920	114.949
DEZ	111.429	134.501	135.287
TOTAL	1.229.750	1.327.284	1.463.315
MÉDIA	102.479	110.607	121.943

Quadro 16: Movimento de Passageiros no Aeroporto Castro Pinto – 2013-2015.

Fonte: INFRAERO.

No Mapa do Turismo Brasileiro 2015 do MTur, os municípios brasileiros são classificados de “A” a “E”. A definição ocorre a partir de quatro variáveis de desempenho econômico: 1. Número de empregos; 2. Número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem; 3. Estimativa de fluxo de turistas domésticos; e 4. Estimativa de fluxo de turistas estrangeiros. A categoria “A” representa as cidades brasileiras com maior fluxo turístico, maior número de empregos e maior número de estabelecimentos no setor de hospedagem. Na Paraíba, apenas João Pessoa, da região turística da Costa das Piscinas, recebeu a classificação máxima de “A”.

De acordo com o instrutor de mergulho Ismar Just, proprietário do *Mar Aberto - Centro de Treinamento de Mergulho*, que já formou mais de 2 mil e 500 mergulhadores recreativos em águas paraibanas, “*A prática de mergulho na Paraíba já existe há 28 anos e a principal atração do turismo de mergulho tem sido a exploração de embarcações que naufragaram há séculos. São quase 40 embarcações naufragadas e a maioria delas está localizada na costa de João Pessoa*”.

5.1 ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO

O índice geral de competitividade do turismo de João Pessoa cresceu de 67,7 pontos em 2008 para 71,4 pontos em 2015, ou seja, um aumento de 3,7 pontos (5,46%) no período 2008-2015. João Pessoa conquistou o melhor Índice de Competitividade do Turismo dos últimos oito anos. Ressaltamos que nos anos de 2012 e 2016 não ocorreram à pesquisa anual da FGV/SEBRAE/MTur nos 65 Destinos Indutores.

João Pessoa alcançou nesta 7ª edição do “Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2015” seu melhor índice da série histórica desde 2008. O Destino Indutor João Pessoa tem duas dimensões no nível 5, Capacidade Empresarial e Marketing e Promoção do Destino; dez dimensões no nível 4, Infraestrutura geral, Aspectos ambientais, Economia Local, Serviços e equipamentos turísticos, Políticas Públicas, Aspectos Culturais, Monitoramento, Acesso, Aspectos Sociais e Atrativos Turísticos. Entre os 65 Destinos Indutores, 28 destinos (sendo 18 capitais e 10 não capitais) se encontram no nível 4. Apenas 3 destinos indutores no País encontram-se no nível 5, São Paulo (83,2 pontos), Rio de Janeiro (81,1 pontos) e Porto Alegre (81,0 pontos).

Entre os principais fatores positivos para o destino indutor João Pessoa ser avaliado como nível 4 no ano de 2015, destacamos 20 fatores: 1. Presença do moderno Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima; 2. Existência do Plano Diretor de Turismo 2012-2016; 3. Existência do Plano de Marketing Turístico; 4. Adoção de políticas públicas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes; 5. Presença da CEATUR na Polícia Militar; 6. Existência da DEATUR; 7. Existência do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto; 8. Existência do Terminal Rodoviário Severino Camelo; 9. Existência de sinalização turística viária; 10. Existência de atrativos naturais como as piscinas naturais de Picãozinho; 11. Participação em feiras e eventos do turismo; 12. Existência da SETUR; 13. Existência da DPTI na SETUR; 14. Existência do João Pessoa Convention & Visitor Bureau; 15. Presença de diversas instituições de ensino com programas regulares de formação técnica ou superior; 16. Existência do Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual de Crianças

e Adolescentes da Paraíba nos meios de hospedagem; 17. Monitoramento de balneabilidade das praias pela SUDEMA; 18. Existência da FUNJOPE; 19. Presença de grupos nacionais e internacionais de locação de automóveis, meios de hospedagem e estabelecimentos de alimentação no destino; 20. Outros fatores positivos.

Segundo a FGV, existem 5 níveis de competitividade para acompanhar a evolução do turismo em 27 capitais e 38 municípios com potencial turístico numa escala de 0 a 100: Primeiro Nível (0 a 20 pontos) – refere-se ao intervalo em que os destinos apresentam deficiência em relação à determinada dimensão; Segundo Nível (21 a 40 pontos) – apesar de expor uma situação mais favorável do que o anterior, ainda evidencia a condição inadequada para a competitividade de um destino; Terceiro Nível (41 a 60 pontos) – configura situação regularmente satisfatória; Quarto Nível (61 a 80 pontos) – revela a existência de condições adequadas para a atividade turística, considerado o padrão mínimo de qualidade; Quinto Nível (81 a 100 pontos) – corresponde ao melhor posicionamento que um destino turístico pode alcançar:

Dimensões	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2015
Total geral	67,7	66,1	69,0	69,6	68,7	70,5	71,4
Infraestrutura geral	78,4	79,1	83,1	86,3	84,4	80,0	79,9
Acesso	65,7	69,4	69,5	72,0	72,3	72,4	68,0
Serviços e equipamentos turísticos	62,1	64,3	64,2	62,0	66,7	67,5	70,3
Atrativos turísticos	59,0	60,4	64,3	63,8	59,7	63,4	61,2
Marketing e promoção do destino	77,4	49,9	49,4	49,0	65,6	73,4	83,1
Políticas públicas	69,0	70,7	68,7	67,9	63,1	67,3	70,3
Cooperação regional	61,1	61,8	63,6	58,1	32,4	33,4	29,9
Monitoramento	77,8	67,5	70,7	72,5	71,6	75,9	68,0
Economia local	63,5	60,3	62,9	61,0	72,4	71,3	75,1
Capacidade empresarial	76,9	83,2	91,2	92,8	93,8	91,9	94,0
Aspectos sociais	68,4	68,2	73,2	76,7	64,1	64,6	64,1
Aspectos ambientais	68,0	63,1	70,8	72,0	71,8	76,8	78,1
Aspectos culturais	54,9	56,7	62,1	66,4	56,6	64,1	70,1

Quadro 17: O Índice de Competitividade do Turismo de João Pessoa – 2008-2015.

Fonte: FGV/SEBRAE/MTur.

Segundo a FGV, “*competitividade é a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva*”. Em Cabedelo, cidade vizinha a João Pessoa, encontra-se o Porto de Cabedelo, fundado em 23 de janeiro de 1935. Todavia, não recebeu cruzeiros marítimos nas últimas temporadas, 2015 e 2016. Logo, não ocorreu impacto econômico de cruzeiros marítimos (combustível, alimentos e bebidas, taxas portuárias e impostos, comissionamento para operadoras e agências, marketing e outros gastos, água e lixo, e salários pagos). Existe grande potencial para termos novamente cruzeiros marítimos,

melhorando a nossa infraestrutura portuária e reduzindo significativamente nossas taxas portuárias. Mesmo assim, João Pessoa encontra-se numa posição bem colocada entre as 18 cidades mais competitivas do Turismo Nacional no ano de 2015:

Ranking	Cidade	2015
1	São Paulo	83,2
2	Rio de Janeiro	81,1
3	Porto Alegre	81,0
4	Curitiba	80,4
5	Belo Horizonte	79,2
6	Recife	77,2
7	Salvador	77,0
8	Foz do Iguaçu	76,3
9	Florianópolis	75,9
10	Vitória	75,2
11	Bento Gonçalves	72,9
12	Brasília	72,8
13	Fortaleza	71,9
14	João Pessoa	71,4
15	Balneário Camboriú	70,5
16	Petrópolis	70,5
17	Ouro Preto	69,3
18	São Luís	68,6

Quadro 18: As 18 Cidades Mais Competitivas do Turismo Nacional – 2015.

Fonte: FGV/SEBRAE/MTur.

No Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2015, elaborado pelo MTur, em parceria com SEBRAE e FGV, a cidade de João Pessoa se destaca pelo crescimento em seu índice geral de competitividade.

Na gestão do Prefeito Luciano Cartaxo de 2013 a 2015, o crescimento foi de 3,93%, com expectativa é de aumento neste índice para os próximos quatro anos. João Pessoa conquista a média de 71,4 pontos, sendo superior à média do Brasil (60,0 pontos), das capitais (68,5 pontos) e das não capitais (53,8 pontos). João Pessoa é a 14ª cidade mais competitiva do turismo no Brasil e a 4ª mais competitiva no Nordeste.

João Pessoa se destaca pela excelência em 12 dos 13 quesitos abordados, sendo que 2 deles estão classificados no nível máximo. As parcerias realizadas e mantidas ao longo dos anos contribuíram para o crescimento e melhoria do índice da nossa capital. Esse resultado é fruto de uma gestão integrada onde as ações que são executadas não se restringem a um único direcionamento, refletindo em toda cadeia produtiva, gerando qualidade de vida ao munícipe e o desenvolvimento de um turismo de qualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na terra de Ariano Suassuna, analisarmos os principais indicadores, para monitorar e reconhecer a força econômica de João Pessoa, crescendo junto com o turismo. João Pessoa tem um grande potencial de crescimento para o turismo sustentável. Precisamos monitorar os impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo.

Jampa, como é conhecida, tem muitas atrações turísticas como Picãozinho, por isso, precisamos mostrar mais as nossas potencialidades, nossas praias nas estações do ano, sobretudo no verão. Do nascer do Sol na Ponta do Seixas e ao pôr do Sol no Hotel Globo, os turistas nacionais e internacionais se encantam com as belezas naturais, as opções da culinária local e o artesanato de João Pessoa. Do Rio Sanhauá a Praia de Tambaú são 431 anos de belezas naturais da Capital paraibana.

João Pessoa possui quatro parques: Parque Cabo Branco, Parque Ecológico Augusto dos Anjos, Parque Sólon de Lucena e Parque Zoobotânico Arruda Câmara (Bica); além de três falésias: Falésia da Ponta do Seixas, Falésia da Barra de Gramame e Falésia do Cabo Branco. Os turistas demandam infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos para desfrutar dos parques e das falésias.

O fluxo de turistas em João Pessoa subiu 81,10% na comparação de 2004 com o ano de 2015, segundo dados da PBTur. Em números absolutos, foram 668.140 turistas em 2004, crescendo para 1.210.008 turistas em 2015, ou seja, um aumento de 541.868 turistas nos últimos 11 anos.

Banhada por águas verdes e dotada de uma orla marítima diferenciada, João Pessoa é de fácil acesso para quem procura conforto, tranquilidade e lazer, incluindo uma rica gastronomia e incrível beleza natural.

Crescemos com o turismo doméstico, iremos crescer no turismo internacional, gerando novos empregos na economia pessoense. Devemos preservar as nossas riquezas naturais e, sobretudo, divulgar o nosso grande potencial turístico. São deslumbrantes as paisagens de João Pessoa, são momentos inesquecíveis os mergulhos nas águas mornas, tranquilas e cristalinas.

João Pessoa é o município mais populoso e mais rico da Paraíba, além do melhor IDHM e o principal pólo turístico do estado. João Pessoa tem produtos turísticos e serviços turísticos com preços competitivos e é um dos destinos com o melhor custo-benefício para o turista.

A maior riqueza de João Pessoa é o seu povo, um povo muito hospitaleiro. Precisamos enxergar o futuro de um dos maiores destinos turísticos do Nordeste, através de análise dos indicadores e das tendências, assim podemos definir um plano estratégico de turismo para os próximos quatro anos.

As políticas públicas municipais devem ser voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas e a formação de arranjos produtivos locais, e, sobretudo, devem levar em consideração prioritária a capacitação voltada ao desenvolvimento tecnológico e organizacional, condições fundamentais para que se alcance nos próximos quatro anos novos patamares competitivos para os produtoturísticos.

O município de João Pessoa adota o turismo como um dos fatores para desenvolver a economia local. Temos políticas públicas voltadas ao turismo sustentável. Realizamos obras municipais em parceria com o MTur voltadas à sinalização turística, ao CAT, as reformas de revitalização do Centro Histórico e da calçadinha de Tambaú e do Cabo Branco. Temos políticas municipais de fiscalização preventiva e educativa de enfrentamento à exploração sexual de crianças e de adolescentes, além de capacitação da mão de obra local.

A Capital paraibana apresenta grande potencial turístico, com 24 km de belas praias e onde o Sol brilha o ano inteiro. Enfim, necessitamos atender simultaneamente às necessidades dos turistas do Brasil e do mundo e das comunidades receptoras, protegendo o meio ambiente e ampliando as oportunidades turísticas para as atuais e futuras gerações.



eBooks de Paulo Galvão Júnior
Economista e Professor de Economia e de Economia Brasileira

E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

Celular: (83) 98773-7712



ECONOMIA BRASILEIRA
De Pedro Álvares Cabral ao Ajuste Fiscal

Paulo Galvão Júnior

R\$ 30,00

